

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais

Anita Zonichenn Matos

**COALIZÕES DE POTÊNCIAS MÉDIAS NO SISTEMA INTERNACIONAL:
Um estudo acerca da estratégia das lideranças do Fórum IBAS**

Belo Horizonte
2012

Anita Zonichenn Matos

**COALIZÕES DE POTÊNCIAS MÉDIAS NO SISTEMA INTERNACIONAL:
Um estudo acerca da estratégia das lideranças do Fórum IBAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Dr^a Taiane Las Casas Campos

Belo Horizonte

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M433c Matos, Anita Zonichenn
Coalizões de potências médias no sistema internacional: um estudo acerca da estratégia das lideranças do Fórum IBAS / Anita Zonichenn Matos. Belo Horizonte, 2012.
151f.: il.

Orientadora: Taiane Las Casas Campos
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul. 2. Cooperação internacional. 3. Relações internacionais. I. Campos, Taiane Las Casas. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327

Anita Zonichenn Matos

**COALIZÕES DE POTÊNCIAS MÉDIAS NO SISTEMA INTERNACIONAL:
Um estudo acerca da estratégia das lideranças do Fórum IBAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Prof^a. Dra. Taiane Las Casas Campos (Orientadora) PUC Minas

Prof. Dr. Dawisson Elvécio Belém Lopes (Examinador) UFMG

Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta Faria (Examinador) PUC Minas

Belo Horizonte, 28 de junho de 2012.

**Para Isabela, Eduarda e meu
anjo Gabriel, com todo amor
que houver nessa vida.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu marido, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, por me incentivar a tentar, sempre acreditar, ser presente nos momentos mais difíceis; ainda, em um âmbito mais prosaico: pelas revisões, dicas e conselhos oportunos, e pelo interesse em aprender com este humilde trabalho. Sem você, Fabrício, esta vitória não seria nem imaginável, o que dirá, possível.

Aos meus pais, Marieta e Milton e minha irmãzinha, Jackie, pelo apoio incondicional e amor.

A todos meus amigos: Dora, Ana, Inês, Soninha, entre tantos, e em especial, à amiga Andrea Torga por não deixar que desistisse e à Tininha, que me incentivou a continuar e tanto cuidou de minhas filhas para que eu efetivamente conseguisse.

À minha orientadora, Professora Taiane Las Casas Campos, por (não necessariamente nesta ordem): confiar em mim e no meu trabalho, partilhar seu profundo conhecimento, otimismo, paciência e acolhimento nos momentos mais difíceis da minha vida. Meu muito obrigada ainda é pouco.

Aos professores deste programa de pós-graduação:

Professor Paulo Esteves, Cristiano Mendes e Paris Yeros, por tão gentilmente me acolherem nestes mares nunca dantes navegados: as Relações Internacionais.

Professora Fátima Anastasia, por me fazer gostar de política e ter a rara capacidade de tornar suas aulas leves e saborosas.

Professora Matilde de Souza, pela sua humanidade e seus sábios conselhos.

Professor Carlos Aurélio Pimenta de Faria, pelas relevantes contribuições quando de minha qualificação.

Professor Otávio Dulci que, podendo figurar no Olimpo, ainda assim divide conosco sua fenomenal sabedoria e inigualável experiência com uma humildade e profissionalismo que só os grandes possuem. Orgulho meu ter sido sua aluna.

À colega de mestrado, Carolina Dantas Nogueira, pela sua imensa generosidade, por me ensinar tão pacientemente o que eu não sabia, pelos infindáveis e-mails e sugestões de melhoramento. Por ajudar sem obter nada em troca e por ser uma das almas mais belas que já conheci.

À colega de mestrado Luciana Las Casas pela inestimável colaboração na reta final.

À funcionária Paula, pela sua amizade, sua ajuda e seu otimismo.

À funcionária Roziane Michielini, pelo valoroso auxílio com as citações e formatação.

Ao Professor Patrus Ananias, por sua disponibilidade em falar sobre o IBAS, e por me apresentar a tese do Embaixador João Genésio de Almeida Filho.

Ao Assessor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais do MRE, Sr. Álvaro Alberto de Sá Fagundes, pelas respostas às consultas efetuadas.

Namastê!

E mais importante: A Deus, pela força e por tudo que tem me dado. Meu muito obrigada!

“A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...”
Titãs

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender a estratégia utilizada pela coalizão de potências médias IBAS, formada por Brasil, Índia e África do Sul para consecução de seus interesses comuns que visam a alteração da ordem internacional. Para a análise da atuação dos Estados no sistema internacional, emprestou-se da Teoria Institucionalista das Relações Internacionais construtos teóricos para o entendimento da cooperação mediante os diferentes dilemas de ação coletiva. A pesquisa se baseia na metodologia qualitativa, com consulta a fontes primárias: discursos e documentos produzidos no âmbito das Cúpulas e Encontros Ministeriais. A investigação dos temas relevantes aos países e à aliança foi feita através da análise de discursos dos líderes e das declarações e comunicados emitidos pelo Fórum ao longo destes nove anos. Ressalta-se, a partir do cruzamento das agendas, a complementaridade destas falas apesar de seu amplo escopo. Percebe-se que as coalizões, por seu formato fluido e pouco institucionalizado, são adequadas para jogos de coordenação, como o caso aqui demonstrado. Observa-se, destarte, que as motivações dos líderes do IBAS e da própria coalizão é reformular as estruturas de governança do Sistema ONU e Bretton Woods, sendo esta condição essencial para se obter a paz, desenvolvimento e justiça social e estabilidade econômica.

Palavras-chave: IBAS. Potências médias. Coalizões. Cooperação. Eixo Sul-Sul.

ABSTRACT

This research aims to study the strategy used by the middle power coalitions through the case study of IBAS, an alliance formed by Brazil, India and South Africa, in order to achieve its common interests with purpose to change the international order. The theoretical framework of liberal institutionalism was used to provide the understanding of cooperation based on the different collective actions problems. The study is based on the qualitative methodology and focuses on documents and speeches produced in the meetings of presidents, prime ministers and ministers. The investigation on the relevant subjects to the countries and to the coalition was provided by detailed analysis of the speeches and documents for the nine years of IBAS existence. Findings show the complementarity of its agenda despite its extensive and wide goals. It is noticed that coalitions, no matter its lack of institutionalization, do provide cooperation in coordination games, as this case study shows. Nevertheless, it is observed that the real motivations for IBAS leaders and the coalition itself is the reformulation of ONU and Bretton Woods institutions, once it is considered vital in order to achieve peace, development and economic stability.

Key-words: IBAS. Middle powers. Coalitions. Cooperation. South-South axis.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Organograma do IBAS.....	70
-------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos emitidos nas reuniões das Cúpulas	71
Quadro 2 - Documentos emitidos nas Comissões Trilaterais	72
Quadro 3 - Documentos emitidos à margem de outros encontros.....	73

LISTA DE SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ANC	African National Congress
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
ARB	Acesso e Repartição de Benefícios
ATC	Arranjo / Acordo Trilateral de Comércio
BRIC	Fórum Brasil, Rússia, Índia e China
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IBAS	Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul
IBSA	India – Brazil – South Africa Dialogue Forum
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
NEPAD	New Partnership for Africa's Development
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
S&D	Special and differential treatment
SACU	Southern Africa Customs Union
SADC	Southern African Development Community
SP	Special Products
SSM	Special safeguard mechanism
TRIPS	Trade-related aspects of intellectual property rights

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 COALIZÕES DE POTÊNCIAS MÉDIAS E COOPERAÇÃO	31
2.1 A cooperação como estratégia: as contribuições do Institucionalismo Neoliberal	33
2.1.1 <i>O papel das instituições internacionais</i>	46
2.2 Coalizões como arranjos cooperativos	50
3 A ORDEM INTERNACIONAL NA PERCEPÇÃO DOS LÍDERES DO IBAS	55
3.1 Configuração de Interesses dos países do IBAS	56
3.1.1 <i>A ordem sistêmica na percepção dos líderes brasileiros</i>	57
3.1.2 <i>A ordem sistêmica na percepção dos líderes indianos</i>	61
3.1.3 <i>A ordem sistêmica na percepção dos líderes sul-africanos</i>	64
4 O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS	68
4.1 A estrutura institucional do IBAS	69
4.2 Os pilares estruturadores do IBAS	70
4.2.1 <i>Coordenação política</i>	71
4.2.2 <i>Cooperação Setorial</i>	73
4.2.3 <i>Fundo IBAS</i>	76
5 A ORDEM INTERNACIONAL NA PERCEPÇÃO DO IBAS	78
5.1 Temas relativos à dimensão internacional	79
5.1.1 <i>Governança Global</i>	79
5.1.2 <i>Reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas</i>	80
5.1.3 <i>Desarmamento e Não Proliferação, Terrorismo, Energia Atômica</i>	84
5.1.4 <i>Direitos Humanos</i>	87
5.1.5 <i>Agenda Doha</i>	89
5.1.6 <i>Metas de Desenvolvimento do Milênio, Desenvolvimento Sustentável</i>	91
5.1.7 <i>Clima, Propriedade Intelectual e Diversidade</i>	93
5.1.8 <i>Sistema Financeiro</i>	96
5.2 Temas relativos à dimensão regional	97
5.2.1 <i>Processo de paz no Oriente Médio</i>	98
5.2.2 <i>Processo de Paz na África</i>	100
5.2.3 <i>Outras Questões Regionais</i>	102
5.3 Instrumentos a serem utilizados para moldar a nova ordem	103
5.3.1 <i>Cooperação Sul-Sul</i>	103
5.3.2 <i>Cooperação Regional dos países do Sul</i>	104
5.3.3 <i>Cooperação comercial entre os membros do IBAS</i>	106
5.3.4 <i>Fundo IBAS</i>	108
5.4 Cruzamento das agendas	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A - AGENDA IBAS REPRODUZIDA NOS DOCUMENTOS DO FÓRUM	123

1 INTRODUÇÃO

As coalizões de países intermediários adquirem relevância política principalmente após o fim da Guerra Fria. Esta nova ordem mundial, moldada após a queda do muro de Berlim, pondo fim à bipolarização do mundo em um bloco socialista e outro capitalista, trouxe um arranjo em que potências médias unidas pela vontade comum de projetar seus valores e interesses na arena internacional, voltam-se para arranjos multilaterais e alianças a fim de participarem mais ativamente das decisões mundiais.

Neste sentido, atualmente, vários estudos de relações internacionais têm analisado os motivos e razões que levam os países a se unirem e juntos formarem coalizões em busca de maior inserção e influência internacionais. As coalizões podem ser instrumentos relevantes para consecução de objetivos no sistema internacional. O foco do presente trabalho é, justamente, a análise de uma coalizão específica, enquanto estratégia de ação para auferir determinados resultados.

Também, são vários os estudos desta área que têm sido feitos sobre a importância das potências médias, ainda conhecidas como países intermediários, potências emergentes, potências regionais ou *system-affecting states* no sentido de países que estão em situação intermediária no sistema internacional e, por suas características, acabam por afetar, relativamente, dada ordem na arena mundial.

A partir destas duas variáveis, esta dissertação objetiva analisar as coalizões de países emergentes no sistema internacional. Como objeto específico se aprofundará no estudo de caso da formação do Fórum de Diálogo IBAS pela Índia, Brasil e África do Sul. Desta forma, o estudo se constituirá no processo de formação de coalizões de países emergentes ou potências médias a partir desta aliança, especificamente.

O IBAS nasce com a intenção de três países em desenvolvimento de articular posições conjuntas e enfrentar os males que os atingem através de uma cooperação setorial, onde possível, além de se fazerem ouvir nas instituições multilaterais, através do alinhamento pacífico de seus ideais e visão de mundo.

Percebe-se que os países consideram a ordem dada injusta e desigual e que o IBAS pode equilibrar esta balança, trazendo a perspectiva do desenvolvimento e criando oportunidades para uma governança mais inclusiva e democrática.

As similaridades encontradas entre os três países participantes do IBAS são várias, porém há de se pontuar diferenças também em muitos aspectos. Quanto às semelhanças, todos partilham de um passado colonial, apresentam problemas internos de desigualdade social, são considerados potências médias participativas e engajados nas questões dos países em desenvolvimento; são populosos, capazes de certa liderança internacional e detentores de áreas continentais. Importante notar que os três países iniciaram seu envolvimento neste projeto no âmbito do G-77¹, um marco na luta dos países em desenvolvimento, com a finalidade de promover e articular os interesses e a cooperação dos países do eixo Sul.

Quanto às divergências, é extremamente relevante a questão da agricultura: na OMC, o Brasil defende ampla liberalização, enquanto a Índia solicita proteção às importações devido a sua situação interna; PIB per capita; aderência ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear por parte de Brasília e Pretória, enquanto Nova Délhi opta por seguir possuidora de armas nucleares. Além disso, ressalta-se a pouca complementaridade de suas economias, visto que produzem bens bastante similares. (FLEMES, 2010; CAMPOS, LAS CASAS 2009).

Em termos políticos e econômicos, todos hoje são países democráticos; que insistem nesta credencial perante a comunidade internacional, defensores e seguidores do empoderamento através das instituições multilaterais. Revestem-se de uma autoridade moral, reservada aos seus princípios democráticos, respeito às organizações internacionais e principalmente pela luta contra um mal que lhes aflige e também a vários de seus vizinhos do Sul: a fome e a pobreza.

Na Declaração de Brasília, documento que estabelece formalmente o Fórum Trilateral em seis de junho de 2003, os ministros das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, e da Índia, Yashwant Sinha, manifestam o compromisso com a promoção dos ideais democráticos, respeito aos direitos humanos, à pluralidade e à manutenção da paz, dentre outros. São defensores da agenda do desenvolvimento nas instituições multilaterais e acreditam que o binômio democracia/desenvolvimento além de se reforçarem mutuamente, é a chave para a paz e a estabilidade sustentável.

¹ O G- 77 foi estabelecido em 15/06/64 por 77 países em desenvolvimento com o objetivo de fornecer meios para que os países do Sul articularassem e promovessem seus interesses econômicos coletivos e fortalecessem sua capacidade conjunta de negociação nas questões econômicas relevantes dentro do sistema da ONU e também para promover a cooperação e desenvolvimento Sul-Sul. Hoje conta com 131 países.

A pergunta que aqui se coloca é: Como as potências médias atuam na política internacional para viabilizarem seus interesses estratégicos de maior inserção e influência internacionais?

Não se pretende, neste âmbito, tipificar os países relativamente ao conceito de potências médias, o que não é totalmente pacificado e varia de autor para autor. Ao contrário, o que se ressalta são os motivos e a forma de interação destes três países, ora estudados, ao lidar com dilemas globais e cooperação específica entre eles.

Da pergunta principal de pesquisa e do objetivo geral de analisar a coalizão de países emergentes no sistema internacional, depreendem-se os seguintes objetivos específicos: analisar os interesses de Índia, Brasil e África do Sul de maior inserção e influência internacionais; analisar a construção do IBAS como um mecanismo institucional e, finalmente, analisar o IBAS enquanto um mecanismo institucional que permite a consecução dos interesses comuns de Índia, Brasil e África do Sul. Em resumo, a dissertação buscará responder o que eles querem de uma “nova” ordem internacional e como farão para influenciar a configuração dessa ordem.

A hipótese aqui desenvolvida é a de que os países emergentes constroem estruturas institucionais de amplo escopo como mecanismo para fazer valer seus interesses em tópicos substantivos de agendas internacionais.

Segundo Martin Hollis e Steven Smith (1990), a função da teoria no estudo das relações internacionais é prover sentido às ações e eventos protagonizados por atores no âmbito internacional. No entanto, deve-se observar que o contexto da ação não pode ser divorciado do entendimento deste ator, negando-se, neste aspecto, uma postura simplista de busca de verdades absolutas encontradas apenas nas ciências naturais.

Assim sendo, pautar-se-á nas contribuições da teoria institucionalista das relações internacionais, por se entender que os Estados são atores egoístas que buscam maximizar seus ganhos em suas interações com outros Estados, sendo tais ganhos estabelecidos a partir de seus interesses. Para tanto, esses Estados atuam de forma a cooperar uns com os outros, criando estruturas com diferentes graus de institucionalização, sendo essas estruturas os mecanismos que utilizam para resolver seus problemas de ação coletiva.

A metodologia utilizada é análise de conteúdo, assim descrita por Marconi e Lakatos (2002) como uma técnica de pesquisa que visa produtos da ação humana em que importa o estudo das ideias e não das palavras em si. Bardin (1977) enfatiza que se trata de uma técnica de investigação objetiva e sistemática das comunicações, sendo seu objetivo a inferência do conteúdo das mensagens.

As estratégias metodológicas e de pesquisa a serem utilizadas serão as seguintes:

- a) levantamento bibliográfico acerca dos construtos teóricos sobre potências médias;
- b) levantamento bibliográfico acerca dos construtos teóricos sobre cooperação e coalizões;
- c) levantamento e mapeamento de documentos oficiais relativos à apresentação das agendas dos países;
- d) mapeamento e categorização dos tópicos de agenda que indicam o almejo por maior inserção e influência internacionais;
- e) análise de conteúdo e de discurso do material categorizado tendo em vista os tópicos que indicam o almejo por maior inserção e influência internacionais;
- f) levantamento bibliográfico acerca do IBAS;
- g) levantamento e mapeamento de documentos oficiais relativos à institucionalização do escopo e agenda do IBAS;
- h) análise de conteúdo do material referente ao grupo, tendo em vista as proposições de alterações em tópicos substantivos de agendas internacionais;
- i) cruzamento entre interesses dos três países e proposições do IBAS de alterações em tópicos substantivos de agendas internacionais.

A dissertação foi da seguinte forma dividida: o capítulo dois apresentará entendimentos dos autores acerca das chamadas potências médias, sua busca por protagonismo no sistema internacional através do ativismo político. Em sequência, discorrerá sobre a Escola Institucionalista das relações internacionais, suas principais características e autores, com relevância para o estudo da cooperação. Serão ainda apresentados os diferentes tipos de jogos e dilemas advindos da

cooperação entre os Estados. Especial relevância será dada ao jogo de coordenação que é o tipo de arranjo institucional desenhado pelo IBAS. Por fim, serão feitos estudos de coalizões no cenário internacional.

No capítulo três, buscar-se-á elencar os fatores sistêmicos que colaboraram para efetivação de espaços institucionais tal como o Fórum IBAS, voltar-se-á ao fim da Guerra Fria, à situação dos Estados Unidos enquanto potência hegemônica e na guerra ao terror, dando causa assim ao surgimento das coalizões de países emergentes ou potências médias. Serão analisadas as falas dos presidentes brasileiro, sul-africano e do primeiro ministro indiano fora do âmbito do IBAS a fim de se detectar a agenda dos países no aspecto global. Desta forma, pretende-se estabelecer a configuração de interesses dos países que formam esta coalizão.

O capítulo quatro descreverá o Fórum, seu histórico, funcionamento, estrutura institucional e metodologia de trabalho. Serão listados os documentos utilizados para o escopo desta dissertação.

O quinto capítulo analisará as declarações conjuntas e comunicados do IBAS na busca da compreensão de como os líderes dos três países veem a ordem internacional e como pretendem cumprir seu objetivo comum de alterar esta ordem, tornando-a inclusiva, de forma a inseri-los nos processos decisórios. Neste capítulo, buscar-se-á depreender, através da metodologia de análise de conteúdo, quais são as principais metas do IBAS e o que passa a ser considerado relevante do ponto de vista da coalizão. Para tanto, utilizar-se-á das declarações e comunicados advindos das reuniões do Fórum durante estes nove anos de existência a fim de compreender como pretendem coordenar seus esforços no sentido de agir para modificar a ordem internacional, quando possível. O quinto capítulo apresentará ainda o cruzamento dos objetivos dos Estados fora do IBAS e seus posicionamentos conjuntos no Fórum a fim de medir sua congruência. Paralelamente, procurar-se-á decodificar os comunicados e declarações do Fórum à luz do referencial teórico, no sentido de corroborar ou refutar a hipótese de pesquisa. Para tanto, buscar-se-á uma confrontação entre a teoria e o discurso dos membros do IBAS no intuito de compreender a evolução e efetivação dos princípios e objetivos perseguidos.

Espera-se que, com um trabalho de dissertação com esses tópicos, demonstre-se a relevância do estudo das instituições, das potências médias e de suas coalizões no âmbito das Relações Internacionais, além de demonstrar como estes países podem, efetivamente, mediante uma estratégia de coordenação, sair

ganhando nos jogos travados na arena mundial, a despeito da sua pouca influência de poder material.

2 COALIZÕES DE POTÊNCIAS MÉDIAS E COOPERAÇÃO

No intuito de se definir o objeto de estudo de um tipo de coalizão, neste caso o IBAS, faz-se necessário caracterizar este Fórum, uma vez que é composto por três países reconhecidos como intermediários no sistema internacional.

Hurrel (2000; 2006) aponta as dificuldades em se definir e categorizar potências médias, uma vez que tal conceito abrange vários países em diversas situações nos quesitos: produto interno bruto, peso econômico, capacidade militar, importância geopolítica, população, padrão de política externa, entre outros. O autor sugere que, para melhor utilização do termo, interessante seria a adoção de uma postura construtivista, buscando a construção da identidade do país e seu posicionamento na esfera internacional. Assume-se que os países intermediários, como são também conhecidos, sejam propensos ao uso de instituições multilaterais para modificação na ordem internacional.

Neste sentido, Keohane (1969) afirma que é justamente através de organizações internacionais ou alianças que as potências médias podem tentar promover atitudes que as favoreçam. Observa-se, destarte, que embora possam fazer pouco juntos, poderiam fazer praticamente nada agindo separadamente. Neste aspecto, a função do IBAS é permitir que os três países ajam coletivamente, moldando atitudes e estabelecendo comportamentos próprios.

Campos e Las Casas (2009) também trabalham a dificuldade de enquadramento do termo potência média e regional para os membros do IBAS. Em não se obtendo consenso sobre o que vem a ser considerado o significado geral do termo, discutem se há padrão de comportamento similar na atuação dos membros multilateralmente e regionalmente na questão específica do comércio. A conclusão obtida é que não há um padrão fixo de política de comércio comum para estas potências médias, tampouco.

Quais seriam então as características gerais destes países? Estes países intermediários apresentam determinado poder (bélico ou econômico ou político), alguma capacidade de contribuir para a produção de ordem internacional (regionalmente ou globalmente), algum grau de coesão interna, uso de meios diplomáticos efetivos, preferência pelas instituições multilaterais na condução de sua política externa, ação estatal efetiva, legitimidade, população, território e crença em papel de maior relevância no cenário mundial. (CAMPOS, LAS CASAS 2009;

DRAPER, MILLS, WHITE 2004; HURRELL 2006; FLEMES 2007; LIMA, HIRST 2006). Ainda neste sentido,

Ou seja, enquanto o que caracteriza uma grande potência é a sua presença destacada e influente em grande parte das arenas internacionais fundamentais, o que caracteriza a condição intermediária seria a presença heterogênea nessas diversas arenas, onde o papel de destaque e influência em algumas convive com grandes vulnerabilidades ou baixa ou inexistente influência em outras. O somatório dessas presenças diferenciadas é que nos permitiria falar em condição intermediária. (SENNES, 2003, p. 111).

A professora Maria Regina Soares de Lima também oferece importante contribuição ao afirmar que “as potências intermediárias não se caracterizam pelo uso do poder duro, mas sim por sua preferência por instrumentos “brandos” e diplomáticos e a cooperação” (LIMA, 2008, p.11, tradução nossa).² Neste sentido, o embaixador João Genésio de Almeida Filho (2009) corrobora a tese da professora ao entender que Brasília se utiliza na ampliação de suas atividades diplomáticas, notadamente no governo Lula, do chamado poder brando ou *soft power* em sua estratégia autonomista de política externa.

Entende-se, neste íterim, que esta estratégia de política externa autoriza o entendimento de que os países médios têm espaço para exercício de poder ainda que o mundo tenha uma potência hegemônica (ALMEIDA FILHO, 2009). Desta forma, o conceito de *system affecting state* se coaduna com uma postura autonomista nas relações internacionais, uma vez que este país se vê como um possível protagonista na ordem internacional, podendo alterá-la junto e por meio de instituições multilaterais.

Jordaan (2003) propõe uma separação no amplo conceito de potências médias, sugerindo que há aquelas consideradas tradicionais, aí incluídas Canadá, Austrália, Noruega e potências médias emergentes tais como os países membros do IBAS, Argentina, Nigéria, entre outros. O autor postula que estes países, não obstante o estilo ativista nas relações internacionais e diplomáticas, não oferecem ameaças ao *status quo* político e militar do(s) hegêmona(s). Figuram, destarte, como estabilizadores e legitimadores da ordem, buscando, entretanto, alterá-la perante as instituições internacionais, em processo democrático. Para o embaixador Gilberto F. G. de Moura (2008), a diplomacia de cada um dos membros do IBAS projeta, em

² Las potencias intermedias no se caracterizan por el uso del poder duro sino por su preferència por instrumentos “blandos” y diplomáticos y la cooperación.

última instância, uma tentativa de adaptação à dinâmica da globalização assimétrica, buscando uma democratização e inserção no cenário internacional.

Neste sentido, no entendimento de Santos (2007), estas iniciativas de coalizões tais como IBAS e o G-20 estão inseridas em um processo de globalização contra-hegemônica, a partir da construção de projetos, iniciativas e formatos de cooperação, como forma de se contrapor aos imperativos econômicos, políticos, sociais e culturais impostos pelo Norte.

2.1 A cooperação como estratégia: as contribuições do Institucionalismo Neoliberal

A escola de pensamento nas Relações Internacionais que melhor reflete a importância das instituições e da cooperação entre os Estados é a chamada Escola Neoliberal Institucionalista. A literatura concernente à importância das instituições na sociedade mundial é vasta. Buscar-se-á, primeiramente, fornecer alguns conceitos considerados básicos ao entendimento do assunto, de forma a interrelacionar as perspectivas dos autores mais relevantes ao estado de arte da matéria.

A partir dos anos 80, o trabalho de Robert Keohane, principalmente, traz importantes contribuições ao estudo da cooperação internacional e do Institucionalismo. Baseado na teoria da escolha racional e do entendimento da Economia Política, afirma que os Estados podem, a partir das instituições internacionais, resolver seus problemas de ações coletivas, diminuir custos de transação e resolver problemas relacionados à assimetria de informações (MARTIN; SIMMONS, 1998, KEOHANE 2005).

Para os institucionalistas, o Estado é o principal ator no sistema internacional e o ambiente internacional é anárquico, ou seja, descentralizado, porém admite-se a participação de outros atores no processo político. São as chamadas relações transnacionais³ tais como organizações internacionais não governamentais, multinacionais, unidades sub-nacionais. Importante ressaltar também que esta escola entende a preocupação primordial do Estado com a segurança, mas adverte que a segurança não é vista unicamente do ponto de vista militar, ou seja, na complexidade do mundo atual, outros assuntos comerciais, climáticos etc. podem

³ Para mais detalhes, ver Teoria da Interdependência Complexa, KEOHANE (2001).

configurar a agenda do dia (KEOHANE 1982).

Posto que nenhum Estado tem que obedecer a outro, uma vez que são todos iguais entre si, entidades autônomas e, no mundo atual, seria completamente impossível e irreal voltar-se ao estado de natureza descrito por Hobbes, a guerra de todos contra todos, surgem então as instituições para ordenar e facilitar o relacionamento entre os Estados e promover a cooperação.

O embasamento teórico neoliberal entende a cooperação internacional através da formação de regimes que se baseiam fundamentalmente na análise da escolha racional por parte dos Estados, em certas circunstâncias, ao estilo da tradição de contrato social. Neste sentido,

Regimes são mais como contratos, quando estes envolvem atores com objetivos de longo prazo que procuram estruturar seu relacionamento de formas estáveis e mutuamente benéficas. (LOWRY apud KEOHANE, 1982, p.330, tradução nossa).⁴

Na falta de um governo comum supranacional que vincule obediência às regras por parte de todos os Estados, estes, racionalmente, optam por soluções através dos regimes e instituições multilaterais para assegurar e normatizar a reciprocidade das ações praticadas na busca de seus objetivos. Pressupõe-se para tanto, objetivos minimamente comuns, interesses mútuos e ganhos potenciais para os Estados que cooperem (KEOHANE 2005, STEIN 1993). Segundo Keohane (2005), as teorias realistas não dão conta deste fenômeno, devendo ser complementadas, embora não substituídas, por teorias que enfatizem a importância das instituições internacionais, neste caso a Escola Neoliberal ou Institucionalista das Relações Internacionais.

Para os institucionalistas, a suma importância dada aos regimes e instituições internacionais ocorre justamente porque ambos são tidos como catalisadores da cooperação e mitigadores dos efeitos da anarquia internacional. Julga-se mais fácil e seguro para os países a cooperação dentro de um regime, uma vez que ele gera a expectativa de um comportamento recíproco (KEOHANE, 1982).

Assim, sendo o ambiente internacional pontuado pela incerteza e privado de instituições governamentais globais com autoridade que as vincule, resta aos Estados a busca da cooperação para superação dos dilemas de ação coletiva.

⁴ Regimes are more like contracts, when these involve actors with long-term objectives who seek to structure their relationship in stable and mutually beneficial ways.

Neste sentido, Stein (1993) afirma que os regimes são baseados em interesses. Da mesma forma que os indivíduos se comprometem uns com os outros de forma a escapar do estado de natureza, os Estados, desde que em situação de interdependência, também colaboram, coordenando suas ações. “De maneira simples, há ocasiões em que o cálculo racional, autointeressado leva os atores a abandonar a tomada de decisão independente em favor de uma tomada de decisão coletiva”. (STEIN, 1993, p.45, tradução nossa)⁵

Os teóricos institucionalistas da escolha racional apontam que a aderência às instituições e aos regimes deriva de um cálculo racional estratégico, em que cooperar é a opção mais viável, sendo que a continuidade desta instituição no tempo deriva da eficiência com a qual serve aos fins materiais propostos (HALL; TAYLOR 1996).

Quanto ao estudo do Institucionalismo de escolha racional, conforme Hall e Taylor (1996), derivou-se de estudos ocorridos na legislatura americana. A observação de que as instituições, aí consideradas regras de procedimento e de comitês, na estrutura do congresso americano, favoreciam a agenda de votação, tornando-a exequível, passou a inspirar vários outros estudos em conjunto com ferramentas advindas da Teoria Econômica. Mais especificamente, no âmbito das relações internacionais, seus conceitos têm sido utilizados por autores do Institucionalismo para corroborar a prática da utilização de regimes internacionais para promover a cooperação. Complementarmente à teoria dos jogos, vários estudos e artigos foram publicados interrelacionando a importância das instituições em um arranjo cooperativo, baseado em premissas racionais.

Ainda, conforme Hall e Taylor (1996), são quatro os principais pressupostos característicos do Institucionalismo de escolha racional:

- a) os atores têm um conjunto fixo de preferências e se comportam de forma a maximizar a satisfação de suas preferências de forma estratégica;
- b) a política é vista como uma série de dilemas de ações coletivas;
- c) o comportamento de um ator é entendido como derivado de um cálculo estratégico, mas este cálculo é afetado pela percepção que o ator tem do jogo, ou seja, como ele espera que os outros se comportem também;

⁵ Quite simply, there are times when rational self-interested calculation leads actors to abandon independent decision making in favor of joint decision making.

- d) Por fim, uma instituição se origina através da vontade de atores relevantes que conseguem perceber um valor para tal. A instituição dura enquanto promover mais benefícios que outras formas institucionais alternativas.

A ação racional de um ator implica que sua interação, baseada em um cálculo estratégico, objetive maximizar a satisfação de suas preferências, ao mesmo tempo que minimize os custos envolvidos; sua ação é utilitarista e egoísta (KEOHANE 1982). Para Tsebelis (1998) a abordagem da escolha racional trabalha as coerções impostas aos atores racionais por meio das instituições; assume-se que a ação individual é uma adaptação ótima a um ambiente institucional. Assim, as instituições predominantes, as regras do jogo determinam o comportamento dos atores, os quais, por sua vez, produzem resultados políticos ou sociais. Neste contexto, cada ator tenta maximizar seus objetivos através de uma dada estratégia, embora permaneça coagido pelas instituições.

Neste aspecto, Hall e Taylor (1996), ao estudarem o institucionalismo na política, afirmam que as instituições proveem informações que ajudam a moldar comportamentos através de mecanismos próprios, alterando assim as expectativas dos atores em relação ao outro. Além disso, ajudam na elaboração de mecanismos de controle de execução, detectando possíveis desertores. Sendo assim, quanto mais uma instituição contribua com a resolução de dilemas de ações coletivas, mais ela persistirá e se fortalecerá. No entendimento de Tsebelis (1998), sua principal contribuição é que aumenta a estabilidade do jogo político, assim facilitando os cálculos dos atores políticos.

Para Keohane (1982,2005), que empresta da teoria microeconômica elementos para o estudo das escolhas feitas pelos atores na política mundial, a racionalidade implica que os atores tenham preferências consistentes, ordenadas e que, para tomada de decisão seja feito um cálculo custo-benefício de possíveis cursos de ação a fim de se maximizar o resultado obtido. Assim sendo, as instituições e os regimes corroboram a intenção de resolução de conflitos e ajustes de condutas, dando-lhes provimento e expectativas de colaboração e reciprocidade, quando há uma intenção de participar. Ainda, comportamentos cooperativos levariam à cooperação nas rodadas seguintes; ao contrário, um comportamento desertor, racionalmente, levaria à mesma ação dos demais (*Tit for Tat*).

Neste íterim, faz-se necessário conceituar e adjetivar o termo cooperação

inserido na política mundial. Axelrod e Keohane (1993) fazem importante distinção entre a harmonia e a cooperação, partindo do pressuposto que os países operam em um ambiente anárquico, sem governo comum ao qual se vincule obediência às regras. Deste modo, a harmonia é apolítica; não necessita de influência e não requer ajustes de comportamento. Em harmonia, a ação de um ator automaticamente ajustaria um interesse comum, consequentemente não há conflito. A cooperação, ao contrário, advém do conflito e ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências dos outros, mediante interesses em comum. Ocorre, então, uma conformidade no comportamento através de processos de negociação que podem envolver ameaças, promessas, punições ou prêmios. A cooperação ocorre mediante um conflito real ou potencial (KEOHANE, 2005).

Nos estudos relacionados à cooperação, Axelrod e Keohane emprestaram da teoria dos jogos, difundida principalmente nos estudos matemáticos aplicados primeiramente à economia, elementos para avaliar a tomada de decisão dos atores nas relações internacionais. Para compreender a análise do comportamento dos Estados à luz dos pressupostos da teoria dos jogos, leva-se em conta que os jogadores são racionais e buscarão maximizar seus objetivos, com expectativas a respeito do comportamento dos demais atores envolvidos no jogo. (SARFATTI, 2005).

São três os fatores que alteram a cooperação, segundo Axelrod e Keohane (1993) : a mutualidade de interesses, a sombra de futuro e o número de atores.

Pode-se dizer acerca do primeiro item que a estrutura de *payoff* (recompensa) de um jogo afeta o nível de cooperação obtido. A percepção dos atores é parte integrante deste processo. O elemento subjetivo desta percepção determina as preferências definidas pois “Crenças, não realidades governam as condutas.” (AXELROLD; KEOHANE, 1993, p. 90, tradução nossa)⁶

Quanto ao segundo item, sombra do futuro, Axelrod e Keohane (1993) percebem que preocupações acerca do futuro ajudam a promover a cooperação e detectam haver uma maior adaptabilidade ao domínio econômico, posto que as partidas tendem a se repetir no tempo; daí a razão pela qual as questões de política econômica podem ser resolvidas mais cooperativamente que questões de segurança internacional. Os autores ainda elencam quatro fatores específicos que

⁶ Beliefs, not realities govern conduct.

ajudam a promover a cooperação: horizontes longos, regularidade de partidas, confiança nas informações acerca das ações dos outros e pronto *feedback* sobre mudanças nas ações dos outros atores. Dessa forma um saberá se o outro não está cumprindo os acordos, por exemplo.

Por fim, há também o impacto do número de atores envolvidos no jogo cooperativo e principalmente como o relacionamento entre estes está estruturado. Axelrod e Keohane (1993) demonstram que a reciprocidade pode ser uma estratégia efetiva para induzir a cooperação entre os jogadores, porém, esta dependerá dos seguintes fatores: que os jogadores possam identificar os desertores, que estejam aptos a retaliá-los e que haja incentivos de longo prazo para a punição aos desertores. A fim de remediar os problemas em sancionar, cujos efeitos severos podem ferir de morte a cooperação entre vários países, sem no entanto privatizar a relação entre os jogadores, os autores sugerem a construção de regimes internacionais que forneçam padrões comparativos, assinalando responsabilidades e aplicando sanções quando devidas.

Outro ponto relevante apontado por Axelrod e Keohane (1993) diz respeito ao contexto em que ocorre a interação entre os autores. Eles sugerem que a interação, ou jogo, em questão, pode se relacionar e depender de outros jogos que ocorrem em outras esferas, outros tabuleiros por assim dizer, configurando jogos de múltiplos níveis. Um exemplo prático seria uma negociação na OMC (nível mundial) que dependa de interesses de elites agrícolas internas (nível doméstico). Neste âmbito, apresentam-se três situações que podem impactar na cooperação na política mundial: *issue-linkages*, relações internacionais e políticas domésticas e, por fim, compatibilidades e incompatibilidades entre os jogos.

A melhor tradução para *issue linkages* seria a negociação de temáticas em um sistema articulado, ou seja, a ligação de dois ou mais assuntos debatidos em que a barganha de um pode favorecer o ganho no outro. Faz-se menção aqui aos tabuleiros de xadrez onde o movimento de um pode influenciar o movimento do outro em outra partida dada. Um dos exemplos fornecidos pelos autores é justamente de um Estado que possui uma vantagem em uma área temática e pretende usar essa influência, a título de barganha, para constranger ou moldar o comportamento de outro Estado, em outra área temática.

A segunda situação, conforme Axelrod e Keohane (1993), em que podem ocorrer jogos de múltiplos níveis é aquela que surge quando há conexões entre um

jogo jogado na arena internacional e outro na arena doméstica. Interessante complementar este ponto com o estudo de George Tsebelis (1998) acerca de jogos ocultos. O autor argumenta que, muitas das vezes, ocorre a algum observador de um determinado fato na política mundial, que o Estado (jogador) em questão estaria agindo irracionalmente, porém falta a este observador a visão geral dos jogos em seus múltiplos níveis. Estaria o Estado jogando um jogo na arena internacional e outro na arena doméstica? Se sim, seria a ação internacional considerada subótima, erroneamente caracterizada, uma vez que se percebe o ganho na arena doméstica? Assim, partindo da premissa que o observador tenha informação adequada, Tsebelis encontra a alternativa para o comportamento dito irracional do ator, levando em consideração que o observador detém uma perspectiva incompleta. Assim, o que parece subótimo a partir da perspectiva de um único jogo é na verdade ótimo quando é considerada toda a rede de jogos, em seus múltiplos tabuleiros. O ator pode escolher uma estratégia subótima num jogo se essa estratégia conseguir maximizar os seus *payoffs* quando se consideram todas as arenas.

Finalmente, a última situação que altera o contexto da cooperação, conforme Axelrod e Keohane (1993) trata das compatibilidades e incompatibilidades entre os jogos. Isso significa que, travando o Estado mais de um jogo, pode haver uma certa compatibilidade que fará com que seja mais fácil conseguir a cooperação no outro jogo. O contrário também pode ocorrer. Um exemplo seria o caso de Estados que são aliados na esfera militar e econômica.

O propósito de Axelrod e Keohane (1993), ao estudar a fundo as condições estruturais e contextuais em que ocorre a cooperação ou a discórdia, contou com análises de modelos matemáticos e torneios de computador a fim de superar jogos de dilema de ação coletiva, como o clássico dilema do prisioneiro que retrata o problema de colaboração.

O jogo consiste de dois suspeitos que são presos, prováveis cúmplices em um roubo e são interrogados separadamente pela polícia. Não há provas suficientes para condená-los. Uma vez que está cada qual na sua cela, a polícia vai até os prisioneiros e oferece o mesmo trato. Se um dos prisioneiros confessar (trair o outro) e o outro permanecer em silêncio, o que confessou será libertado e o denunciado será condenado a cinco anos de prisão. Se ambos confessarem, denunciando um ao outro, pegarão cada um três anos de prisão. Porém, se ambos ficarem em silêncio, não denunciando o outro, as provas são suficientes para prendê-los por

somente um ano. Como eles não podem conversar para combinar um acordo farão sua escolha racionalmente. Neste caso, a estratégia dominante é confessar, ou seja, independente da decisão do outro jogador, ela apresenta melhor resultado. A decisão racional para ambos é confessarem e os dois ficarão presos por três anos. Haveria uma situação colaborativa melhor para ambos. Seria aquela que os dois ficariam calados, cooperariam com o próximo e então cumpririam pena de um ano. Porém, quem assegura que um prisioneiro não procuraria obter uma vantagem para sair ileso e na última hora não incriminaria o outro? Neste caso, um amargaria cinco anos enquanto o outro sairia tranquilamente da prisão.

O dilema do prisioneiro expõe a contradição do ser humano, podendo ser escalonada para estudos de grupos e nações. Mesmo sendo interessante cooperar, como ter certeza que não se será passado para trás? Aliás, o que é melhor para um ator, muitas vezes não é melhor para a coletividade. Entre dois atores que agem todo o tempo de forma a maximizar as respectivas vantagens, não haveria lugar para confiança e cooperação? Um jogador racional vai escolher uma estratégia não cooperativa baseado na premissa que o outro fará o mesmo, havendo aí um resultado pior para ambos.

Keohane (2005) afirma que partidas únicas do dilema do prisioneiro, ou seja, que não sejam jogadas iteradas vezes, são usualmente tomadas como situação paradigmáticas da política internacional em que a discórdia prevalece e a cooperação é rara como no estado de natureza hobbesiano, descrito pela Escola Realista. Solução para o dilema seria a utilização de princípios de reciprocidade e construção de regimes como proposto pela Escola Neoliberal.

O que finalmente solucionou o dilema do prisioneiro foi um programa de computador criado na década de 70 por Anatol Rapoport, especialista na teoria dos jogos, em um torneio conduzido por Robert Axelrod, conhecido como *Tit for Tat*.⁷ Provou-se então que, se o dilema do prisioneiro fosse jogado repetidas vezes, haveria cooperação pois os atores perceberiam a oportunidade de construírem relações de confiança para maximizarem seus ganhos; desta forma, o ator A cooperaria se B cooperou na rodada anterior, e assim sucessivamente, baseando-se no princípio de reciprocidade em partidas futuras.

Finalmente, os estudos acerca da cooperação sugerem, a partir da teoria

⁷ Estratégia que consiste na cooperação de um jogador se o outro também cooperar; reciprocidade entre os jogadores

desenvolvida por Axelrod com base no dilema do prisioneiro, que a estratégia baseada na reciprocidade pode obter maiores *payoffs*, inclusive para toda coletividade, uma vez que pune jogadores que usam estratégias não cooperativas. Adverte-se, no entanto, para o caso do conflito ser perpetuado indefinidamente, em casos que a estratégia se baseie em infundáveis defecções, justamente por se utilizar a reciprocidade continuamente. Não obstante, contudo, a solução para os possíveis conflitos ora descritos, baseia-se na reciprocidade e na construção de regimes internacionais sólidos que não serão substitutos da reciprocidade, mas ao contrário, a reforçará e a institucionalizará (AXELROLD; KEOHANE, 1993).

No aspecto da cooperação entre os Estados, Lisa Martin (1992)⁸ propôs um importante estudo baseado em uma tipologia de quatro dilemas de cooperação que podem ocorrer entre os Estados, dissecando a importância e a utilidade das normas multilaterais ou das organizações formais no processo. É sabido que os Estados podem decidir (e coagir) unilateralmente ou através de acordos bilaterais, porém, no viés ora estudado, partindo do pressuposto que os Estados fazem o cálculo racional e se voltam aos arranjos multilaterais apenas se esses servirem aos seus interesses, a autora avalia a partir da métrica do multilateralismo, a tomada de decisão dos Estados enquanto atores racionais, buscando superar seus dilemas de cooperação.

Nesta linha, argumenta que o multilateralismo puro seria irreal e utópico, mas que, na cooperação entre os Estados, convém avaliar na tipologia que norteia seu estudo, o impacto das instituições do multilateralismo (suas normas) e das próprias organizações multilaterais na resolução dos conflitos. Assim sendo, os regimes internacionais serão considerados multilaterais quando seus princípios, normas, regras e processos decisórios refletirem princípios de conduta generalizados. Já as organizações internacionais terão esta característica quando as regras gerais para tomada de decisão forem processos tipo votação ou consenso (RUGGIE, 1992; MARTIN, 1992).

Martin (1992) cataloga quatro tipos de dilemas que podem advir da cooperação: colaboração, coordenação, persuasão e segurança. Cada um desses tipos gera impacto nas normas e nas instituições (pontuando a necessidade ou não destas), além de expectativas de comportamento. Apesar de diferentes princípios de organização e sua maior ou menor força dependendo da institucionalização da

⁸ Artigo publicado em 1992, intitulado *Interests, Power and Multilateralism*.

organização, a autora defende as instituições do multilateralismo e as organizações multilaterais, a depender do tipo de desafio em questão, como um salvo conduto para superação dos dilemas enfrentados pelo Estado.

De acordo com Stein (1993), surge um dilema de interesses comuns quando a tomada de decisão independente leva a resultados que são deficientes de Pareto. Neste sentido, os regimes surgem justamente porque os atores optam por se abster de tomadas de decisões independentes para cooperar em dilemas de interesses comuns (colaboração) ou aversões comuns (coordenação).

Os dilemas de interesses comuns, no entendimento de Stein (1993), ocorrem quando o resultado ótimo de Pareto⁹, que os atores desejam, não são um resultado de equilíbrio. Chamados por Martin (1992) de jogos de colaboração, a autora afirma que os Estados devem ter interesses simétricos, porém, a fim de resolver o problema de cooperação, eles terão que se afastar da decisão subótima, rejeitando suas estratégias dominantes e optar pela decisão ótima, onde os ganhos percebidos são maiores. Neste sentido, afirma a autora, as organizações formais são necessárias, posto que estendem a sombra de futuro para cooperações porvir e punem possíveis deserções. Faz-se relevante, neste cenário, a confiança em mecanismos centralizados que façam com que se cumpram a manutenção de acordos. Espera-se e incentiva-se, assim, informações acerca do comportamento dos outros Estados.

Se por um lado as organizações formais são compatíveis com este jogo, o mesmo não se pode afirmar das instituições do multilateralismo. Estas, ao contrário, desfavorecem a colaboração, uma vez que possíveis Estados desertores não sofrerão retaliação e acabarão por se beneficiarem dos acordos, apesar de não terem cumprido com sua parte no trato, devido aos princípios de reciprocidade difusa e indivisibilidade. “Dilemas de ação coletiva, surgem quando se lida com bens públicos. A aderência estrita aos princípios multilaterais, em vez de resolver tais dilemas, criaria bens públicos de bens privados”. (MARTIN, 1992, p. 772, tradução nossa)¹⁰.

São duas as situações que, conforme Martin (1992), vão causar problemas nos jogos de colaboração: a) fatores que possam diminuir a sombra do futuro para

⁹ Ótimo de Pareto: Um resultado é um ponto ótimo de Pareto se nenhum outro resultado oferece a *todos os jogadores* uma recompensa maior.

¹⁰ Dilemmas of collective choice arise when dealing with public goods. Strict adherence to multilateral principles rather than solving such dilemmas, would create public goods from private ones.

os Estados, b) diminuição da habilidade dos Estados em se manter informados acerca dos comportamentos dos outros. Tais fatos acarretariam motivos para deserção e traição, principalmente tendo em contrapartida um *payoff* imediato. A organização internacional atuaria como uma garantidora da colaboração permanente, apresentando punições para defecções. Ainda, conforme Stein (1993), a formalização do regime ou organização é necessária para que se adquira esta cooperação de forma eficaz.

Resta patente que, nos problemas de colaboração, as organizações multilaterais serão fortes, conquanto as instituições do multilateralismo, fracas, pois simples convenções sem monitoramento não assegurariam a cooperação, conseqüentemente, aumentando a tentação dos Estados em trapacear.

Uma situação que Martin (1992) consegue contornar diz respeito ao número de participantes envolvidos nas organizações multilaterais. Argumenta-se que quando todos participam de determinada agenda decisória, custos de transação podem ser bem mais altos, o consenso inalcançável e o parasitismo indetectável. A autora, no seu artigo, soluciona o problema através de uma representação típica das legislaturas. Propõe-se, assim, quando houver um grande número de membros na tentativa de colaborar, um comitê com os principais atores interessados na questão. Desta forma, a instituição abre mão do princípio do multilateralismo no processo decisório, que é, entretanto, compensado pela potencial diminuição dos custos e aceleração do processo.

Os jogos de coordenação, segundo Martin e Simmons (1998), são aqueles que apresentam múltiplos equilíbrios “ótimo de Pareto”. O problema apresentado consiste na escolha de um desses equilíbrios. Neste dilema, também se assume a existência de interesses simétricos entre os atores. Nos jogos de coordenação, Martin (1992) conclui não haver necessidade de instituições fortes com mecanismos de controle e *enforcement*, afinal os Estados não ganhariam ao se desviar do resultado pretendido. Os Estados, neste caso, não precisam se preocupar com possíveis deserções. Fica assim entendido que, nos problemas de coordenação, as organizações multilaterais não são necessárias por não se esperar destas um papel relevante. Ao contrário, as instituições do multilateralismo deverão ser fortes, ao passo que serão utilizadas para soluções cooperativas durante o processo de negociação, quando se espera o estabelecimento de uma convenção. Além do que, extensivas barganhas e discussões utilizarão amplamente as normas e princípios

advindos do multilateralismo. Martin e Simmons (1998) sugerem a identificação de um ponto focal de forma a ajudar na escolha dos Estados.

Problemas podem surgir, conforme Martin (1992), quando houver uma mudança de equilíbrio, no caso de um Estado, por exemplo, optar por mudar sua posição no jogo, trazendo reavaliações e adaptações aos demais Estados. Porém Martin e Simmons (1998) argumentam, em outro artigo, que as instituições têm o poder de perpetuar um determinado equilíbrio escolhido no tempo, como se “travasse” aquela escolha. Corrobora-se aqui a característica básica dos regimes e instituições de perpetuarem os arranjos no tempo. Uma vez que o equilíbrio foi estabelecido, o outro jogador não possui incentivo para desertar pois não aumenta seu *payoff* ao se desviar do resultado estabelecido. Neste caso, a troca de informação entre os atores é prospectiva e pressupõe extensiva barganha (MARTIN 1992).

Martin e Simmons (1998) contribuem ainda para o debate relacionando os problemas de colaboração a preocupações da ordem da eficiência, e os problemas de coordenação, por sua vez, a questões distributivas. Porém, advertem que a repetição levará os jogos de colaboração a se transformarem em jogos de coordenação, ou seja, os Estados terão que se preocupar, continuamente, com a consecução de resultados eficientes e a resolução de conflitos distributivos. Em ambos os tipos de problemas, ressalta-se que há uma simetria de interesses entre os Estados.

Os jogos de persuasão e segurança se caracterizam por Estados com interesses assimétricos; o resultado deixará um jogador insatisfeito. Martin (1992) aponta o exemplo do hegêmona que, se tiver incentivos para prover o bem público através dos custos de execução, administra um regime de persuasão e não de colaboração. Neste aspecto, o dilema enfrentado pelo hegêmona é persuadir os demais Estados a colaborarem. Posto isto, para corroborar uma estratégia de persuasão através de punições ou promessas, organizações multilaterais formais serão extremamente necessárias, não só para manter o viés de credibilidade, como também para interrelacionar outras questões à tomada de decisões- *issue linkage*¹¹. Neste mesmo ângulo de observação, nota-se que as instituições do multilateralismo se apartariam de dois de seus corolários: a não discriminação e a

¹¹ Para mais detalhes, ver KEOHANE (2005).

reciprocidade difusa. Ora, se o jogo é de persuasão, a ameaça ou promessa em potencial configurará uma reciprocidade específica e sim, haverá discriminação, donde se conclui que as instituições do multilateralismo serão fracas neste tipo de problema.

Problemas, conforme Martin (1992), surgem à medida que o hegêmona que provê o bem público perde poder. Como a obediência dos demais Estados é mantida através de promessas e ameaças, aumenta-se o risco de deserção. Naturalmente, como haverá mudança de relações de poder, é factível e possível conforme a autora, migrar o jogo de persuasão para o de colaboração. Mudanças e adaptações terão que ser implementadas nos regimes, dando-lhes viés mais multilateral, entretanto, é uma possibilidade de continuidade de cooperação. Tal fato se explica pois um hegêmona que perde poder muito provavelmente não conseguirá mais arcar com custos unilateralmente.

Por fim, o último tipo de jogo, a segurança, é definida por Martin (1992) como um jogo de uma partida na qual Estados com informações completas irão cooperar dentro dos limites da área temática em questão, obtendo, como resultado preferencial, a cooperação mútua. A deserção mútua também é um resultado possível, porém a cooperação é Pareto superior. Stein (1993) explica que os regimes de segurança surgem quando o conhecimento de cada ator sobre a preferência do outro já é suficiente para levá-los a um resultado preferível para ambos, como, por exemplo, nos tratados de extradição. Uma vez que não há ganhos advindos da trapaça, assim como nos jogos de coordenação, as organizações multilaterais serão desnecessárias, posto que é irrelevante gastar recursos em manter organizações formais para monitoramento. Por outro lado, as instituições do multilateralismo são necessárias e valiosas, uma vez que a transparência quanto às posições tomadas, e decisões coletivas emanadas de normas multilaterais fortalecem esta ação política.

Conforme Martin (1992), os mesmos fatores que ameaçam jogos de colaboração são também problemáticos para os jogos de segurança. Assim, incertezas quanto à colaboração no futuro e ausência de informação sobre o comportamento dos outros Estados podem levar ao fim da cooperação. Neste caso, faz-se necessária a criação de instituições multilaterais para dar visibilidade ao processo.

Observa-se, enfim, que em se tratando de problemas de colaboração e de

persuasão, as organizações internacionais mostram-se necessárias e relevantes à manutenção da cooperação. Já nos problemas classificados como coordenação e segurança bastam as normas do multilateralismo para prover a cooperação, sendo para os Estados um custo extra desnecessário a manutenção de organizações formais para tal.

2.1.1 O papel das instituições internacionais

Os estudos sobre o papel das instituições internacionais têm sido de suma importância para o entendimento da política mundial desde o final da Segunda Guerra Mundial, conforme Martin e Simmons (1998). Naquela ocasião, buscava-se compreender se as recém estabelecidas organizações internacionais, tais como a ONU, o GATT e o FMI estariam aptas a resolver os problemas para os quais foram designadas.

Conforme Martin e Simmons (1998), a agenda de pesquisa institucionalista mais produtiva nas Relações Internacionais é aquela baseada no racionalismo funcionalista de Keohane e Krasner e esta é a linha seguida no presente trabalho.

Keohane (1988) aponta as dificuldades de entendimento do termo instituições, sinalizando o amplo espectro de conceitos que buscam defini-lo. Não obstante, consegue formular uma base conceitual que é usada na maioria dos artigos e livros da área das Relações Internacionais. Segundo o autor, pode-se definir instituições como “conjunto de regras (formais e informais) persistentemente conectadas que prescrevem o comportamento, constroem as atividades e definem as expectativas”. (KEOHANE, 1988, p.383, tradução nossa)¹².

Para Duffield (2007), não obstante as relevantes contribuições dos acadêmicos ao longo dos anos, a definição de instituições internacionais ainda não acomodava todos os tipos de instituições possíveis, dificultando comparações analíticas e prejudicando aprofundamentos teóricos a partir de conceitos-chave mais amplamente aceitos. Desta forma, complementa a definição de Keohane (1982), ao prover um elemento advindo do construtivismo, as normas. Assim, à parte a fundamentação teórica racional ligada às regras - elemento formal, traz à luz a importância de elementos intersubjetivos na conceituação de instituições. As normas

¹² Persistent and connected sets of rules (formal or informal) that prescribe behavioral roles, constrain activity and shape expectations.

contribuem, assim, com as ideias e convenções que muitas das vezes são partilhadas, mas não escritas. Trata-se de entendimentos comuns, internalizados que podem ou não ser posteriormente codificados:

Conjunto relacionado de normas e regras constitutivas, regulativas e procedimentais, relativamente estáveis, que pertencem ao sistema internacional, aos atores no sistema (incluindo Estados e entidades não estatais) e suas atividades. (DUFFIELD, 2007, p. 7,8, tradução nossa)¹³

Para os neoliberais, as instituições facilitam o processo de aderência às regras através da sua formulação, comunicação, administração, interpretação, legitimação e posterior adaptação (KRASNER, 1982). Neste âmbito, o funcionamento dentro de um regime que vincule obediência a um padrão convergente de princípios ajuda a assegurar obediência a uma instituição e, assim, assegurar a efetividade do regime que esta administra. Neste sentido:

A abordagem institucionalista dita neoliberal, por exemplo, sustenta que a participação em uma multiplicidade de instituições internacionais – organismos e regimes internacionais – modificaria o interesse das grandes potências, tornando a preservação desses espaços multilaterais um interesse vital para elas. Portanto, haveria limites à possibilidade de imposição unilateral de interesses e perspectivas por parte das grandes potências, limites esses advindos da necessidade de assegurar a continuidade da participação dos demais países naquelas instâncias multilaterais. Essa necessidade franquearia aos países menores uma possibilidade de defenderem seus objetivos maior que o que seria de se esperar se olhássemos apenas o seu peso na distribuição internacional de capacidades e recursos (DINIZ, 2007, p. 130).

Pode-se afirmar que existe uma tendência entre governos no sentido de preservar determinadas políticas no tempo. Não se pretende aqui afirmar que tais acordos sejam facilmente alcançáveis e mantidos, mas sim, que a habilidade dos Estados de se comunicar e cooperar uns com os outros depende da construção de instituições que serão mais ou menos fortes, em função do tema tratado e da época vivida.

Neste sentido, a função dos regimes, conforme Keohane (1982), seria facilitar a construção de acordos mútuos benéficos aos governos em áreas específicas das relações internacionais, tais como o comércio, agricultura ou mudança climática, de

¹³ Relatively stable sets of related constitutive, regulative, and procedural norms and rules that pertain to the international system, the actors in the system (including states as well as nonstate entities) and their activities.

tal forma que a estrutura anárquica não os levasse a uma situação de frequentes dúvidas, dificuldades e embates. Além do que, os atores geralmente considerariam difíceis ou improváveis determinados tipos de acordos fora de tais arranjos pré-estabelecidos. Em outras palavras, não há necessidade de regimes se os Estados podem obter o resultado pretendido através de suas próprias decisões independentes (STEIN, 1993).

Os regimes e as instituições facilitam a cooperação por prover informações necessárias aos parceiros, reduzir os custos de transação (custos estes associados à negociação, monitoramento e *enforcement*) e ajudar a moldar as reputações dos Estados membros; possíveis desertores podem pensar duas vezes antes de fazê-lo para não se comprometerem principalmente em questões que possam implicá-los em outras partidas futuras, ou seja, jogos travados repetidas vezes. (KEOHANE 1982,2005).

A demanda por instituições internacionais será tanto maior quanto maior for a interdependência entre os Estados. Para Keohane e Nye (2001), a interdependência é uma situação de mútua dependência, onde os Estados e outros atores mantêm uma teia de relações através de múltiplos canais, não havendo uma hierarquia de questões onde a militar seja mais importante que todas as outras.

Enfim, a teoria neoliberal ou institucionalista entende que a cooperação pode, em muitos aspectos, ser difícil de se obter, mas que esta cooperação que advém, não de uma harmonia, mas da resolução de conflitos, mediante ajustes entre ações e comportamentos díspares através de processos de negociação, é a forma mais viável para lidar com os conflitos de nível mundial. Neste sentido, Hurrell afirma que “instituições são necessárias para se lidar com os cada vez mais complexos dilemas de ação coletiva que emergem no mundo globalizado” (HURRELL, 2000, p. 3, tradução nossa)¹⁴.

Outro ponto que cabe ser ressaltado é a forma dada às instituições que poderão, ou não, ser multilaterais. No escopo deste trabalho, as instituições apresentam essa característica. Multilateralismo, conforme Ruggie (1992), é a prática de coordenação política em grupos de três ou mais Estados, baseada em princípios de conduta generalizada que ordenam as relações entre estes Estados. Estes princípios especificam a conduta apropriada para uma ação independente dos

¹⁴ Institutions are needed to deal with the ever more complex dilemmas of collective action that emerge in an globalized world.

interesses particulares das partes. Seus princípios básicos são: Indivisibilidade das ameaças para com a coletividade, não discriminação entre os Estados e reciprocidade difusa. São justamente estas características que diferenciam o arranjo multilateral, das decisões imperialistas ou bilaterais.

Esses princípios básicos, conforme Ruggie (1992), contribuem para perdurar os acordos multilaterais já em utilização, posto que:

- a) arranjos estipulados em princípios de organização generalizados são mais elásticos que aqueles baseados em interesses particulares;
- b) arranjos multilaterais que deram certo demonstram ter uma característica comum - expectativas de reciprocidade difusa;
- c) arranjos multilaterais propiciam maiores oportunidades a terceiras partes, alargando, assim, o espectro de abrangência do regime, causando um sentimento de pertencimento, ao contrário dos arranjos bilaterais, que restringem.

Observa-se que Ruggie é claramente simpático à ideia de que o multilateralismo seja uma tendência positiva na governança internacional e este princípio é amplamente utilizado para uma maior efetividade da coalizão ora estudada.

Em suma, os Estados cooperam quando buscam maximizar seus ganhos. Para tanto, precisam resolver seus dilemas de ação coletiva. Esses dilemas podem ser expressos por jogos de diferentes tipos, a depender do dilema envolvido. O dilema de ação coletiva determinará a estrutura institucional mais adequada à questão da cooperação que os Estados necessitam. Posto que há interesses simétricos entre os Estados nos jogos de coordenação, não há necessidade de instituições formais para dar viabilidade ao processo. Neste caso, conforme visto, as normas e os princípios do multilateralismo são suficientes para prover a cooperação.

As coalizões são estruturas pouco institucionalizadas, não demandam custos extras para seu funcionamento e são plenamente adequadas quando se trata de jogos de coordenação entre os Estados, como o caso aqui especificado.

2.2 Coalizões como arranjos cooperativos

A fim de se compreender a relevância do Fórum IBAS para o estabelecimento de políticas cooperativas entre as potências médias, cabe traçar um paralelo com a formação de outras coalizões. De acordo com Narlikar e Tussie (2004), os países em desenvolvimento se beneficiaram da experiência adquirida no GATT e na OMC para demonstrar coesão e força na reunião do G-20¹⁵ em Cancún, onde, ineditamente, potências médias e pequenos Estados conseguiram frustrar as intenções e planos da Comunidade Econômica Europeia e dos Estados Unidos, ao negar um acordo que seria prejudicial aos demais países.

Nas palavras de Narlikar e Tussie (2004), a coalizão representada pelo G-20 foi considerada um novo e relevante ator no marco das reuniões da OMC. Demonstrou a força da China, na sua primeira participação em coalizões desde que se tornara membro efetivo da Organização Mundial do Comércio e inaugurou uma nova postura dos países em desenvolvimento, através de uma maior consciência política e agenda pró-ativa com propostas efetivas para diminuir o protecionismo dos países desenvolvidos no âmbito da agricultura. Importante ressaltar, para o escopo deste trabalho, que os três países que formam o Fórum de Diálogo IBAS - Índia, Brasil e África do Sul são membros ativos desta aliança.

Neste sentido, cabe frisar que a própria formação do G-20 é analisada como decorrente da aproximação orquestrada pelo Fórum de Diálogo IBAS. Fato é que este foi estabelecido formalmente em 06/06/2003 através da Declaração de Brasília; já a formação da coalizão G-20 se deu em 20/08/2003, menos de dois meses após o IBAS, em Cancún, quando da reunião da OMC.

Narlikar e Tussie (2004) discutem a importância destes países em muitas das coalizões do passado, de forma a possibilitar uma aprendizagem socialmente construída ao longo de mais de vinte anos, que revelou a força de determinados países no jogo político mundial. O IBAS e o BRICS são um reflexo destas coalizões no que se propõem a trabalhar a união de chamadas potências médias através dos princípios multilaterais, corroborados em uma diplomacia pró-ativa. Nas palavras do

¹⁵ É uma coalizão de países em desenvolvimento formada no âmbito das negociações de agricultura da Rodada Doha da OMC. Atualmente, o G-20 é integrado por 23 membros: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paraguai, Paquistão, Peru, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

presidente Lula, “Na OMC, a existência do IBAS e o bom entendimento entre nossos países contribuíram para a formação do G-20 [...] ouso dizer: mudamos para sempre o padrão das negociações na OMC”.(BRASIL, 2007).

Segundo os autores, entretanto, há dois problemas centrais no que tange às coalizões de países em desenvolvimento: peso externo mínimo e risco de fragmentação. Quanto ao primeiro fator, pode-se tentar transpô-lo através de um redesenho da própria coalizão. Seria possível coincidir o objetivo de algum Estado mais relevante ou economicamente mais forte, cooptando-o para a coalizão? Segundo Narlikar e Tussie (2004) este foi o caso do grupo Cairns¹⁶ formado na cidade da qual derivou seu nome, na Austrália. A segunda forma de conferir mais poder de barganha a uma coalizão de peso externo mínimo seria apoiar-se em números relevantes, propiciando estatísticas de impacto para provocar o debate e dar legitimidade ao processo, além do que vários países juntos numericamente, também impõe uma força maior para se desviar de um resultado considerado subótimo para todos eles. Um exemplo seria o do próprio G-20 que compreende 60% da população rural de todo o mundo. Finalmente, o terceiro método de se superar o risco de fragmentação causado pelo peso externo mínimo baseia-se no conhecimento, ou seja no poder que advém do conhecimento e das informações partilhadas em alianças eficazes. Os autores defendem que, mesmo países considerados nada influentes no sistema internacional podem estudar atentamente a questão pela qual pleiteiam e encontrar nichos onde possam estabelecer suas estratégias de ações. Exemplo deste curso de ação, adotado pelo grupo LDC¹⁷, que engloba os países menos desenvolvidos do mundo, seria o parágrafo 42¹⁸ da

¹⁶ Grupo de países exportadores de produtos agropecuários que exercem pressão para que se liberalize o comércio deste tipo de produtos. Formou-se em 1986 em Cairns, Austrália, justamente antes do início da Rodada do Uruguai. Seus membros atuais são Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai.

¹⁷ A OMC reconhece como países menos desenvolvidos aqueles que assim foram designados pelas Nações Unidas. Há presentemente 48 países constantes na lista das Nações Unidas e no âmbito da OMC são 31.

¹⁸ 42. We acknowledge the seriousness of the concerns expressed by the least-developed countries (LDCs) in the Zanzibar Declaration adopted by their ministers in July 2001. We recognize that the integration of the LDCs into the multilateral trading system requires meaningful market access, support for the diversification of their production and export base, and trade-related technical assistance and capacity building. We agree that the meaningful integration of LDCs into the trading system and the global economy will involve efforts by all WTO members. We commit ourselves to the objective of duty-free, quota-free market access for products originating from LDCs. In this regard, we welcome the significant market access improvements by WTO members in advance of the Third UN Conference on LDCs (LDC-III), in Brussels, May 2001. We further commit ourselves to consider additional measures for progressive improvements in market access for LDCs. Accession

Declaração Ministerial de Doha.

Quanto ao segundo problema apontado por Narlikar e Tussie (2004), o risco de fragmentação das coalizões de países em desenvolvimento é maior, posto que sua capacidade de lidar com pressões é tanto menor quanto sua relevância no sistema internacional. Ocorre um efeito dominó, conforme os autores, fazendo com que a saída de um país deflagre a saída de outros que temem se ver sozinhos no final da partida. Outra característica que também pode vir a fragmentar coalizões é a amplitude de assuntos tratados que provoca uma maior abertura a possíveis ameaças e promessas por parte dos países desenvolvidos, através de mecanismos bilaterais. Por fim, apontam também problemas no tipo de estratégia utilizada na maioria das vezes, a distributiva. De acordo com esta estratégia, o que um ator ganha, o outro perde; configura assim uma relação onde os países em desenvolvimento solicitam algo, porém não fazem concessões em troca, dificultando um processo de ajuste e negociação. Desta forma, os países desenvolvidos ao invés de se sujeitarem a uma estratégia distributiva que não oferecerá recompensas, preferem sugerir acordos bilaterais para alguns Estados em separado, o que leva a coalizão muito provavelmente a uma situação de fim.

No caso do G-20, à parte o fator de ter sido uma iniciativa de sucesso, apresentou todos os problemas elencados acima, com exceção do peso econômico mínimo. Esta coalizão congregou países com posições diversas na área temática agricultura, basta ressaltar o exemplo paradigmático do Brasil e Índia. O Brasil, exportador, com o intento de liberalizar o comércio; a Índia, por sua vez, protecionista e preocupada com seus pequenos produtores rurais. Não obstante as diferenças, posicionaram-se juntos em relação a um mal maior, qual seja, a negativa dos países desenvolvidos em diminuir os subsídios aos seus fazendeiros. Assim ocorreu com vários outros pequenos blocos e facções que resolveram participar e cooperar para uma solução mais viável para os países em desenvolvimento.

Assim sendo, surge a dúvida: Por que tantas coalizões de países em desenvolvimento fracassaram no passado e desta vez os resultados foram

of LDCs remains a priority for the Membership. We agree to work to facilitate and accelerate negotiations with acceding LDCs. We instruct the Secretariat to reflect the priority we attach to LDCs' accessions in the annual plans for technical assistance. We reaffirm the commitments we undertook at LDC-III, and agree that the WTO should take into account, in designing its work programme for LDCs, the trade-related elements of the Brussels Declaration and Programme of Action, consistent with the WTO's mandate, adopted at LDC-III. We instruct the Sub-Committee for Least-Developed Countries to design such a work programme and to report on the agreed work programme to the General Council at its first meeting in 2002. (DOHA WTO MINISTERIAL 2001).

diferentes? Na visão de Narlikar e Tussie (2004), o diferencial estava na estrutura do G-20 e nas estratégias pelo grupo utilizadas. Extremamente relevante foi a coerência interna do grupo, destacadamente de suas lideranças: Brasil, Índia e China. Caso esses países se desestabilizassem, haveria um efeito manada de vários outros pequenos países, assustados com a probabilidade de “nafragarem no barco à deriva”. Especial atenção foi dada também a grupos menores, ou seja, o G-20 foi coerente internamente e também circulou bem em seus pares não alinhados, outras pequenas coalizões que se viram respeitadas nos seus direitos, como por exemplo, as cláusulas que trabalharam SSM (mecanismo especial de salvaguarda) , SP (produtos especiais) e S&D (tratamento diferenciado e especial). O dever de casa foi cumprido no que concerne à pesquisa e entendimento dos fatores que estavam em jogo, os países reconheceram suas possíveis diferenças e se resguardaram quanto a possíveis problemas futuros e por isso estiveram coesos nos momentos cruciais.

Por fim, no entendimento de Narlikar e Tussie (2004), apesar das promessas através de acordos bilaterais, dos falsos rumores acerca de deserções e de ameaças feitas separadamente a alguns países do G-20 pela Comunidade Econômica Europeia e pelos Estados Unidos no sentido de desestabilizar esta aliança, esta se manteve e abriu um precedente de negociação bem sucedida por parte de uma coalizão heterogênea e de países em desenvolvimento.

Finalmente, em relação ao Fórum de Diálogo IBAS, baseando-se nesta revisão de literatura e especialmente em Martin (1992), entende-se a opção dos três países por uma coalizão por se tratar de um tipo de cooperação coordenativa. Posto isto, organizações formais com mecanismos de controle não são necessárias, bastando somente aos Estados trocarem informações prospectivamente no intuito de manterem suas posições e não se desviarem do resultado pretendido em determinada agenda.

Contudo, as coalizões podem apresentar problemas devido ao peso externo mínimo e risco de fragmentação. Neste caso estudado, entende-se que o IBAS pode superar o peso externo mínimo através do conhecimento apurado das regras do jogo, dos movimentos permitidos e do entendimento a fundo das questões discutidas, como, por exemplo, na OMC, onde Índia e Brasil são os maiores reclamantes. Quanto ao risco de fragmentação, alerta-se para o fato de que o IBAS de fato possui uma agenda de amplo escopo. No entanto, este fator não incorre em

problemas, pois como se alinham em objetivos comuns no plano multilateral, é um jogo de coordenação, portanto os interesses são simétricos e a soma, positiva.

3 A ORDEM INTERNACIONAL NA PERCEPÇÃO DOS LÍDERES DO IBAS

O fim da Guerra Fria marca a chegada de potências médias ao cenário internacional em busca de protagonismo nas relações de poder. Se antes o debate se colocava entre o capitalismo e o socialismo, a queda do muro de Berlim traz a mudança do paradigma para o modelo globalizante.

Jordaan (2003) e Lima (2006) atribuem esta mudança sistêmica principalmente à reorientação da importância atribuída aos aspectos estratégicos militares para os aspectos econômicos e sociais e a preeminente necessidade de Estados que vocalizem a condição destes novos atores. Desta forma, o novo desenho da política internacional tem, nos países do Sul, atores de real importância, e os países em desenvolvimento reconhecem essa nova condição e por ela articulam meios de maior projeção no ambiente internacional. Fienes (2009) entende que os países do IBAS aproveitam este momento de mudança de poder para se articularem e efetivarem o Fórum a fim de estabelecer metas comuns.

Observa-se que este fim da bipolaridade coincide com o processo globalizante que leva os países do Sul a maiores dificuldades de inserção e maiores perdas, causadas pelas restrições assimétricas ao comércio equilibrado e justo (FREITAS, 2010), além do que as instituições internacionais que não acompanharam a redefinição do mundo, seguiam engessadas no modelo pós-guerra. Cabe às potências médias e, mais especificamente aos países do Sul, juntos utilizarem sua capacidade de barganha para montarem suas estratégias políticas em um grupo mais restrito para, então, com posições mais sedimentadas, passarem a atuar em grupos e efetivarem seus interesses nas instituições internacionais. Ainda neste sentido:

No mundo atual em que se observa a transformação das dinâmicas internacionais, o Fórum de Diálogo IBAS se apresenta como uma imprescindível estratégia global, não somente para a redefinição do paradigma internacional, como igualmente para a efetividade do postulado da Cooperação Sul-Sul, na medida em que se destina a ser uma convergência de esforços entre três economias emergentes que também compartilham semelhantes objetivos globais e visões do mundo, possibilitando a afirmação desta parceria trilateral como interlocutor do mundo em desenvolvimento (PACHECO, 2010, p. 265)

O embaixador Gilberto Moura (2008), em artigo no qual considerava a diplomacia de cada um dos países que formariam o IBAS, observa nos três uma

tentativa de adaptação à dinâmica da globalização assimétrica caracterizada pela rede de interdependências globais entre Estados, levando-se em conta ainda mudanças no *status quo* de países considerados em desenvolvimento, como os países do próprio IBAS e a China.

Neste âmbito, Sarah-Lea John de Sousa (2010) afirma que, com o advento da globalização que causa esta maior interdependência e conexão entre os países, as ameaças passam também a ser internacionais: o terrorismo, o super aquecimento, as mudanças climáticas, a escassez de recursos energéticos. Estas consequências não respeitam fronteiras, o que requer cooperação e respostas comuns.

Com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o mundo, unipolar, segue representado pelos Estados Unidos em sua Guerra ao Terror, e os países do Sul são propelidos a participar das instituições nas quais procuram discutir entre eles, não só a segurança e o terrorismo, mas principalmente, e isso será vital nos discursos e no posicionamento da coalizão aqui estudada, a fome, a pobreza extrema e a falta de dignidade humana como fatores de muitos dos males que causam insegurança no ambiente internacional. A interdependência entre o desenvolvimento, paz e segurança é considerada essencial para os líderes do IBAS (BRASIL, 2010). Neste aspecto,

O multilateralismo Sul-Sul seria uma “saída” viável para enfrentar as adversidades sistêmicas, num momento de acentuado unilateralismo por parte da superpotência, os Estados Unidos pós-11 de Setembro, ampliando os leques de possibilidades de cooperação e parcerias, tanto nas relações diretas entre os países quanto no fortalecimento das instituições internacionais (FREITAS, 2010, p. 48).

3.1 Configuração de Interesses dos países do IBAS

A partir das falas dos presidentes, primeiros ministros e chanceleres dos países membros do IBAS, propõe-se a análise de um modelo de cooperação e coordenação Sul-Sul. (FLEMES, 2007; AMORIN, 2005; LIMA, 2006). Buscar-se-á corroborar nas falas destes atores os motivos do alinhamento destes três países para, juntos, proporem alterações na ordem internacional. Estes indícios da busca por um mesmo princípio norteador na governança internacional auxiliará na investigação da formação desta aliança ora estudada. Desta forma, os discursos escolhidos são anteriores ou referem-se ao ano da efetivação do Fórum.

Com a severa crise financeira internacional ocorrida em 2008, os três líderes do IBAS fizeram importantes pronunciamentos pautados pela reafirmação da necessidade de se alterar os marcos institucionais financeiros em vigor, uma vez que se mostraram incapazes de lidar com a crise. Tais discursos foram também aqui reproduzidos.

A escolha dos discursos seguiu um determinante cronológico. Buscaram-se falas que fossem não muito anteriores à formação do IBAS à exceção dos discursos ocorridos quando da crise financeira internacional em 2008. Entrementes, optou-se pela escolha dos presidentes ou primeiro ministro, no caso da Índia, que exerciam o cargo no lançamento da iniciativa. A exceção a esta regra coube a um artigo de autoria do ex-chanceler Celso Amorim, do Brasil, datado de 2005, no qual tece uma análise dos dois primeiros anos de governo do presidente Lula. Tal relato foi considerado extremamente relevante para a pesquisa, uma vez que reafirma as convicções daquela gestão, no que se refere à política externa, além de fornecer elementos da época em que se deu a criação do Fórum IBAS.

3.1.1 A ordem sistêmica na percepção dos líderes brasileiros

Em documento retrospectivo acerca da política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu ministro das relações exteriores, Celso Amorim, afirma que as convicções inclusivas e de justiça social que movem o presidente Lula dentro do Brasil também se replicam para as relações internacionais:

A visão que o Presidente Lula tem de um Brasil mais democrático e mais justo reflete-se em sua defesa de uma maior equanimidade nas relações internacionais e de um modelo de globalização mais humano e não-excludente; e sua convicção de que paz, segurança e desenvolvimento não podem estar dissociados. (BRASIL, 2011, p. 273).

Em seguida, no mesmo artigo, o ex-chanceler enfatiza que faz parte da tradição da Política Externa Brasileira a defesa do multilateralismo, da soberania dos Estados e da busca de soluções pacíficas, porém caracteriza como referentes à era Lula a “determinação de traduzir em ação concreta a visão de uma ordem internacional mais justa e democrática.” No mesmo documento o assunto mais relevante é a reformulação das instituições multilaterais, em especial a reforma da

ONU:

O Brasil deseja um Conselho de Segurança ampliado, no qual possamos defender um enfoque da segurança com base nos vínculos entre paz, desenvolvimento e justiça social. Um Conselho mais representativo, legítimo e eficaz constituirá um freio importante à tentação do recurso unilateral à força e poderá dar um impulso renovado ao tratamento mais equilibrado das questões que maior impacto têm sobre a paz e segurança internacional, entre elas a do Oriente Médio e, particularmente, as chamadas novas ameaças (terrorismo, tráfico de armas e de drogas, proliferação de armas de destruição em massa). (BRASIL, 2011, p. 279).

Da parte do presidente Lula, foram escolhidos três discursos, os dois primeiros datados de 2002, ou seja, após as eleições e antes da posse: o primeiro intitulado “Compromisso com a Mudança”, ocorrido um dia após o segundo turno em 28/10/02. O outro discurso proferido no Clube de Imprensa Nacional dos Estados Unidos durante visita a Washington em 10/12/2002. Em 2003, optou-se pelo discurso do primeiro dia do ano, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional.

No primeiro discurso após a eleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressalta as características de potência média do Brasil no sistema internacional e indica o caminho do desenvolvimento e da inclusão social que se seguirá no seu governo:

O trabalho é o caminho de nosso desenvolvimento, da superação dessa herança histórica de desigualdade e exclusão social. Queremos constituir um amplo mercado de consumo de massas que dê segurança aos investimentos das empresas, atraia investimentos produtivos internacionais e represente um novo modelo de desenvolvimento e compatibilize distribuição de renda e crescimento econômico. (BRASIL, 2002, p.3)

Pontua, nesta mesma ocasião, que lutará para que “os países ricos efetivamente retirem as barreiras protecionistas e os subsídios que penalizam as nossas exportações, principalmente na agricultura” e ainda “para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento” (BRASIL, 2002, p.4). Neste sentido,

Nosso governo respeitará e procurará fortalecer os organismos internacionais, em particular a ONU e os acordos internacionais relevantes, como o protocolo de Kyoto, e o Tribunal Penal Internacional, bem como os acordos de não proliferação de armas nucleares e químicas. Estimularemos a idéia de uma globalização solidária e humanista, na qual os povos dos países pobres possam reverter essa estrutura internacional injusta e excludente. (BRASIL, 2002,p.4)

Ainda nesta linha de pensamento, o presidente ratifica, no seu discurso de posse no congresso, o norte de sua política externa e a ânsia brasileira pela democratização das relações internacionais:

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes. (BRASIL, 2003, p.11).

Quando do discurso nos Estados Unidos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatiza o lugar desempenhado, e por que não dizer vislumbrado, pelo país nas Relações Internacionais:

O Brasil tem as sólidas credenciais de um país que há mais de um século vive em paz e harmonia com seus dez vizinhos. De um país que participou decididamente, desde sempre, da construção do direito internacional e da fundação das organizações multilaterais que são os pilares da boa ordem mundial. (BRASIL, 2002, p.2).

No mesmo discurso, mais à frente, o presidente dá o tom da política externa do seu mandato, quando afirma que:

Neste novo século, é necessário construir uma ordem mundial mais pacífica e solidária, com desenvolvimento e justiça social. Temos que promover os direitos humanos. Terminar de vez com o racismo e outras formas de discriminação. Defender o meio ambiente. Enfrentar os desafios do terrorismo e das armas de destruição em massa (BRASIL, 2002, p.4).

De maneira nada subliminar, Lula ressalta que o Brasil que veio falar em Washington assenta-se sobre pilares democráticos e pacíficos. Vem ao mundo dizer que o Brasil é promotor de estabilidade política e econômica e que lutará por reformas institucionais no âmbito das organizações internacionais, apresentando para isto seus mais de 52 milhões de votos que efetivamente o levaram ao poder, mudando o partido de comando na política brasileira. Neste âmbito, faz-se necessário ressaltar que o Brasil vive, nesta época, uma quebra notável de paradigma. As eleições de Lula, notadamente, elevam a autoestima do povo

brasileiro, que concomitante com uma boa performance econômica e sob a égide de um líder carismático aos olhos das nações internacionais, passa a requerer um protagonismo nas relações políticas internacionais. Lima e Hirst (2006) entendem que a luta por inclusão social e combate à fome internamente, e sua política externa também inclusiva e assertiva, podem ser vistas como dois lados da mesma moeda.

Esta mudança estratégica da política externa marca o deslocamento da postura de credibilidade ligada ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para uma postura mais autonomista e, conseqüentemente, desenvolvimentista, que marcará os dois mandatos do presidente Lula, como reforça a tese do embaixador Almeida Filho:

A alteração do modo como o Brasil procura inserir-se internacionalmente permite, em alguma medida, compreender a participação do país no IBAS. Dentro do modelo de credibilidade, o Brasil confiava na sua economia, mas não se via com excedente de poder para assumir uma posição de maior saliência em todo o Hemisfério Sul e para influir decisivamente sobre as grandes questões mundiais. Em um paradigma autonomista, passa a se perceber como capaz de afetar o sistema internacional como um todo, a diplomacia brasileira viu-se “autorizada” a participar do IBAS, para, além de desenvolver seu relacionamento com a Índia e a África do Sul, articular-se com eles sobre temas de alcance global (fome e pobreza, meio ambiente, o processo de paz no Oriente Médio, entre outros) e aí procurar exercer influência no maior grau possível. (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 72,73).

Neste mesmo diapasão, elucidativas são as palavras do presidente Lula, ainda no mesmo discurso em Washington, quando assegura aos Estados Unidos sobre o protagonismo que o Brasil espera nas relações internacionais, ao concluir que :

O Conselho de Segurança da ONU, em especial, deve ser reformado para manter e aumentar a sua legitimidade. Não faz sentido que entre os seus membros permanentes não estejam representantes da América do Sul e da África. Podem estar certos que, no caso de uma reforma, o Brasil estará pronto a assumir novas responsabilidades. (BRASIL, 2002, p.4).

Quando da crise em 2008, o presidente Lula é enfático quanto a sua preocupação com a reorganização da arquitetura internacional. Sublinhou-se naquele momento a responsabilidade dos países desenvolvidos e sua irresponsabilidade no conduzir da crise. Elucidativas as palavras do presidente Lula neste sentido:

Corremos o risco de ser vítimas de uma crise financeira gerada nos países ricos. Isso não é justo. Nossos países reconstruíram suas economias com

grande esforço. Graças a isso vivem uma fase excepcional de expansão e de equilíbrio macroeconômico. É inadmissível, assim, que venhamos a pagar pela irresponsabilidade de especuladores que transformaram o mundo em um gigantesco cassino, ao mesmo tempo em que os prodigavam lições sobre como deveríamos governar nossos países. Se não quisermos ser arrastados por essa crise, não são suficientes medidas isoladas para resguardar nossos interesses nacionais. Precisamos nos fazer ouvir coletivamente nas discussões e na tomada de decisões sobre assuntos com impacto global. Não só sobre os temas econômicos e financeiros mas também sobre questões como o aquecimento global ou na formulação de respostas à insegurança alimentar e energética. (BRASIL, 2008, p.1)

E o presidente sul-africano Zuma alega que é imperativo que o IBAS se envolva na reforma e reestruturação da governança global, incluindo aí o Conselho de Segurança das Nações Unidas, as instituições financeiras, o G-20 e que alcancem um acordo benéfico aos países em desenvolvimento, no que concerne a direitos de propriedade intelectual.

3.1.2 A ordem sistêmica na percepção dos líderes indianos

Enquanto o presidente Lula, em 2002, logo após sua eleição, advertia sobre a necessidade de uma agenda desenvolvimentista e que se cobrasse dos países desenvolvidos a retirada dos subsídios agrícolas, para citar apenas um ponto, o primeiro ministro Shri Atal Bihari Vajpayee fazia um pronunciamento às Nações Unidas, mais especificamente na 57ª Assembleia Geral.

À parte a questão do terrorismo, tratado pela Índia principalmente em relação ao vizinho Paquistão e os recentes ataques ocorridos na fronteira, os assuntos de viés desenvolvimentista são notadamente próximos.

A Índia começa por argumentar que a divisão entre Norte e Sul a cada dia se aprofunda e alarga mais. Dessa forma, conclama pelo auxílio dos países desenvolvidos no que se relaciona ao alívio da pobreza extrema, fome, doença e saneamento básico, sempre de modo a interrelacioná-los às metas do milênio. Ressalta que as consequências climáticas, por exemplo, serão muito mais avassaladoras nos países pobres e que em contrapartida, pouco contribuíram para sua causa. Admite que, sem o pronto engajamento dos países desenvolvidos, muito dificilmente se alcançar-se-ão as metas do milênio estabelecidas para 2015 (INDIA 2002).

O primeiro ministro afirma que falta aos países desenvolvidos vontade política

para resolver as questões dos países em desenvolvimento, principalmente os mais pobres. Ressalta

a assimetria nas relações comerciais entre as nações desenvolvidas e as em desenvolvimento, o problema dos preços declinantes para as commodities dos países em desenvolvimento e as barreiras injustificadas a suas exportações que devem ser removidas (INDIA, 2002, p. 3, tradução nossa).¹⁹

Observa-se neste discurso a sua própria colocação como um interlocutor dos países menos favorecidos. Inclusive assinala sua oferta, no ano anterior às Nações Unidas e ao congresso americano, para coordenar um diálogo global da questão desenvolvimentista. Outro ponto frisado é a presença dos valores democráticos ressaltados como intrínsecos à cultura política indiana; são feitas várias considerações a esta característica.

Por fim, observa-se que, não obstante as críticas ao modelo atual das Nações Unidas, não se pretende modificá-lo substancialmente, mas sim alterá-lo de forma a incluir estes novos países emergentes, leia-se o IBAS, como se depreende da seguinte afirmação: "O mundo precisa do multilateralismo coletivo. Precisa das nações unidas - da união e do trabalho conjunto de todas as nações no desenvolvimento de uma perspectiva comum e coletiva." (INDIA, 2002, p.4, tradução nossa)²⁰.

O próximo discurso analisado do primeiro ministro Shri Atal Bihari Vajpayee ocorreu em 1 de junho de 2003 no diálogo estendido do G-8, desta forma, apenas dois dias antes de seu ministro das relações exteriores juntamente com os chanceleres do Brasil e África do Sul emitirem a Declaração de Brasília, dando início ao IBAS. Observa-se, nesta ocasião, um fórum de discussões entre os países desenvolvidos: o G-8 de um lado, e os países em desenvolvimento convidados do outro- entre eles os três fundadores do Fórum de Diálogo IBAS.

O primeiro ministro Indiano, sem mais delongas, propõe aos países desenvolvidos o estabelecimento de metas e padrões de monitoramento para checagem dos resultados da rodada Doha, no sentido de avaliar se há progressos concretos na questão desenvolvimentista do regime de comércio. Vai mais além ao

¹⁹ asymmetry in trading relations between developing and developed nations; the problem of declining prices for commodities from developing countries; and all unjustified barriers to their exports must be removed.

²⁰ The world needs collective multilateralism. It needs the United Nations – the coming together and working together of all its nations in the development of a common and collective perspective.

propor metas urgentes para eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, com ênfase dada na questão agrícola, incluindo-se a eliminação de subsídios. Também solicita a facilitação de circulação, em questões consulares, para pessoas contratadas para prestar serviços em outros países e, por fim, advoga um acesso mais amplo dos países em desenvolvimento aos fármacos, em geral (ÍNDIA, 2003).

Como no discurso anterior, são feitas considerações acerca da necessidade de países mais ricos auxiliarem os mais carentes no alívio da pobreza, criando-se recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento, posto que, conforme a autoridade indiana, o mesmo seria impossível sem a ajuda destes. Preocupação com o meio ambiente, mudança climática e a necessidade de se ajustar um mecanismo de transferência de tecnologia dos países desenvolvidos em troca do uso de recursos da biodiversidade dos países em desenvolvimento são temas também enfatizados (ÍNDIA, 2003).

O próximo discurso analisado foi também do primeiro ministro Vajpayee em 25 de setembro de 2003. Oportuno lembrar que esta Assembleia Geral 58ª marcou a apresentação oficial do IBAS pelos seus três chefes de estado e governo. As mesmas questões são mais uma vez enfatizadas: reforma das Nações Unidas, maior combate ao terrorismo (devido às questões em Jammu e Kashmir), soluções para o alívio à pobreza, meio ambiente, globalização inclusiva.

Não obstante, ressalta-se, neste momento, o peso atribuído ao papel desempenhado pelas Nações Unidas e a reforma do seu Conselho de Segurança. Vajpayee destaca a “extraordinária inabilidade” do CSNU em traçar um plano de ação para o Iraque, no ano anterior. Aproveita-se do ensejo e incita a uma reflexão sobre os limites das ações da ONU e as mudanças em forma e função necessárias para que a mesma realize um papel relevante no mundo atual, principalmente nas dimensões políticas e de segurança. Neste sentido:

Para que o Conselho de Segurança represente um multilateralismo genuíno nas suas decisões e ações, sua composição deve refletir as realidades mundiais atuais. A maioria dos membros das Nações Unidas, hoje em dia, reconhecem a necessidade de ampliação e reestruturação do Conselho de Segurança, com mais países em desenvolvimento como membros permanentes e não permanentes. Os membros permanentes resguardam sua exclusividade. Alguns Estados, sob frágeis pretextos, querem assegurar que outros não entrem no Conselho como membros permanentes. Esta combinação de complacência e negativismo deve ser oposta com um forte propósito político. As crises recentes advertem que até que o Conselho de Segurança da ONU seja reformado e reestruturado, suas decisões não podem refletir verdadeiramente a vontade coletiva da comunidade de

nações (ÍNDIA, 2003, p. 1, tradução nossa)²¹

Por último, o primeiro ministro cita o IBAS, criado há pouco, e apresentado às Nações Unidas nesta Assembleia, como uma iniciativa de coordenação de países em desenvolvimento para alinhamento de suas posições nas negociações internacionais a fim de promover a adoção de regimes que possam ajudar a aliviar a pobreza.

Por fim, O primeiro ministro Manmohan Singh da Índia, na Quarta Cúpula do IBAS, ao fazer um apanhado da crise financeira ocorrida em 2008, aproveita o ensejo para demonstrar a intenção do Fórum em democratizar as organizações internacionais e investir na economia real, pois:

Temos que nos certificar que não repitamos os erros do passado. A recuperação global da economia, para ser sustentável, deverá estar ancorada na economia real. O setor financeiro e os fluxos internacionais de capital devem contribuir para o crescimento econômico em vez de encorajar a especulação e a volatilidade no sistema internacional. Nosso foco deve ser em maiores investimentos em infraestrutura, capital humano, educação e crescimento inclusivo. (BRASIL, 2010, p.2, tradução nossa).²²

3.1.3 A ordem sistêmica na percepção dos líderes sul-africanos

A África do Sul de Thabo Mbeki vem a público com discursos coerentes e didáticos no que tange à perseguição dos temas caros ao Sul. Como no tópico anterior, optou-se aqui, também por discursos direcionados à 57^a (2002) e 58^a(2003) Assembleias Gerais das Nações Unidas. Não obstante, no caso africano foi incluída uma fala da 56^a AGNU, uma vez que tal pronunciamento guarda relevância com as reivindicações ocorridas nos anos posteriores e replicadas para o IBAS, como se vê a seguir.

O primeiro discurso analisado ocorreu em 10 de novembro 2001, apenas dois

²¹ For the Security Council to represent genuine multilateralism in its decisions and actions, its membership must reflect current world realities. Most UN members today recognise the need for an enlarged and restructured Security Council, with more developing countries as permanent and non-permanent members. The permanent members guard their exclusivity. Some states with weak claims want to ensure that others do not enter the Council as permanent members. This combination of complacency and negativism has to be countered with a strong political will. The recent crises warn us that until the UN Security Council is reformed and restructured, its decisions cannot reflect truly the collective will of the community of nations.

²² We have to ensure that we do not repeat the mistakes of the past. Global economic recovery, to be sustainable, must be anchored in the real economy. The financial sector and international capital flows should contribute to economic growth rather than encourage speculation and volatility in the international system. Our focus should be on greater investments in infrastructure, human capital, education and inclusive growth.

meses após o ato terrorista de 11 de setembro. Nesta oportunidade, o presidente Mbeki lamenta profundamente as vidas ceifadas, coloca-se totalmente contrário às práticas terroristas e incita as Nações Unidas a unir os povos no sentido de adotar uma convenção internacional contra o terrorismo. Remonta, para tanto, o conceito de aldeia global para caracterizar a fragilidade e insegurança que todos os países compartilham mediante esta ameaça. Com isso, apresenta uma relação deste compartilhamento global de incertezas às causas comuns a toda a humanidade e, assim, traz à tona a necessidade de mudanças efetivas e urgentes nas Nações Unidas. Neste sentido, elenca em suas preocupações a agenda desenvolvimentista de Doha, as metas da Cúpula do Milênio, o combate ao racismo e novas formas de financiamento para os países mais pobres. (ÁFRICA DO SUL, 2001).

Neste sentido,

Pareceria óbvio que a fonte fundamental de conflito no mundo de hoje é a pobreza de bilhões de pessoas no globo, coexistindo, lado a lado com ilhas de enorme riqueza e prosperidade dentro e entre os países. Isto necessariamente provoca um profundo senso de injustiça, alienação social, desespero e prontidão ao sacrifício de vidas daqueles que sentem que não têm nada mais a perder e tudo a ganhar, independente da forma de ação a que recorram.²³

No segundo pronunciamento às margens da 57ª AGNU, Mbeki mantém a solicitação por uma ação global contra o terrorismo. Ressalta a importância da formação da União Africana e da Nova Parceria para Desenvolvimento da África (NEPAD) para minorar a fome e o subdesenvolvimento no seu continente. Recomenda um trabalho conjunto das Nações Unidas e da União Africana com vistas ao desenvolvimento sustentável, melhoria da saúde, capacitação de pessoal e modernização da economia africana. Aproveita a recente Cúpula de Johannesburg para o Desenvolvimento Sustentável e convida os Estados membros para que urgentemente façam repasses tecnológicos, financeiros e de capacitação para que os mais desfavorecidos possam arcar com as ações que deverão ser tomadas. Enfatiza que o grande desafio que se coloca é fazer com que a globalização se transforme em uma força positiva para todos os Estados (ÁFRICA DO SUL, 2002).

²³ It would seem obvious that the fundamental source of conflict in the world today is the socio-economic deprivation of billions of people across the globe, co-existing side-by-side with islands of enormous wealth and prosperity within and among countries. This necessarily breeds a deep sense of injustice, social alienation, despair and a willingness to sacrifice their lives among those who feel they have nothing to lose and everything to gain, regardless of the form of action to which they resort.

Importante frisar que, não obstante as alterações na ordem internacional, o presidente verbaliza que o que se almeja são mudanças e não o desaparecimento das instituições internacionais, pois “isso faremos juntos, sob a liderança das Nações Unidas, enquanto continuamos a fortalecer o sistema multilateral de governança global como a única resposta internacional viável para todos nossos desafios.”(ÁFRICA DO SUL, 2002, p.2, tradução nossa)²⁴.

Quando da 58ª Assembleia Geral, o presidente sul-africano inicia seu pronunciamento recordando o recente atentado às Nações Unidas, em Bagdá, e o papel da ONU na questão do Iraque. Suscita, então, um sério questionamento sobre o papel desta instituição no mundo atual. Traz uma reflexão do mundo globalizado, onde se perpetua a dominação dos fracos pelos fortes; uma aldeia global privada de instituições de governança efetivas. Desta forma, solicita uma mudança visivelmente necessária posto que, de 51 países quando de sua fundação, as Nações Unidas contavam no ano do discurso, com 191 nações. (ÁFRICA DO SUL, 2003).

Segundo Mbeki, a África do Sul sente-se autorizada a solicitar esta mudança em nome do seu povo, de maioria pobre. Inclusive argumenta que os dois maiores problemas que as Nações Unidas enfrentam é a pobreza e o subdesenvolvimento. Vaticina que os pobres do mundo não aceitarão pacificamente a manutenção do *status quo* e demandarão da ONU soluções para seus problemas. Consequentemente, não haveria outra forma, em sua opinião, na qual os países pobres pudessem avançar os interesses do seu povo, a maioria pobre, fora do contexto de uma ONU forte, efetiva e globalmente aceita. Argumenta que a globalização, se não for gerenciada e balanceada, resultará ganhos para os fortes em detrimento dos países em desenvolvimento. Termina seu discurso de forma emblemática, aqui reproduzida no intuito de se encerrar este capítulo fazendo-lhe justiça:

O que dissemos hoje, pode não ser ouvido posto que não somos fortes para termos nossa voz ouvida. Amanhã, poderemos ser obrigados a dizer : não mais água, o fogo da próxima vez! Enquanto o fogo queimar, as Nações Unidas morrerão, consumidas pelas chamas. Da mesma forma, as esperanças dos pobres do planeta morrerão, como morreram recentemente em Cancun, México, não muito tempo atrás. Nós devemos agir juntos para dizer com nossas palavras e ações, enquanto países e enquanto Nações Unidas que haverá água da próxima vez e não o fogo! (ÁFRICA DO SUL

²⁴ this we will do together, under the leadership of the United Nations while we continue to strengthen the multilateral system of global governance, as the only viable international response to all our challenges.

2003, p. 4, tradução nossa)²⁵

Em síntese, observa-se que apesar de ainda não estarem com a aliança formalizada, já é possível detectar a simetria de interesses entre os três países, notadamente a paz, o desenvolvimento com justiça social e a estabilidade econômica.

Outro fator relevante parte da análise da fala dos líderes. Ao Brasil, cabe uma fala ativa, situa-se como um igual. A Índia ainda se divide na dicotomia Norte x Sul, ao passo que a África do Sul fala pelos países pobres e aliados dos processos decisórios na arena global.

²⁵ What we have said today, may not be heard because we do not have the strength to have our voice heard. Tomorrow, we may be obliged to say - no more water, the fire next time! As the fires burn, the United Nations will die, consumed by the flames. So will the hopes of the poor of the world die, as they did at Cancun, Mexico, not so long ago. We must act together to say in our words and in our actions, as countries and as the United Nations, there will be water next time, and not fire!

4 O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS

O IBAS é nossa resposta a uma ordem internacional desigual e injusta, incapaz de resolver antigos problemas, como a pobreza extrema e a fome de milhões de seres humanos. Uma ordem que também não oferece soluções para as novas ameaças que se multiplicam, como a degradação ambiental e a insegurança alimentar e energética. (BRASIL, 2010).

A ideia do IBAS nasceu, primeiramente, de uma iniciativa da África do Sul, através de uma proposta do Congresso Nacional Africano (ANC) ainda antes deste chegar efetivamente ao poder. Imaginava-se então um grupo que trabalhasse pelos interesses dos países do Sul e que servisse como interlocutor do G-8. Este projeto, todavia, não teve sua execução no governo de Nelson Mandela. Assume-se que o governo da África do Sul ainda se sentia desconfortável em dar um passo tão largo perante a comunidade internacional no seu primeiro governo democrático, com tão recente saída do regime de apartheid.

Nas palavras do embaixador Almeida Filho (2009), esta ideia seria retomada pelo presidente Thabo Mbeki que convidou, no início de 2001, alguns países, no intuito de formar um grupo que representasse o Sul, porém antes que os países efetivamente se encontrassem, ocorreram os atentados aos Estados Unidos em 11 de setembro, sendo mais uma vez esta proposta adiada.

Foi somente na posse do presidente da república do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, que se retomou a articulação do grupo. Segundo entrevista do ministro das relações exteriores, Celso Amorim, quando da Declaração de Brasília, ele remonta os fatos que culminaram com a formação do IBAS, creditando à ministra Zuma, que acompanhava o presidente Mbeki, a iniciativa da conversa, primeiramente com o ministro brasileiro e após com o ministro indiano. Quando da reunião alargada do G-8, em Evian, para a qual foram convidados os chefes de Estado/Governo da Índia, Brasil e África do Sul, tomou-se a decisão de compor o grupo e, no dia 06 de junho de 2003, lançava-se o Fórum, no Brasil, com a presença dos chanceleres dos três países, através do documento intitulado Declaração de Brasília. Nota-se que, do formato original idealizado por Pretória, houve um alargamento de propósitos, uma vez que a meta não seria mais uma mera interlocução com o G-8 propriamente dito, mas sim, uma aliança que considerasse os interesses dos países em desenvolvimento nos vários fóruns multilaterais.

4.1 A estrutura institucional do IBAS

O IBAS é uma coalizão de países em desenvolvimento, em tese, com menos recursos passíveis de serem aplicados em atividades burocráticas. Nas palavras do presidente Lula “O IBAS não tem uma sede, não tem um secretariado permanente, não tem sequer um documento que legisla sobre sua estrutura” (BRASIL, 2006). Desta forma, possui baixa institucionalização, ausência de estrutura supranacional e consequentemente menor *enforcement*.

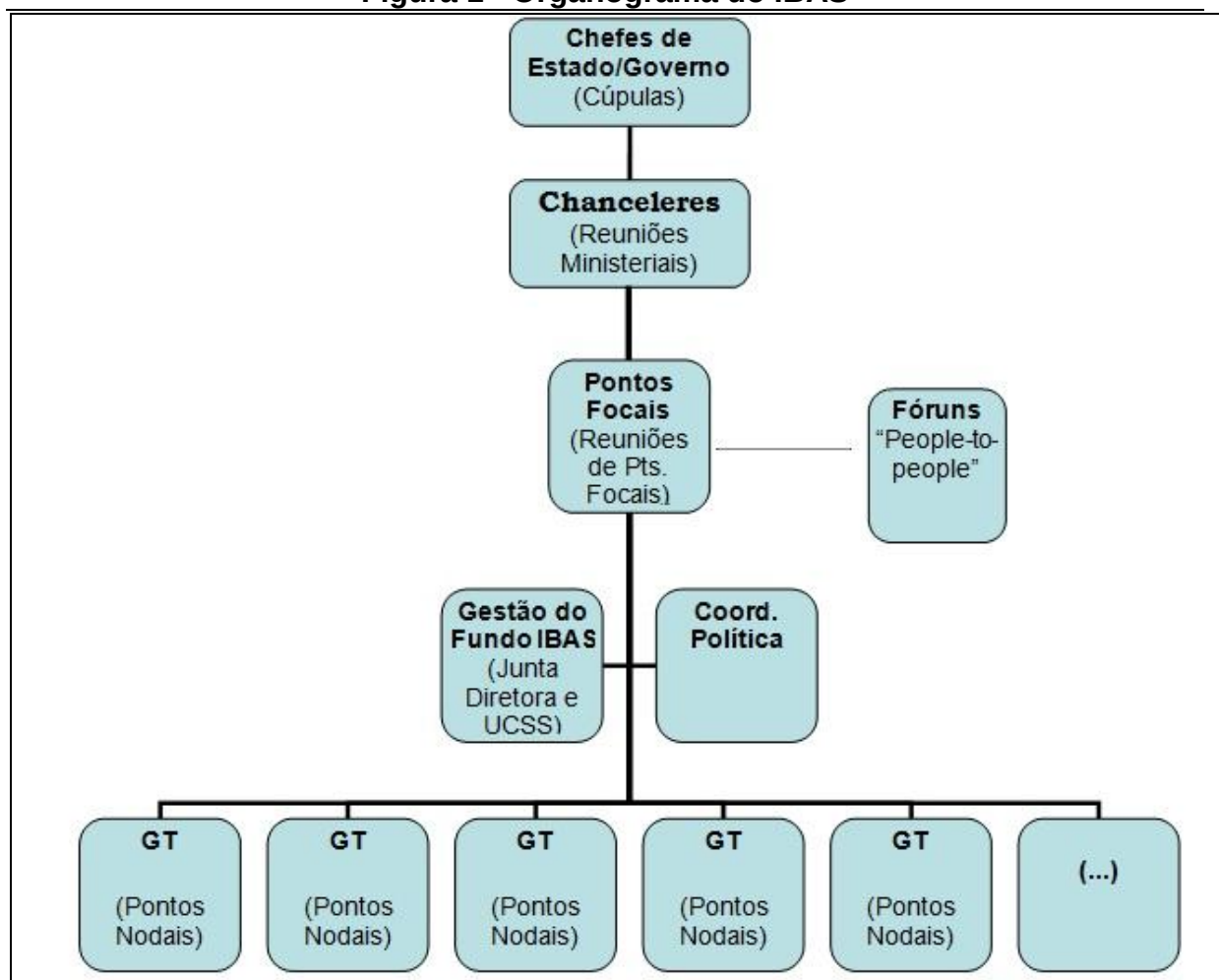
No estabelecimento do Fórum, os ministros concordaram que os trabalhos de secretaria seriam coordenados pelo secretário responsável por esse tema no Ministério das Relações Exteriores do país anfitrião, revezando a cada ano, conforme o encontro de cúpula ocorrido. Desta forma, como a última cúpula ocorreu na África do Sul, presentemente o secretariado informal está a cargo da Índia.

Bueno (2010) aponta que a primeira instância do IBAS é composta pelos três chefes de Estado e de Governo. Proximamente, estão os ministros de relações exteriores dos três países que realizam, anualmente, encontros ministeriais. A terceira instância de trabalho do IBAS corresponde aos pontos focais nacionais, que também costumam se encontrar para acompanhamento político do Fórum. Nogueira (2009) esclarece que cada país tem seu ponto focal que, por definição, é um alto funcionário da burocracia do MRE de cada país. Este ponto focal funciona como um elo entre os grupos de trabalho e os ministros de relações exteriores, verificando se os acordos assinados estão sendo cumpridos e acompanhando as atividades. Desta forma, entende-se que acima dos pontos focais em cada país membro, somente estarão hierarquicamente os chanceleres e presidentes ou primeiro ministro. Subordinados aos pontos focais encontram-se os coordenadores nacionais que são os responsáveis pela coordenação das atividades dos grupos de trabalho e pelo gerenciamento administrativo do Fórum.

Finalmente, a última instância do Fórum é composta pelos dezesseis GT's, coordenados por ministérios ou órgãos federais em cada um dos três países. Em cada grupo de trabalho, em cada país membro, há um ponto nodal que é o responsável pelo acompanhamento das atividades e auxílio na implementação das mesmas. No sítio do Ministério das Relações Internacionais do Brasil, acessam-se os pontos nodais de cada Grupo de Trabalho em cada um dos países membros. Somente a título de exemplificação, tome-se o GT Agricultura. O ponto nodal da

Índia é exercido pelo secretário conjunto do Departamento de Agricultura e Cooperação; no Brasil o cargo é ocupado pelo secretário de Relações Internacionais para negócios agrícolas e na África do Sul, ocupado por um membro do Departamento Nacional de Agricultura.

Figura 1 - Organograma do IBAS



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

4.2 Os pilares estruturadores do IBAS

São três os pilares do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul: a coordenação política, cooperação setorial trilateral e o Fundo IBAS para Alívio da Fome e da Pobreza.

4.2.1 Coordenação política

A coordenação política diz respeito à atuação dos membros do IBAS nos órgãos multilaterais, seus posicionamentos, expectativas e ações conjuntas para além do grupo. Expressa-se através de todos os documentos emitidos pelos presidentes, primeiros ministros ou ministros.

O site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil exhibe 22 documentos do IBAS emitidos pelos chefes de Estado/Governo, chanceleres e ministros até a Quinta Cúpula em 18/10/11. Complementarmente, agregou-se a esta pesquisa mais três documentos que, apesar de não listados no site do MRE, foram encontrados no site oficial do IBSA e considerados também vitais ao entendimento do assunto, a fim de dar o devido seguimento às ideias partilhadas e ações implementadas pelos três países.

Encontram-se nesta dissertação estudados, desta forma, 25 documentos entre declarações de cúpula, comunicados ministeriais das comissões mistas (chanceleres) e declarações à margem de algum evento onde participassem os três países.

A coordenação política será o objeto foco deste estudo juntamente com o Fundo IBAS que, conforme será analisado, é um instrumento para projeção dos três países internacionalmente.

Quadro 1 - Documentos emitidos nas reuniões das Cúpulas

DOCUMENTO	DATA	EVENTO
Declaração da Primeira Cúpula Brasília	13/09/06	1ª Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
Declaração da Segunda Cúpula Tshwane	17/10/07	2ª Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
Declaração da Terceira Cúpula Nova Delhi	15/10/08	3ª Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
Declaração da Quarta Cúpula Brasília	15/04/10	4ª Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
Declaração da Quinta Cúpula Tshwane	18/10/11	5ª Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

Fonte: BRASIL, 2012

Os chefes de Estado/Governo se encontraram cinco vezes. Em todas as reuniões foram emitidas Declarações de Cúpula que versavam principalmente sobre

as questões de aspecto político e o posicionamento do grupo perante questões internacionais. Complementarmente, também se avaliavam progressos na cooperação setorial. A frequência das reuniões é anual, sendo que em 2009, a pedido da Índia, a reunião foi postergada.

Quadro 2 - Documentos emitidos nas Comissões Trilaterais

DOCUMENTO	DATA	EVENTO
Declaração Brasília	06/06/03	Estabelecimento formal do Fórum pelos 3 Ministros das Relações Exteriores
Agenda Cooperação Nova Delhi*	05/03/04	Primeira reunião da comissão trilateral-ministros
Comunicado Ministerial da Cidade do Cabo	11/03/05	Segunda reunião da comissão trilateral-ministros
Comunicado Ministerial do Rio de Janeiro	30/03/06	Terceira reunião da comissão trilateral-ministros
Comunicado Ministerial de Nova Delhi	17/07/07	Quarta Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS -ministros
Comunicado Ministerial de Somerset West	11/05/08	Quinta Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS-ministros
Comunicado Ministerial de Brasília	01/09/09	Sexta Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS
Comunicado Ministerial de Nova Delhi /11	08/03/11	Sétima Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS

*OBS: Tais documentos não constam do site do MRE, obtidos no IBAS - Trilateral Official Website
Fonte: BRASIL, 2012

O quadro acima reflete as reuniões dos ministros nas comissões trilaterais. Estas reuniões também são programadas para ocorrer anualmente. Considerou-se nesta tabela a primeira reunião dos ministros das relações exteriores que marca o lançamento do Fórum em Brasília. Os assuntos tratados são basicamente os mesmos tratados pela cúpula, não há uma hierarquia na qual os líderes falem de política e os ministros de cooperação setorial.

Conforme o Departamento de Mecanismos Inter-regionais do MRE, o próximo encontro deverá ocorrer na África do Sul em outubro deste ano.

Quadro 3 - Documentos emitidos à margem de outros encontros

DOCUMENTO	DATA	EVENTO
Comunicado de Nova York	25/09/03	Encontro dos ministros à margem da 58 Assembleia Geral da ONU
Comunicado de Imprensa Nova York	23/09/04	Encontro dos ministros à margem da 59 Assembleia Geral da ONU
Encontro Ministerial IBAS- Comunicado Conjunto de Imprensa	26/09/07	Encontro dos ministros à margem da 62 Assembleia Geral da ONU
Comunicado Imprensa 63 AGNU	29/09/08	Encontro dos ministros à margem da 63 Assembleia Geral da ONU
Declaração Ministerial Conjunta do IBAS (Paris)*	25/06/09	Reunião Ministerial informal do IBAS – Paris à margem da Reunião Ministerial da OCDE- Ministro Rel. Exteriores Brasil, Min Comércio e Indústria África do Sul e Índia
Reunião Ministerial do IBAS NY*	21/09/09	Encontro dos ministros à margem da 64 Assembleia Geral da ONU
The situation in the middle East	15/04/10	Encontro durante a Quarta Reunião de Cúpula com o Ministro Palestino Riad Malki
Nota à Imprensa nº 596	25/09/10	Encontro dos ministros à margem da 65 Assembleia Geral da ONU
Nota à imprensa 623	15/10/10	Nota sobre a participação dos países do IBAS no Conselho de Segurança em 2011
Declaração Ministerial Conjunta do IBAS (NY)	11/02/11	Sobre a agenda do Conselho de Segurança
IBSA Declaration on the situation in the middle East e Norther Africa	08/03/11	Encontro durante a Sétima Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS
IBSA Ministerial Joint Statement	23/09/11	Encontro dos ministros à margem da 66 Assembleia Geral da ONU

*OBS: Tais documentos não constam do site do MRE, obtidos no IBAS - Trilateral Official Website
Fonte: BRASIL, 2012

Observa-se ser um comportamento padrão dos ministros, presidentes e outras autoridades aproveitarem o deslocamento para uma reunião e, no evento, reunir os três países para algum diálogo oportuno. Estas declarações tendem a ser breves e concisas.

4.2.2 Cooperação Setorial

Este pilar se baseia na cooperação interna do grupo em setores considerados chaves para o desenvolvimento dos membros. A iniciativa se dá já no encontro de estabelecimento do Fórum, a Declaração de Brasília, quando os ministros declaram que a cooperação trilateral é instrumento para promoção do desenvolvimento social

e econômico do grupo e afirmam a intenção de cooperação mútua. Os ministros afirmam que visam a troca de experiências de combate à pobreza, à fome e a enfermidades que os atingem. Destacam as amplas oportunidades que poderão surgir da combinação dos melhores recursos e práticas no comércio, investimento, turismo, ciência e tecnologia. Citam, neste primeiro momento as áreas de biotecnologia, fontes alternativas de energia, espaço exterior, aeronáutica, informática e agricultura. Resolvem, complementarmente, levar propostas a Pretoria, Nova Deli e Brasília no sentido de que os ministros e autoridades responsáveis pelas pastas de defesa, transporte, ciência e tecnologia e aviação civil realizem encontros trilaterais a fim de concretizar cooperação em tais assuntos (BRASIL, 2003).

Nas declarações seguintes, já observam que uma posterior identificação de projetos-piloto e boas práticas nas áreas seria um passo para uma cooperação mais específica e proveitosa. Fica então estabelecido que os países manterão consultas políticas sempre que necessário e caminharão juntos nas instituições multilaterais a fim de coordenar posições sobre questões de interesse comum. (BRASIL, 2003;2004;2005). Nas palavras dos ministros “O IBAS visa aprofundar a cooperação trilateral mutuamente proveitosa, com base em complementaridades, experiências e recursos comuns.” (BRASIL, 2009)

Para facilitar a cooperação entre os países e a fim de melhor acompanhar o andamento das reuniões, decidiu-se pela criação de grupos de trabalho. Atualmente, constam dezesseis grupos, a saber: Administração Pública e Governança, Administração Tributária e Aduaneira, Agricultura, Assentamentos Humanos, Ciência e Tecnologia, Comércio e Investimento, Cultura, Defesa, Desenvolvimento Social, Educação, Energia, Meio Ambiente, Saúde, Sociedade da Informação, Transporte e Turismo.

É por meio da atuação destes grupos de trabalho que as áreas de cooperação identificadas pela coordenação política são implementadas e ações concretas são formuladas no sentido de efetivamente estabelecerem uma cooperação ou disseminar uma melhor prática para os demais membros internamente.

Após serem criados os grupos de trabalho, buscou-se a negociação entre os países e a posterior adoção de um acordo a fim de prover balizamento jurídico. Neste sentido, os dezesseis GT`S instituídos produziram memorandos de

entendimento para cooperação entre os três países nas seguintes áreas: Administração Pública e Governança, Cooperação Cultural, Educação Superior, Temas Sociais, Recursos Eólicos, Saúde e Medicina, Administrações Aduaneiras e Tributárias assinados em 17/07/07, Ainda Assentamentos Humanos, Meio Ambiente, Desenvolvimento da Mulher e Igualdade de Gênero, assinados em 15/10/08 e, por fim, Energia Solar e Ciência, Tecnologia e Inovação, assinados em 15/04/10.

A medida que o tempo decorre e os grupos de trabalho vão sendo criados para cooperação setorial, percebe-se uma preocupação do Fórum no que tange à participação da sociedade civil como um todo. Os ministros se voltam para essa questão e discutem maneiras e meios de melhorar a visibilidade do IBAS e levá-lo aos povos dos três países. Os pontos focais foram instruídos a preparar propostas para este fim. Neste sentido: “[...]essa cooperação não é restrita aos governos, e inclui comunidades de negócios, sociedade civil e outros contatos entre povos.” (BRASIL, 2007;2008).

Assim sendo, o IBAS também incita a participação da sociedade civil em seus processos e diálogo, visto que favorece a visibilidade do Fórum. Neste sentido, os líderes e chanceleres viram, de bom grado, as iniciativas de organização dos Foros, tanto quanto os resultados colhidos que, segundo os mesmos, estabelecem raízes nas três sociedades através do Foro Acadêmico, Foro de Mulheres, Foro Parlamentar, Foro Empresarial, Foro de Editores, Foro de Relações Intergovernamentais e Foro de Pequenas e Médias Empresas. Recentemente, a página do Ministério das Relações Internacionais também listou na seção dedicada aos foros, a iniciativa intitulada Cortes Constitucionais. Com apenas um documento emitido, a Declaração Conjunta dos Presidentes da Suprema Corte dos países do IBAS, propõe-se reuniões trilaterais para a troca de experiências mútuas que visem ao melhor entendimento dos sistemas legais dos três países, com vistas à identificação de áreas para cooperação (BRASIL, 2010).

Optou-se por não discutir a cooperação setorial de forma mais aprofundada, uma vez que o objetivo desta dissertação é a análise da coordenação política e sua projeção no sistema internacional.

4.2.3 Fundo IBAS

A iniciativa do Fundo IBAS concretiza uma cooperação Sul-Sul designada para tratar do alívio da fome e pobreza nos países mais carentes do Sul, através preferencialmente, de iniciativas de sucesso dos três membros que possam ser disseminadas. Solicita-se que tais projetos sejam viáveis e passíveis de serem replicáveis em outras localidades. Exemplarmente, devido a preocupação do Fórum em relação à consecução das metas do milênio, procura-se igualmente disseminar boas práticas neste quesito.

O Fundo IBAS demonstra a intenção propositiva do grupo e simbolicamente, sinaliza a mudança de identidade dos três países: de históricos receptores da ajuda internacional, para doadores. Ainda que os projetos assistenciais sejam de pequena monta e valores modestos, no entendimento de Bueno (2010), os membros do IBAS demonstram vontade política e, mais importante, disposição de prover bens públicos em nível global para outros países em desenvolvimento, projetando-se como líderes destes países.

De acordo com o site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, os seguintes critérios são utilizados para avaliar as propostas submetidas ao Fundo: potencial para reduzir a fome e a pobreza; alinhamento com as prioridades do país beneficiário; uso das capacidades disponíveis nos países do IBAS e de suas experiências bem-sucedidas; sustentabilidade; impacto identificável; possibilidade de que a iniciativa seja replicada; inovação; realização em período de 12 a 14 meses. A principal instância decisória são os pontos focais²⁶ dos três países.

Ainda de acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, cinco projetos foram finalizados até o momento. Segue um breve histórico de cada um deles de acordo com os relatórios disponibilizados por este Ministério.

Em Cabo Verde, foram contemplados dois projetos na Ilha de São Nicolau. A reabilitação do posto sanitário de Covoada que, de inoperante, passou à capacidade de atendimento de 230 pessoas do local, basicamente grávidas e crianças. A pintura e aparelhamento do edifício da Cruz Vermelha em Ribeira Brava que beneficiou 221 pessoas, principalmente idosos. O custo total de ambos os projetos foi US\$ 37.236,00, dos quais US\$ 34.800,00 providos pelo Fundo IBAS.

²⁶ Vide ponto 4.1, estrutura institucional do IBAS.

Na Guiné-Bissau, o projeto fase I de desenvolvimento da agricultura e da pecuária que conseguiu melhorar a dieta da população local com aproximadamente 4,5 mil pessoas beneficiadas, apresentou custo final US\$ 498.750,00. Projeto fase II na Guiné-Bissau, alfabetização de adultos, principalmente mulheres e jovens e instalação de painéis solares em várias vilas, custo final US\$830.000,00.

No Haiti, a iniciativa foi a coleta de resíduos sólidos (lixo) como ferramenta para reduzir a violência e conflitos de gangues em Carrefour-Feuilles, Porto Príncipe. Esta ação que beneficiou aproximadamente 150.000 pessoas ao custo de US\$550.000,00, além de efetivamente empregar 385 pessoas, foi uma das três ações recomendadas ao Fundo das Nações Unidas para *Peace Building* por missão conjunta de organismos internacionais, quando em visita àquele país. Trata-se de um relevante projeto do Fundo IBAS às comunidades em risco nos países do Sul por trabalhar, através da mesma ação, paralelamente e concomitantemente, aspectos sociais, pois pacificou uma complicada região com confrontos de gangues rivais, que foram inseridos no mercado de trabalho com um fim comum, como também saneamento básico e sustentabilidade, removendo o lixo das ruas, promovendo a reciclagem, possibilitando à volta ao trânsito de carros nas ruas, melhorando o comércio e a circulação e evitando enchentes.

O que a distingue de outras ações similares é justamente o seu caráter multidimensional, pois incorpora, simultaneamente, aspectos relativos à educação, ecologia, saneamento básico, segurança, saúde e inclusão social. Através da contratação de jovens pertencentes a gangues rivais para trabalho conjunto em prol da comunidade carente, modifica-se o tecido social permeado de violência e constroem-se afinidades e projetos comuns.

Na Palestina, o Fundo IBAS proporcionou a construção de um centro multiesportivo e a formação de ligas esportivas juvenis, com equipagem, na cidade de Ramalá. Tal projeto foi iniciado em maio de 2009 e concluído em junho de 2011, com orçamento de US\$ 1 milhão. Duas outras iniciativas para Palestina no mesmo valor já estão previstas.

5 A ORDEM INTERNACIONAL NA PERCEPÇÃO DO IBAS

Nós sabemos o que queremos, sabemos como conquistar e sabemos que podemos muito mais do que conquistamos até agora. Para isso, nós três precisamos dizer ao nosso povo que a partir da África do Sul, da Índia e do Brasil, a gente pode criar um novo modelo de participação multilateral no mundo. (BRASIL, 2007)

Nesse capítulo serão analisados os temas da agenda internacional para os quais os membros do IBAS consideram que deva haver uma reformulação, de forma a se obter uma ordem internacional nos moldes por eles pretendidos.

Buscou-se, na análise criteriosa dos 25 documentos pesquisados, evidenciar em quais elementos sistêmicos o IBAS concentrava sua fala, no intuito de alterá-los. Complementarmente, também se buscou compreender como o Fórum poderia servir como instrumento para modificar esta situação.

Observou-se que havia um padrão de repetição de determinados assuntos ao longo do tempo. Foram identificados quinze temas relevantes nos discursos sendo, no plano internacional: governança global; reformulação do Conselho de Segurança da ONU; direitos humanos; sistema financeiro; implementação da agenda Doha; desarmamento e não proliferação, terrorismo e energia atômica; metas do milênio e desenvolvimento sustentável e por fim, clima, propriedade intelectual e diversidade.

No plano regional, foram identificados os temas: processo de paz no Oriente Médio, processo de paz na África e outras questões regionais.

Identificou-se ainda que o IBAS entende que existem mecanismos e estratégias para mudar a ordem, sendo eles: a cooperação Sul-Sul, a cooperação regional dos países do Sul, a cooperação comercial entre eles e por fim, o Fundo IBAS.

A tabela utilizada para montar a agenda do IBAS encontra-se no apêndice, devidamente separada por documento.

5.1 Temas relativos à dimensão internacional

5.1.1 Governança Global

A ênfase do grupo está colocada no processo de democratização e inclusão da governança global de forma a abarcar os países que se caracterizam hoje como potências médias ou países emergentes, ou seja, Brasil, Índia e África do Sul, nos processos decisórios.

A percepção do IBAS é que as questões de desenvolvimento são uma base indispensável para um novo sistema de segurança coletiva. Ainda, em seus variados encontros, tanto os ministros quanto os líderes pontuam a necessidade de tornar as estruturas de governança global mais democráticas, representativas e legítimas, aumentando a participação de países em desenvolvimento. Esta preocupação surge nominalmente em nove dos documentos emitidos pelo Fórum. (BRASIL, 2007 a 2011).

A Declaração de Brasília que, como primeira declaração emitida, tem a função de apresentar a nova coalizão Sul ao mundo, afirma, em um primeiro momento, a importância do respeito às regras do Direito Internacional, o exercício da diplomacia e o fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do sistema multilateral como meio para manutenção da paz. Tais valores serão repetidos e enfatizados em tantos outros comunicados do grupo. Afirma-se como valores e princípios subjacentes ao Fórum de Diálogo IBAS: a democracia participativa, o respeito pelos direitos humanos e o Estado de direito. (BRASIL, 2006; 2011).

A ênfase na democratização das instituições como um todo que, segundo o Fórum, refletem a realidade política de 1945 e não a atual, será a tônica de vários posicionamentos. Segundo o IBAS o mundo mudou, mas as instituições ficaram engessadas nos moldes estabelecidos no pós Segunda Guerra. O mundo pós Guerra Fria não apresenta mais a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética a dividir possíveis aliados e simpatizantes. Posto isto, as necessidades de países que não são ouvidos nas Nações Unidas, deveriam ser, agora, contempladas.

Nas questões globais, observa-se o apelo dos ministros à reconfiguração dos instrumentos multilaterais para que abarquem os países em desenvolvimento, entenda-se propriamente neste contexto, principalmente, os países do Fórum. O

compromisso com o multilateralismo é evocado para que haja uma constante cooperação e coordenação e chega a ser ressaltado como princípio norteador para a obtenção da paz, segurança e o desenvolvimento. Relevante notar que os membros do IBAS trazem também sua reflexão sobre o processo de nomeação dos órgãos multilaterais, uma vez que concordam que os chefes e líderes seniores de todas as instituições internacionais deveriam ser nomeados por meio de um processo aberto, transparente e baseado no mérito, a começar pela escolha do próximo Presidente do Banco Mundial, em 2012.(BRASIL 2011).

Os ministros refletem que, tendo em vista uma ordem global que rapidamente se altera, o IBAS tem importância estratégica aumentada como Fórum de países em desenvolvimento democráticos baseado em princípios compartilhados, cujo papel é influenciador de cooperação Sul-Sul, salvaguardando e avançando os interesses do sul na reforma da governança global (BRASIL,2011). Corrobora-se, desta forma, a tese do IBAS como aglutinador de opiniões e anseios dos países do Sul, para que suas questões sejam vocalizadas fora do grupo e alterem a ordem multilateral, pacificamente, e dentro das normas de processo de mudanças institucionais.

5.1.2 Reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Indubitavelmente, o assunto mais repetido e frisado pelos três membros do IBAS diz respeito à reformulação do Conselho de Segurança da ONU. Todos os documentos emitidos pelos chanceleres e chefes de Estado/Governo fazem menção a esta demanda²⁷, com exceção de três comunicados sobre assuntos pontuais. A preocupação dos países que compõem o Fórum com este tema é tão evidente que se colocam, inclusive, datas limites para consecução das metas estabelecidas, como forma de exercer pressão e condicionar as partes ao devido acompanhamento evolutivo da questão.

A principal demanda dos países é pela representatividade destes países em desenvolvimento no Conselho de Segurança. Em entrelinhas, observa-se a vontade dos membros do IBAS em fazer parte deste seleto grupo.

No primeiro documento emitido pelo Fórum, os países inicialmente já afirmam

²⁷ Os documentos que não fazem menção à reformulação do CSNU são três: a Declaração Ministerial Informal às margens da OCDE Paris com Ministros do Comércio e Indústria cujo assunto foi especificamente Doha e os dois comunicados sobre a situação no Oriente Médio.

que:

[...] Coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. A esse respeito, frisaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não permanentes, com participação de países em desenvolvimento, em ambas categorias. (DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA, 2003).

No mesmo ano, vê-se que os Ministros concordam em cooperar entre eles e com o Secretário Geral a fim de alavancar a reforma da ONU; resolvem explorar, em conjunto, soluções inovadoras para a questão com vistas a acelerar o processo de expansão do conselho nas categorias de membros permanentes e também não permanentes. O motivo básico da necessidade de mudança no Conselho de Segurança é o fato de que este não representa devidamente os países e as realidades contemporâneas. Desta forma, a reforma do Conselho seria para provê-lo de devidos equilíbrio e representatividade. Nas palavras dos ministros “as decisões do Conselho de Segurança deviam ser vistas como estando a serviço dos interesses da comunidade global”. (BRASIL, 2004)

Quando os Ministros novamente se encontram, no mesmo ano, às margens da 59ª Assembleia Geral da ONU, declaram que, para que a comunidade internacional enfrente os desafios atuais, seria necessário que as Nações Unidas fossem reformuladas em sua integridade, mais especificamente em relação ao Conselho de Segurança. Para tanto, observam que desde a criação da ONU em 1945, o número de membros aumentou em quatro vezes e tal processo não foi acompanhado de uma expansão no Conselho o que o faz perder em eficácia, representatividade e legitimidade (BRASIL, 2004).

Fica patente pelas declarações dos membros do IBAS que o Conselho de Segurança deve representar as nações do presente e não as de 1945 e que suas decisões devem atender aos interesses da maior parte dos membros das Nações Unidas com a representação dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina.

A partir do ano de 2006, percebe-se uma opção dos ministros em estabelecer um prazo para consecução do objetivo em voga. Eles afirmam que buscarão chegar a resultados concretos até o final da 60ª Assembleia Geral, em 2006, e da 61ª Assembleia Geral da ONU, em 2007, o que não ocorre.

Quando os ministros se encontram à margem da 62ª Assembleia Geral da ONU, destacam o co-patrocínio do projeto de resolução A/61/L.69, que propõe o

lançamento imediato de negociações intergovernamentais que busquem resultados concretos no processo de expansão do Conselho de Segurança. Em encontro no mesmo ano, na África do Sul, os presidentes e primeiro ministro declaram total apoio à fala dos seus ministros:

[...]de fortalecer o sistema de governança global por ser um ingrediente crucial para a promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Reafirmaram o compromisso permanente e a fé no multilateralismo, com as Nações Unidas desempenhando o papel de destaque. Reiteraram que o sistema internacional não pode ser significativamente reordenado sem uma abrangente reforma das Nações Unidas. Os líderes enfatizaram que a reforma do Conselho de Segurança é fundamental para esse processo, [...] Reiteraram que negociações intergovernamentais sobre a questão da reforma do Conselho de Segurança devem ser iniciadas imediatamente. Concordaram, igualmente, em fortalecer a cooperação entre os seus países e com outros Estados-membros interessados numa autêntica reforma do Conselho de Segurança. Reafirmaram, também, a necessidade de esforços conjuntos dos Estados-membros para a revitalização da Assembleia Geral. (BRASIL,2007)

As tentativas de democratizar o Conselho de Segurança através da expansão dos seus membros continuam nos encontros ocorridos em 2008. Às margens da 63ª AGNU, os ministros expressam sua satisfação com a decisão da Assembleia Geral de iniciar as negociações intergovernamentais, com base nas propostas dos estados-membros, no plenário informal da Assembleia Geral, até 28 de fevereiro de 2009. Esta informação é recebida com igual entusiasmo pelos líderes, em Cúpula no mesmo ano.

Em 2009, com as recentes eleições ocorridas na Índia e África do Sul, novos ministros chegam para continuar os trabalhos com o embaixador do Brasil, Celso Amorim. Na mesma linha seguida por seus antecessores, M. Krishna e Maite Nkoana-Mashabane comprometem-se a coordenar-se mutuamente e, mais amplamente, com outros membros das Nações Unidas para obter progresso substancial neste objetivo em comum o mais cedo possível. Fica claro neste processo que os membros do IBAS agora buscam coordenar-se com outros países ou coalizões no sentido de chegarem o mais rapidamente possível a um denominador comum.

Em 2010, na Quarta Reunião de Cúpula, o primeiro-ministro da República da Índia, Manmohan Singh, o presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o novo presidente da República da África do Sul, Jacob Gedleyihlekisa Zuma frisam a importância da reforma do Conselho de Segurança e

objetivam alcançar progressos substantivos nas negociações em andamento. Ainda em 2010, os ministros registraram com satisfação o momento histórico em que, em 2011, os três países do IBAS integrariam o Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a eleição da Índia e da África do Sul como membros não permanentes em 12 de outubro de 2010, e a eleição do Brasil em 2009. Os representantes permanentes²⁸ reiteram a nota dos ministros, conclamando a reforma do Conselho de forma a permitir maior participação dos países em desenvolvimento. Alegam ainda que farão de seu mandato o mais transparente e ágil possível (BRASIL, 2010).

Em fevereiro de 2011, mês no qual o Brasil ocupou a presidência do Conselho de Segurança e promoveu importante debate sobre a interdependência entre desenvolvimento e segurança, os ministros se encontram em Nova York. Expressam a satisfação da presença simultânea dos três países do IBAS na composição do Conselho de Segurança durante 2011 e aproveitam por enfatizar, novamente, a necessidade urgente de reforma neste. Ainda, destacam sua intenção de intensificarem as consultas e a coordenação deste assunto, tanto em Nova York como em suas capitais e já agendam a retomada das negociações no encontro agendado para março. Em setembro, os ministros se encontram na 66ª AGNU e se congratulam pela sua performance no ano de 2011, quando os três países serviram juntos como membros não permanentes no CSNU. Comprometem-se a juntos continuar a levar suas perspectivas nos processos decisórios do órgão. Neste momento, caracterizaram como **crítica** (grifo nosso) a necessidade de avanço nas negociações sobre a reforma do Conselho de Segurança. Segundo a declaração, este adjetivo assegurará o ímpeto necessário para provocar a mudança. Os países objetivam conseguir resultados tangíveis durante ou logo após esta assembleia.

Por fim, o último documento analisado, quando da Quinta Cúpula em 18/10/11, já com a presença da nova presidente do Brasil, Dilma Rousseff traz à baila a iniciativa do G-4²⁹ de uma minuta de resolução sobre expansão do Conselho de Segurança que deverá ser utilizada como forte apoio aos objetivos do IBAS. Nesta reunião é pela primeira vez declarada formalmente a intenção dos três países em fazer parte do Conselho de Segurança, uma vez que os membros do IBAS “declararam apoio às aspirações mútuas por assentos permanentes em um

²⁸ Representantes Permanentes da Índia, Sr. Hardeep Singh Puri, do Brasil, Sra. Maria Luiza Ribeiro Viotti, e da África do Sul, Sr. Baso Sangqu.

²⁹ O G-4 é uma coalizão entre Alemanha, Brasil, Índia e Japão com a proposta única de apoiar as propostas uns dos outros para ingressar no CSNU.

Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.” (BRASIL, 2011).

Com base nos documentos acima referenciados e devido ao contínuo e constante esforço dos ministros e líderes em ressaltar a premente necessidade de expansão de um Conselho de Segurança considerado ultrapassado e pouco representativo, afirma-se, neste sentido, que o ponto de convergência número um do Fórum IBAS é a intenção de democratizar as instituições multilaterais, mormente as Nações Unidas e a real intenção do Brasil, Índia e África do Sul de participarem do Conselho de Segurança das Nações Unidas como membros permanentes. Este foi o aglutinador de esforços e a maior vontade política do Fórum na arena multilateral.

5.1.3 Desarmamento e Não Proliferação, Terrorismo, Energia Atômica

O primeiro documento emitido pelo Fórum IBAS, a Declaração de Brasília, faz constar em seu quinto parágrafo a preocupação com as consideradas novas ameaças à segurança, entre elas o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Sugere-se, nesta oportunidade, o enfrentamento destas mazelas através de uma cooperação internacional, eficaz, articulada e solidária. (BRASIL 2003). Esta seria a primeira de muitas considerações acerca do termo segurança sob a égide do Fórum IBAS. O discurso pela promoção da segurança e da paz contempla o desarmamento e a não proliferação, o repúdio ao terrorismo e o uso pacífico e consciente da energia atômica.

Primeiramente, expressam seu compromisso com a universalização da Convenção para a Proibição de Armas Químicas e Convenção de Armas Biológicas para consolidar a sua função de instrumento-chave de desarmamento do regime internacional de desarmamento e não proliferação com a meta de assegurar sua implantação equilibrada, transparente e efetiva. (BRASIL, 2006;2007). Não obstante, expressam continuamente sua preocupação com a falta de progresso na Conferência do Desarmamento, o único foro negociador multilateral com este fim. (BRASIL, 2008;2010).

Os líderes do IBAS reafirmam seu compromisso de esforçar-se nos foros multilaterais em busca de um instrumento universal para proibir as armas nucleares bem como realizar sua completa eliminação de uma maneira abrangente, universal, não-discriminatória, verificável e irreversível dentro de uma estrutura temporal. Nesse contexto, reiteram que a proposta dos Cinco Embaixadores revista em 2003

ainda permanece sendo uma base viável para chegar-se a um consenso. (BRASIL 2006;2007;2008; 2010; 2011). É também considerado preocupante, nesta situação, a aquisição de armas nucleares ou materiais e tecnologias por atores não-estatais e terroristas. Reafirmam seu compromisso de contribuir para os esforços multilaterais para conter tais ameaças e de promover cooperação na matéria.

Quanto ao terrorismo, com a mesma frequência com que se discutiam temas muito caros ao Fórum, tais como a governança global, buscava-se inserir o repúdio a esses tipos de atos, tanto quanto possível. A análise que se faz é que o Fórum pretende deixar claro que é desejoso de uma mudança na ordem internacional de maneira pacífica e harmônica. Outro fator que contribui para a relevância dada ao assunto é a ocorrência de ações terroristas principalmente no começo da década de 2000. Além dos atentados em Nova York e Madrid, também a Índia foi vítima de “bárbaros ataques terroristas”, caracterizada pelos membros como um “crime hediondo”, notadamente em Mumbai em julho de 2006 e novembro de 2008.(BRASIL, 2006; 2009).

Com este foco, em oito documentos são enfatizados pela coalizão que o terrorismo internacional constitui uma das mais sérias ameaças à paz e à segurança, e que atos de terrorismo são criminosos e injustificáveis.

Quando da Ministerial da Cidade do Cabo, os ministros reunidos reiteram seu total apoio à implantação de todas as medidas para combater o terrorismo, descritas nas Resoluções Relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Neste sentido, acolhem com satisfação os esforços do Conselho em aumentar a cooperação e coordenação entre todos os membros atuantes no combate ao terrorismo e enfatizam que esta deve ser conduzida em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas com a lei internacional e convenções internacionais relevantes, incluindo convenções internacionais de direitos humanos. (BRASIL 2005). Estes pensamentos serão repetidos em mais sete das 24 declarações do Fórum. Observa-se que é um assunto vocalizado tanto pelos ministros das relações exteriores como pelos chefes de Estado/Governo.

Relevante citar que o Fórum IBAS cobra continuamente, em seus documentos um posicionamento acerca da finalização da Convenção sobre terrorismo internacional. A exemplo da expansão do Conselho de Segurança da ONU, este objetivo chegou a ser datado pelos Ministros, como o parágrafo a seguir, extraído da Quinta Reunião da Comissão Trilateral, em Somerset West:.

Os Ministros reafirmaram que o terrorismo é uma ameaça séria à paz e segurança internacionais. [...]os Ministros reafirmaram seu compromisso com a implantação completa da Estratégia de Contra-terrorismo Global das Nações Unidas e suas resoluções relevantes. Eles lembraram-se do documento do resultado da Cúpula Mundial de 2005 que conclamou os Estados-membros a concluírem a Convenção Abrangente Sobre Terrorismo Internacional (CCIT) durante a 60ª Sessão da Assembleia Geral e enfatizaram uma rápida conclusão das negociações que levem à adoção da Convenção. (BRASIL, 2008).

Também os presidentes da África do Sul e do Brasil e o primeiro ministro Indiano em todas as Cúpulas expressaram seu clamor pela pronta conclusão das negociações que levem à adoção da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional e convocam os demais membros da ONU para que intercedam para uma rápida conclusão (BRASIL, 2006; 2007; 2008; 2010; 2011).

Quanto à energia atômica, o primeiro objetivo que se percebe é que o IBAS pretende, na esfera multilateral, reforçar a cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e outros fóruns, com vistas a assegurar o livre crescimento e desenvolvimento do uso pacífico da energia atômica através do fornecimento de tecnologia, equipamento e material, sob as salvaguardas apropriadas (BRASIL, 2004;2005;2007).

Com este objetivo, é dito pelos líderes do IBAS (BRASIL, 2006;2007;2008) que decisões multilaterais não devem prejudicar o direito inalienável de todos os Estados às aplicações pacíficas da energia nuclear desde que de forma coerente com sua obrigação jurídica internacional. Argumenta-se, também, favoravelmente, desde com critérios e responsabilidades, sobre a cooperação nuclear civil internacional entre países comprometidos com o desarmamento nuclear e os objetivos de não proliferação, sob salvaguardas apropriadas da AIEA.

Torna-se claro o alinhamento sul-africano e brasileiro à política nuclear indiana, principalmente na fala dos líderes ao congratularem a decisão por consenso da junta de governadores da AIEA de aprovar o acordo de salvaguardas específicas da Índia e a decisão do grupo de supridores nucleares de ajustar suas diretrizes de modo a habilitar a plena cooperação nuclear civil entre a Índia e a comunidade internacional (BRASIL, 2008).

Na esteira do viés multilateral dado ao uso da energia atômica para fins pacíficos, é reconhecido pelos líderes o direito do Irã de desenvolver programas nucleares, em conformidade com suas obrigações internacionais desde que em

cooperação com AIEA e cumprindo as resoluções pertinentes do CSNU. (BRASIL 2010).

5.1.4 Direitos Humanos

Tão logo na primeira reunião que o IBAS participa, à margem da 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas, já opta por deixar bem claro sua preocupação neste âmbito, uma vez que “concordam que os esforços para erradicar a fome e a pobreza devem ser empreendidos no quadro mais amplo da promoção dos direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento. Ainda, declaram que a ajuda contra a fome não deve levar somente o alimento, mas através de medidas estruturais, prover o saneamento, a infra-estrutura, a educação, saúde e emprego como formas de eliminar a fonte do problema.

Quanto à institucionalização dos direitos humanos, o principal órgão de promoção destes Direitos na ONU é o conselho de direitos humanos. A efetivação deste conselho em substituição à comissão previamente existente atendeu ao pleito de diversos países, entre eles os membros do IBAS, no que se refere à esperada reforma das Nações Unidas.

O conselho de direitos humanos iniciou seus trabalhos em 2006. No mesmo ano, as duas declarações do IBAS ressaltam a sua reformulação e solicitam, neste sentido, a expansão também do Conselho de Segurança.

Os membros do IBAS ressaltam a votação, por parte dos demais membros da ONU, nos três países da coalizão para integrarem o recém-criado conselho e reiteram seus valores compartilhados sobre a promoção e proteção dos direitos humanos: “reafirmação da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive a realização e operacionalização do direito ao desenvolvimento e a especial proteção dos direitos de grupos vulneráveis.” (BRASIL, 2006)

Durante os anos que se seguiram, houve várias referências nos documentos comuns do Fórum: os membros do IBAS reiteram seu compromisso de proteger e promover o direito humano universal ao alimento, solicitam a eliminação de todos os tipos de discriminação racial, renovam seu compromisso com a prevenção e o

combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalham para adoção do projeto de Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, concordam com a Declaração de Durban como documento instrutivo que prescreve medidas para luta contra o racismo, o apoio à Aliança de Civilizações³⁰ e a importância das missões de paz.

Relevante notar a importância reservada à igualdade de gênero nos documentos conjuntos do Fórum. Em vários momentos, os ministros e líderes se voltam a esta causa e expressam sua preocupação com a negligência do compromisso global coletivo com a igualdade de gênero e com o empoderamento das mulheres. Enfatizam o significativo papel que as mulheres têm no desenvolvimento econômico e na erradicação da pobreza além de reconhecerem o valor do trabalho não-remunerado das mulheres e a necessidade de criar um ambiente que possibilite melhorar a situação das mulheres camponesas. (BRASIL, 2009).

Outro foco de trabalho dos três países é a própria institucionalização deste Conselho. Neste sentido, em 2008, os líderes observam satisfatoriamente a convocação da sessão inaugural do Mecanismo de Revisão Periódica Universal, iniciativa pela qual trabalharam conjuntamente. Enfatizam também a importância de eliminar a politização, padrões duplos e seletividade no trabalho do conselho de direitos humanos (BRASIL, 2008).

Em 2009, um importante passo para o Fórum, o IBAS tem aprovado uma proposta comum no conselho de direitos humanos sobre a importância do acesso a medicamentos: A/HRC/RES/12/24 (BRASIL, 2010).

Por fim, os ministros e líderes reconhecem o relevante papel desempenhado pela Comissão de Construção da Paz (CCP) da ONU para uma paz duradoura em países que estão à beira ou saindo de um conflito, e expressam sua intenção de unir esforços e coordenar posições no contexto do processo de revisão desta comissão. Expressam também sua convicção que o Conselho de Segurança deveria trabalhar em estreita cooperação com a CCP ao avaliar missões em andamento e propõem o desenvolvimento de sinergia entre os dois órgãos. (BRASIL, 2010;2011).

Demonstra-se pelo seu esforço de participação, relevante contribuição dos países do IBAS no intuito de demarcar espaço na comunidade internacional e

³⁰Iniciativa das Nações Unidas destinada à construção de pontes, de conhecimento mútuo e de compreensão no mundo.

elencar suas posições e esforços, principalmente como lideranças do Sul.

5.1.5 Agenda Doha

Como explicitado no primeiro capítulo desta dissertação, um marco na história do IBAS é a criação do G-20, na reunião da OMC, em Cancún, em 20/08/2003.

Segundo o embaixador João Genésio de Almeida Filho (2009) existem opiniões contraditórias a respeito de qual grupo fortaleceu o outro. Alguns creditam ao G-20 o fortalecimento do grupo IBAS, enquanto um Fórum ativo de governança do Sul, outros já creditariam ao IBAS o próprio nascimento do G-20, como uma célula que acabaria por congrega outros países do Sul, contrários ao protecionismo da União Europeia e dos Estados Unidos. Fato marcante é que ambos estão interligados em termos políticos e é nesse contexto que se buscará aprofundar a importância do tema em questão.

O G-20 é um tema recorrente na formulação de declarações do Fórum. Nas primeiras reuniões do grupo é ressaltada a importância de continuar o trabalho e a coordenação no âmbito do G-20 (BRASIL, 2003;2004;2005). Ainda neste sentido, os líderes declaram vê-lo como um fórum-chave sobre desenvolvimento econômico global e governança. Como membros do G-20, os países do IBAS reafirmaram seu apoio ao Grupo como o principal fórum para a cooperação econômica internacional. (BRASIL, 2007, 2011).

Logo na primeira declaração de Cúpula do Fórum IBAS, os líderes afirmam a vocação do grupo em relacionar o comércio ao desenvolvimento, ao afirmar que “reiteraram seu compromisso na busca de um sistema mais justo de trocas comerciais globais, em benefício dos países em desenvolvimento.”(BRASIL, 2006).

Neste contexto, oito dos vinte e sete documentos oficiais analisados na trajetória do Fórum IBAS até 2011, sublinham a necessidade de se dar cumprimento integral ao Programa de Doha para o Desenvolvimento e enfatizam a importância de que os resultados da rodada de negociações comerciais em curso contemplem especialmente a reversão das políticas protecionistas.(BRASIL, 2003 a 2008).

Neste ínterim, na segunda reunião de Cúpula, os presidentes brasileiro e sul-africano e o primeiro ministro indiano observam que a Rodada de Doha está em estágio crítico e reafirmam seu compromisso em dar continuidade às negociações

para um resultado que seja justo e aceitável para todos. (BRASIL, 2007).

Nesta mesma declaração, relevante posicionamento acerca da questão da agricultura como impedimento à finalização da rodada Doha,

Os líderes enfatizaram que a agricultura continua sendo a chave para a conclusão da Rodada. Para cumprir verdadeiramente os benefícios de desenvolvimento da Rodada, defenderam a necessidade da remoção das distorções e restrições de longa data no comércio agrícola internacional, tais como subsídios e barreiras comerciais que afetam as exportações agrícolas e a produção doméstica dos países em desenvolvimento. [...]. Enfatizaram que tratamento diferencial especial, operacional e substantivo, que inclua instrumentos de desenvolvimento de Produtos Especiais e o Mecanismo de Salvaguardas Especiais são vitais para lidar com as preocupações dos países em desenvolvimento com produtores de baixa renda e de subsistência. (BRASIL, 2007)

Ressaltam, neste sentido, que alguma concessão dos países do Norte para alcançar os objetivos do G-20 devem ocorrer em função de uma política do desenvolvimento, conforme estipulado pela OMC, portanto não deverão ser vinculadas com ganhos desproporcionais dos países desenvolvidos no NAMA ou nas negociações sobre serviços.³¹ . Solicitam também, nesta ocasião, que o processo de negociação não fique refém da “espera por quem faça o primeiro movimento”.

Em 25/06/09, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim se encontra com os ministros do Comércio e Indústria da África do Sul e Índia e assinam uma declaração ministerial conjunta onde informam

[...] devido a crise e em meio ao pior panorama econômico desde a Grande Depressão da década de 30, seria irracional supor que maiores concessões unilaterais venham a ser feitas por parte dos países em desenvolvimento, no entanto afirmam que a contribuição dos países em desenvolvimento à Agenda Doha não encontra equivalente na história do sistema multilateral de comércio. (INDIA-BRAZIL-SOUTH AFRICA, 2009).

Nos últimos anos, entretanto, observa-se uma mudança de posição sinalizadora de mais flexibilidade, no intuito de encerrar a negociação de Doha. Neste sentido, o consenso com os países desenvolvidos parece ser buscado com empenho acentuado dentro a Cúpula. Assim sendo, solicitam a conclusão de Doha e ponderam que quaisquer solicitações dos países desenvolvidos deverão ser contrabalanceadas com concessões para se manter o equilíbrio e o caráter

³¹ NAMA – Non Agricultural Market Access/ Acesso ao mercado não agrícola.

desenvolvimentista da rodada.

Enfim, na última Cúpula, os Chefes de Estado/Governo alegam que para superar o impasse atual e conseguir concluir a Rodada de Doha de maneira satisfatória, deve-se construir sobre a convergência já alcançada. Neste aspecto, conclama-se que haja um acordo na OMC que atenda aos interesses dos países de menor desenvolvimento relativo. (BRASIL, 2011).

5.1.6 Metas de Desenvolvimento do Milênio, Desenvolvimento Sustentável

As metas de Desenvolvimento do Milênio guardam direta relação com os princípios do desenvolvimento sustentável, afinal sem este, tornar-se-á impossível cumprir aquelas.

No que tange ao desenvolvimento sustentável, os membros do IBAS reafirmam a validade dos princípios contidos na Declaração do Rio. Ainda, Índia, Brasil e África do Sul compartilham opiniões comuns sobre a importância em alcançar o desenvolvimento sustentável, particularmente por meio da erradicação da pobreza, da promoção do crescimento econômico e da proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2006;2007; 2008).

Também as primeiras declarações e comunicados que apresentam o Fórum já incitam a implementação das metas da Cúpula do Milênio e a ênfase na cooperação Sul-Sul como componente essencial e fundamental. (BRASIL, 2003,2005, 2010).

Não obstante, os membros do IBAS mostram-se pessimistas quanto ao cumprimento de tais metas. Na oficialização do Fórum junto à ONU, quando da 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas, os líderes afirmaram que conforme estatísticas da época, os objetivos do milênio não seriam alcançados caso não houvesse esforços renovados e ambiciosos da comunidade internacional de estratégias para combater a pobreza e a fome, incluindo novas fontes de financiamento. (BRASIL, 2003). Neste sentido, apresentam-se já como novas alternativas na governança global para cooperarem no desenho e na implementação de projetos com estes fins.

Assim sendo, surge o Fundo IBAS (BRASIL 2003) já como uma iniciativa desta decisão dos membros de influírem diretamente na ajuda internacional orientados para a redução da pobreza, o combate à fome, bem como para o acesso

à educação, saúde e saneamento, passíveis de serem disseminados. Os membros do IBAS afirmaram sua determinação de utilização de mecanismos financeiros inovadores para apoiar a luta contra a fome e a pobreza, tendo em mente a necessidade de essas iniciativas figurarem como esforço adicional à Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA).

Os Ministros e os líderes também notaram com apreço a decisão da ONU de convocar uma Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012 e a respectiva intenção do Brasil de sediar esta reunião que marca os vinte anos da Conferência do Rio. Com referência à cooperação internacional, os membros do IBAS solicitaram apoio à iniciativa e também que se intensifique vigorosamente a implementação dos princípios e metas previstos na Declaração do Rio, na Agenda 21 e no Plano de Joanesburgo particularmente o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas, como esforço em benefício de uma agenda sustentável (BRASIL, 2008;2010).

Ao longo dos anos, o Fórum IBAS continua seu trabalho de acompanhamento das Metas do Milênio, declaram sua preocupação constante e cobram posicionamento, conforme pode ser observado no prosseguimento dado às reuniões dos líderes.

Quando da Terceira Cúpula, “os líderes notaram que o evento de alto nível das Nações Unidas sobre MDMs mantido em 25/11/2008 auxiliou a chamar a atenção do mundo sobre a necessidade urgente de acelerar as medidas para o cumprimento das metas”. Solicitam, nesta oportunidade que a ajuda Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) passe para 0,7% dos PIBs dos países desenvolvidos. Na próxima Cúpula, “expressam profunda preocupação com as consequências da crise para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” e finalmente na Quinta Cúpula,” declaram que o lento ritmo de recuperação não deve levar a diminuir a ambição das metas” (BRASIL, 2008;2010;2011).

Em 2011, os líderes ainda declararam que 2015 é uma data alvo fundamental, na qual as MDM (metas de desenvolvimento do milênio) devem ser atingidas, para tanto esforços globais devem ser acelerados. Nesse sentido, eles convocaram os países desenvolvidos a satisfazer urgentemente seus compromissos com a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), incluindo transferência de tecnologia. Neste ínterim, solicitam da comunidade internacional solidariedade para com a África Subsaariana que obteve menos progresso que outras regiões em

desenvolvimento do mundo devido aos desafios que encontra (BRASIL, 2011). Neste aspecto, os líderes ressaltam a importância da Conferência Rio+20 para resolver os problemas elencados:

Reconhecendo que a economia verde é um meio para o desenvolvimento sustentável e para a erradicação de pobreza, os Líderes salientaram o significado da Rio+20 em abordar os emergentes desafios do desenvolvimento sustentável associados às múltiplas questões globais tais como volatilidade dos preços dos alimentos e segurança alimentar, escassez de energia e acesso à energia, padrões insustentáveis de consumo e produção, desafios da rápida urbanização, degradação da terra e mudança climática.(BRASIL, 2011).

5.1.7 Clima, Propriedade Intelectual e Diversidade

Como em outros itens acima elencados, os membros do IBAS também optam por se alinhar às organizações multilaterais referentes aos temas em questão, sempre ressaltando o apoio ao desenvolvimento sustentável e às oportunidades de melhoria nas condições de vida dos países mais pobres, assumidamente os mais prejudicados pelas alterações climáticas.

Neste íterim, os líderes e ministros afirmaram que os princípios constantes da Declaração do Rio e do Plano de Ação de Joanesburgo, particularmente o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades devem continuar a orientar as negociações multilaterais em questões ambientais. (BRASIL, 2006; 2007; 2008). Os ministros também reafirmam seu compromisso com o Plano de Ação de Bali ao mesmo tempo que solicitam a efetiva e sustentada implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) no presente momento e depois de 2012. Na primeira declaração do Fórum, os ministros já enfatizam seu apoio ao Protocolo de Quioto e instam aqueles países que não aderiram, que o façam.

Dos pontos assinalados pelos ministros e líderes, depreende-se uma visão desenvolvimentista cunhada pela ajuda dos países desenvolvidos em forma de transferência de tecnologia, capacitação e apoio financeiro a países em desenvolvimento no sentido de apoiar os esforços destes países para mitigar e adaptar os impactos das alterações climáticas, uma vez que estas comprovadamente constituirão maiores impactos econômicos e ambientais para suas populações. (BRASIL, 2006;2007;2008;2010).

Os líderes também incentivam transferências de tecnologia limpas para os países em desenvolvimento posto que estes se constituíam em agentes de transformação; incentivam o mercado de carbono e conclamam ainda que os países desenvolvidos que tenham mais responsabilidades com a emissão de gases efeito estufa na atmosfera, que estabeleçam prazos para atingir metas quantificadas e que estas metas reflitam as responsabilidades históricas. Ainda esclarecem que “os países desenvolvidos tem obrigação de desenvolver fontes renováveis de energia” (BRASIL 2008).

Dos vinte parágrafos da Declaração de Brasília, dois são dedicados ao desenvolvimento sustentável, clima e diversidade biológica, como se observa na fala referente à Convenção sobre Diversidade Biológica,

Reiteraram ainda seu empenho na implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, em especial dos direitos dos países de origem sobre seus próprios recursos genéticos, bem como a proteção do conhecimento tradicional associado. A repartição justa e equitativa de benefícios resultantes do acesso, uso e manejo dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado deve ser assegurada como forma de estimular o desenvolvimento social e econômico, bem com a valoração e o beneficiamento dos recursos da biodiversidade dos países detentores de megadiversidade. Nesse contexto, atribuíram especial significado à negociação de um instrumento internacional sobre repartição de benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, como acordado na Cúpula de Joanesburgo. Concordaram, assim, que a atuação do Grupo dos Países Megadiversos Afins, de que Brasil, África do Sul e Índia são membros fundadores, deve ser ainda mais valorizada. Ressaltaram, ainda, a necessidade de adequar as partes relevantes do Acordo TRIPS à Convenção de Diversidade Biológica. (BRASIL, 2003).

Interessante notar que os países se agrupam com a finalidade de alterar a ordem internacional, aqui exemplificada pela intenção de adequar as partes do TRIPS que não lhe interessam. Neste sentido, após a declaração acima, os líderes satisfatoriamente informam a apresentação na OMC da proposta para emenda do Acordo TRIPS, co-patrocinada, entre outros, pelos três países IBAS. Exige-se em tal proposta que seja revelado a origem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional a eles vinculado usados em invenções para as quais requerimentos de direitos de propriedade intelectual tenham sido apresentados. (IBAS, 2006; 2007).

Brasil, África do Sul e Índia além de membros do IBAS são também membros fundadores do Grupo dos Países Megadiversos Afins³² e neste âmbito coordenam

³² O GPMA é um foro de concertação política que congrega dezessete países em desenvolvimento, detentores, em seu conjunto, de mais de 70% da biodiversidade do planeta: África do Sul, Bolívia,

suas atividades no sentido de promover e proteger o “compartilhamento justo e equitativo de benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos”.(BRASIL, 2006).Nota-se, através deste exemplo, a articulação do IBAS quanto à repercussão do seu posicionamento para um outro grupo maior e, presume-se mais forte a contar pelo menos com a presença da China, a fim de implantar a proposta comum a todos.

Posto isto, no que concerne à propriedade intelectual, os líderes do IBAS sublinham a necessidade de incorporar a dimensão do desenvolvimento aos debates relativos à propriedade intelectual nos foros internacionais e contribuir nos aspectos econômicos e sociais dos países em desenvolvimento, assegurando o acesso ao conhecimento, assistência médica, cultura e um meio-ambiente sustentável. Neste sentido, cobram frequentemente nas declarações a incorporação das dimensões de desenvolvimento na consolidação de um regime de propriedade intelectual internacional equilibrado. Adjetivo que, no entendimento dos Chefes de Governo e Estado, significa “o regime de direitos de propriedade intelectual deve igualmente mover-se em direção ao equilíbrio entre as recompensas aos inovadores e o bem público global”. (BRASIL, 2006; 2007; 2008; 2011).

O regime internacional de acesso a recursos genéticos e a partilha dos benefícios decorrentes de sua utilização e do conhecimento tradicional (Acesso e Repartição de Benefícios - ARB) deve ser implementado o mais breve possível. Ainda neste ponto, segundo os líderes , deve-se estabelecer uma moldura jurídica adequada a prevenção da biopirataria no plano internacional, de forma a assegurar que suas normas e regulamentos sejam plenamente respeitados além das fronteiras e para reconhecer o valor dos recursos biológicos e do conhecimento tradicional, inclusive o indígena, como uma ferramenta adicional para promover o desenvolvimento, crescimento e incentivando a efetiva transferência de tecnologia (BRASIL 2008; 2011).

Outro ponto relevante destacado neste âmbito é a preocupação dos líderes com o advento de novas regras sobre propriedade intelectual fora do âmbito das instituições multilaterais que cuidam do tema, a OMC e OMPI. Este assunto veio a baila principalmente após os confiscos de remédios genéricos em trânsito para países em desenvolvimento, sob alegações de possível violação de patente no país de trânsito. Os líderes do IBAS compartilham a posição de que tais confiscos estão

em contradição com as regras da OMC sobre trânsito de produtos e representam uma ameaça às políticas sobre acesso a medicamentos dos países em desenvolvimento. Alertam, desta forma, "que tais atitudes podem dar margem a abusos na proteção de direitos, à construção de barreiras ao livre-comércio e ao enfraquecimento dos direitos civis fundamentais" (BRASIL, 2009;2010;2011)

5.1.8 Sistema Financeiro

A maior crise financeira das últimas décadas foi enfrentada após a iniciativa dos três países em formarem a coalizão do IBAS. Desta forma, é de se esperar que vários dos comunicados do grupo cobrem a devida contrapartida dos países responsáveis pela crise e induzam ações para alívio imediato da pobreza e da fome causados pela repercussão da crise internacional, nos países mais carentes, principalmente do Sul.

Relevante é notar que antes mesmo do tsunami financeiro que varreu os mercados, o IBAS já se preocupava com as consequências do processo globalizante e com a pouca democratização do sistema financeiro. Na declaração que apresenta o IBAS, já dirigiram sua atenção "para o impacto sofrido por vários países em desenvolvimento como resultado da volatilidade dos fluxos financeiros globais" (BRASIL, 2003).

Devido à crise, os membros do IBAS solicitam que as instituições internacionais estejam sujeitas a uma supervisão sistemática, pontuam a necessidade de desenvolver um sistema de alerta antecipado e eficaz e clamam por nova iniciativa internacional que provoque mudanças estruturais no sistema financeiro internacional, tornando-o inclusivo, ético e transparente. (BRASIL,2008,2009). Neste sentido, preocupam-se também com projetos de recuperação da crise baseados em geração intensiva de empregos, guiados pela Agenda de Trabalho Decente e pela Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Justa, de 2008, da Organização Internacional do Trabalho (BRASIL, 2010).

Em sete dos vinte e quatro documentos analisados, o Fórum menciona claramente a necessidade premente de alterações no Sistema Financeiro Internacional existente, com participação dos países em desenvolvimento nos processos internacionais de tomada de decisão, incluindo os das instituições Bretton

Woods³³ e outras instituições econômicas e financeiras. Os países do IBAS convergem na opinião de que o Fundo Monetário Internacional necessita de mudanças para permitir a representatividade dos países em desenvolvimento. Neste sentido, os líderes “reiteraram que a estrutura que governa o Fundo deveria refletir as novas realidades da economia global no século XXI, por meio da ampliação da voz e da representação das economias emergentes” (BRASIL, 2011). Além disto, alertam para importância de implementar os atuais compromissos internacionais de reforma financeira regulatória para um sistema financeiro mais resiliente, estável e sem protecionismo.

Quanto às políticas globalizantes e suas inevitáveis e nefastas consequências sociais, foi definido pelo Fórum IBAS em seus primeiros documentos, a intenção de implementar políticas e programas que tornassem estes processos mais humanos, integrativos e equitativos.(BRASIL, 2003;2004;2005). Em que pese as mazelas advindas da globalização e os transtornos causados pela crise econômica e financeira, principalmente aos grupos mais vulneráveis, sublinha-se a necessidade de reforço de políticas sociais, principalmente de combate à fome e pobreza. Neste sentido, citam o papel da iniciativa trilateral, o Fundo IBAS. (BRASIL, 2010;2011).

Em 2011, quando da última Cúpula dos líderes, os três reconheceram que enquanto vários países da Zona do Euro estavam em risco de recessão e deveriam passar por reformas estruturais, Brasil, Índia e África do Sul cumpriram seu papel e impuseram disciplina fiscal e crescimento.

5.2 Temas relativos à dimensão regional

Os líderes de Brasil, África do Sul e Índia reconhecem a importância do Fórum de Diálogo IBAS também como um instrumento para promover a coordenação em questões regionais. Diversas declarações afirmam a intenção dos três países em desempenhar um papel construtivo nos processos de paz destas regiões.

Salientam também que estão dispostos a compartilhar, se solicitados, o modelo democrático e de desenvolvimento inclusivo de suas sociedades com países em transição para a democracia. (BRASIL, 2011).

³³ Conferência das Nações Unidas que definiu o sistema Bretton Woods em 1944 com as regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional; com a criação do BIRD e do FMI.

Desta forma, apresenta-se a seguir, devidamente separados por região, suas contribuições ao longo destes nove anos de discussões.

5.2.1 Processo de paz no Oriente Médio

Os membros do IBAS enfatizam que a paz no Oriente Médio é essencial não só para seus povos, mas para paz e segurança mundiais. Afirmam para tanto, concordar com as Resoluções da ONU, os princípios de Madrid, Processo de Paz de Annapolis o Mapa do Caminho e a Iniciativa de Paz Árabe, para a criação de um Estado Palestino viável, soberano, democrático, unido e independente coexistindo pacificamente com um Estado Israelense, com fronteiras seguras, pré 1967, tendo Jerusalém Oriental como sua capital (BRASIL, 2010).

Os líderes e ministros declaram em seis documentos que em relação ao conflito entre israelenses e palestinos, apoiam criação de dois Estados soberanos - Israel e Palestina - convivendo lado a lado dentro de fronteiras seguras e reconhecidas. Neste aspecto comprometem-se a trabalhar juntos para auxiliar tanto os israelenses quanto os palestinos para o progresso no processo de paz no Oriente Médio, através do diálogo intenso e significativo para uma solução pacificamente negociada (BRASIL, 2004; 2005; 2006; 2007; 2008).

Os líderes declaram preocupação com a violência nos territórios palestinos ocupados, principalmente contra civis inocentes, declaram apoio ao uso do Fundo IBAS nesta região e insistem para que as restrições em postos de controle e bloqueios em estradas sejam aliviadas por razões humanitárias, ao mesmo tempo que solicitam um fim para continua expansão dos assentamentos israelenses. (BRASIL 2006; 2008).

À margem da reunião de Quarta Cúpula, os ministros do IBAS se reuniram com o ministro palestino Riad Malki. Nesta ocasião, divulgaram um documento intitulado "The situation in the middle East". Neste documento, eles reafirmam a criação de dois Estados soberanos, convivendo seguramente e em paz se colocam, enquanto países em desenvolvimento que se relacionam bem com ambos os lados, aptos a trazer uma perspectiva nova para o processo de paz entre israelenses e palestinos.(BRASIL, 2010).

Por fim na Quinta e última Cúpula do IBAS, os líderes acatam e apoiam o pedido palestino de se tornar membro pleno das Nações Unidas e aguardam

posicionamento favorável por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (BRASIL, 2011)

Quanto ao Líbano em particular, os líderes, na Primeira Cúpula em 2006, se reportam aos acontecimentos daquela época e declaram repúdio à violência incorrida contra civis, mulheres e crianças e a destruição da infra estrutura libanesa em flagrante violação dos princípios do Direito Internacional Humanitário. Neste sentido, solicitam ajuda humanitária. Nas declarações seguintes, o IBAS acompanha o processo de reconstrução do Líbano, eleições e problemas advindos. Por fim, na Declaração da Terceira Cúpula, os líderes saudaram o estabelecimento de um governo de unidade nacional no Líbano. (BRASIL 2006; 2007; 2008).

Em relação á Síria, os líderes reafirmam seu compromisso com sua soberania e integridade territorial. Solicitam o fim da violência e o respeito aos direitos humanos. Acreditam em um processo político pacífico enquanto apoiam iniciativas conjuntas do IBAS para a Síria; sugerem visita de uma delegação própria para acompanhar o processo de paz. (BRASIL, 2011)

A preocupação com o Afeganistão pontua vários documentos também. Dentre os aspectos citados, a crença no processo democrático e a confiança nas instituições. O repúdio ao terrorismo, principalmente e nominalmente o Talibã e o Al Qaeda. Os líderes reafirmam seu compromisso de longo prazo com um Afeganistão democrático, pluralista e estável. Sublinham a importância do aspecto regional no processo de reconstrução do país. Conclamam a comunidade internacional que mantenha seu compromisso de prestar assistência ao Governo e ao povo do Afeganistão para garantir segurança e desenvolvimento inclusive das forças de segurança no intuito que possam defender sua soberania, independência e estabilidade (BRASIL, 2008; 2009; 2010; 2011).

Para o Iraque, os membros “convergem no ponto de vista da transferência da soberania plena ao povo iraquiano, sua unidade e integridade.”(INDIA, BRASIL, SOUTH AFRICA, 2004). Ministros e líderes apoiam a reconstrução do Iraque, conclamam ajuda internacional aos iraquianos deslocados e atribuem á política democrática, inclusiva e ao diálogo, a oportunidade do país se tornar pacífico e estável (BRASIL 2007; 2008).

5.2.2 Processo de Paz na África

Nota-se a importância do processo de paz na África para os membros do IBAS pela produção de comentários acerca destes assuntos, principalmente por parte dos líderes de Governo nas Cúpulas. Não poderia ser diferente conquanto a África do Sul anseia por exercer um importante papel político geoestratégico na região. Neste âmbito, quando os líderes do IBAS se encontraram para Segunda Cúpula, elogiaram os esforços da União Africana nos projetos de consecução da paz e tomaram nota dos “progressos que têm sido feitos no continente africano em direção à conquista da paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento”. Ainda neste sentido, enfatizaram que há uma ligação indissociável entre paz e segurança de um lado e desenvolvimento de outro. (BRASIL, 2007).

Em análise retrospectiva, os documentos se referem a maior parte das vezes ao Sudão. Na última Cúpula, os líderes, já após o referendo que dividiu o país em Sudão e Sudão do Sul, afirmaram que continuarão a apoiar os esforços da União Africana relativos à paz e ao desenvolvimento, bem como à reconstrução pós-conflito, inclusive com Fundo IBAS. Durante os críticos eventos que levaram a instauração dos dois Estados, o IBAS interveio em busca da paz e da devida proteção aos civis e aos trabalhadores humanitários. Trabalhou assim em paralelo à ONU e a União Africana. Em um claro exemplo de coordenação política enquanto coalizão Sul, os líderes declararam que os países do IBAS, na qualidade de membros da comunidade global do Sul, expressaram seu apoio à posição do Conselho de Paz e Segurança da União Africana que se posicionou contrária ao pedido formal de 14 de julho de 2008 de mandado de prisão contra o Presidente da República do Sudão, sob o artigo 58 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional uma vez que tal acusação poderia prejudicar os esforços em curso para resolução do conflito de Darfur (BRASIL, 2008; 2011).

Com o apoio do presidente Thabo Mbeki da África do Sul, o Zimbábue avançou em negociações para solução entre o governo e a oposição por iniciativa da Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC). Os líderes não só acompanharam a negociação política como também felicitaram o povo do Zimbábue pelo acordo alcançado em 11/09/2008 para a constituição de um governo de unidade nacional. Entrementes, solicitaram à comunidade internacional apoio para sua recuperação econômica inclusive “a suspensão de todas as formas de

sanções contra o Zimbábue em particular aquelas referentes à ajuda e questões comerciais”. (BRASIL, 2007; 2008; 2009)

Em relação aos conflitos da Guiné-Bissau, os líderes pontuaram a necessidade de defesa da ordem constitucional e clamaram a solução através do diálogo pacífico. Frisaram o importante papel da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas e confirmaram seu compromisso de continuar a apoiar, através de ações concretas de cooperação, os esforços do governo guineense para consolidar a estabilidade política e institucional, comprovadamente demonstrada através do suporte dado pelo Fundo IBAS. Quando da declaração da Quarta Cúpula, o projeto entrava em sua segunda fase, “distribuindo instrumentos para os agricultores e organizando aulas de alfabetização para mulheres que vivem nas zonas rurais, em coordenação com as autoridades nacionais”. (BRASIL, 2010). Neste sentido, quando da última Cúpula do IBAS em 2011, os líderes já observam os indícios de consolidação da paz e o progresso obtido pelo Governo da Guiné Bissau em direção a uma saudável gestão econômica e estabilidade, enquanto conclamam à comunidade internacional que retorne a cooperação. (BRASIL, 2011)

Quanto à Madagascar, os líderes do IBAS se preocuparam com o impasse no processo de negociação para restaurar a constitucionalidade quando da época da Quarta Cúpula em 2010, e neste sentido, aprovaram a continuação do mediador da SADC em seus esforços para o restabelecimento da ordem constitucional e da boa governança. Persistiram na necessidade de um diálogo inclusivo e transparente, e eleições livres, transparentes e justas, conforme os acordos de Maputo e Adis-Abeba.

No que se refere à Somália, partiu dos ministros a primeira sinalização de preocupação com a situação de severa instabilidade e o impacto nos demais países do leste africano. Solicitaram ajuda para o desenvolvimento do país e um processo inclusivo que instaure a paz. No mesmo ano em 2011, os líderes ressaltam a severidade dos desafios encontrados, porém urgem aos partidos somalis que renunciem à violência e caminhem para o diálogo. Neste sentido, os líderes acolheram a adoção do Mapa do Caminho na reunião de transição realizada em Mogadíscio, em 5-6 de setembro de 2011, “expressaram a esperança de que isso levará à adoção de uma nova constituição e eleições gerais subsequentes”. Neste diapasão, atentaram para o drama dos deslocados internos e refugiados em países vizinhos e solicitaram providências para resolução dos problemas de pirataria e

sequestro na costa da Somália. (BRASIL, 2011).

Finalmente, alguns outros pontos gerais ressaltados no âmbito do processo de paz para a África: quanto ao Saara Ocidental, os líderes tomaram nota das solicitações das Nações Unidas da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1813 (2008) e solicitaram ajuda aos refugiados. Por sua vez a Costa do Marfim foi lembrada em comentário dos ministros que incentivaram o painel de alto nível da UA para resolução da crise na costa do Marfim, enquanto solicitaram às partes cooperação e não violência. Ainda, foi colocado pelos líderes do IBAS a profunda preocupação comum com a situação no Chifre da África, mormente a severa crise humanitária. Em relação à Guiné, foram reconhecidos os esforços para a restauração do ambiente político desde a assinatura do Acordo de Ouagadougou, em 15 de janeiro de 2010, enquanto se aguardava a eleição presidencial. (BRASIL, 2008;2010; 2011).

5.2.3 Outras Questões Regionais

Na Quarta Cúpula, realizada em 15/04/10, o Haiti havia acabado de passar pelo devastador terremoto que avassalou seu país em 12 de janeiro. Desta forma, o IBAS afirmou sua solidariedade para com o povo e com o governo conclamou a comunidade internacional a se unir e a se coordenar para apoiar as prioridades nacionais definidas pelo governo do Haiti, sob a liderança das Nações Unidas e da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Reconheceram o papel importante da MINUSTAH e do PNUD na fase de reconstrução. Em 2011, quando da Quinta Cúpula, os líderes “reiteraram seu compromisso com o povo e Governo do Haiti”, enfatizaram positivamente a ratificação do Primeiro Ministro como possibilidade de implementação do programa do Governo para fortalecimento da recuperação e esforços de reconstrução. Reafirmaram seu total apoio à MINUSTAH, reconhecendo que esta continua a desempenhar um papel vital na manutenção da segurança e estabilidade no Haiti.(BRASIL, 2010,2011).

Os ministros também se manifestaram acerca dos desenvolvimentos políticos em Honduras quando da quebra da ordem constitucional democrática no país que interrompeu o regime legítimo do presidente Manuel Zelaya. Uniram-se, assim, ao posicionamento das Nações Unidas (BRASIL, 2009). Os líderes também

reconheceram a soberania e integridade territorial de Sri Lanka (BRASIL, 2011).

São observados ainda condolências aos povos e governos das nações quando atingidas por catástrofes e atos de terrorismo entre outros, terremoto no Chile, tsunami na Ásia. Neste sentido, Os ministros expressaram preocupação sobre o sofrimento humano e o impacto econômico causados pelos desastres naturais em todo o mundo. Preocupa-se o IBAS com a coordenação de ajuda aos países que porventura passaram por desastres, no sentido de haver cooperação internacional e nacional na esfera de redução, atenuação e gestão do risco de desastre. Neste sentido “acolheram com satisfação o estabelecimento do Fundo Central de Resposta de Emergência da ONU (CERF) em 2005, que contribuiu para o fortalecimento da capacidade das Nações Unidas em responder aos desastres naturais”, aprovaram também em uma maneira previsível e oportuna. Recomendam ainda o compartilhamento de melhores práticas em assistência humanitária entre seus países. (BRASIL, 2007; 2009).

5.3 Instrumentos a serem utilizados para moldar a nova ordem

O ponto anterior detalhou quais as principais mudanças no âmbito da coordenação política pleiteadas pelos membros do IBAS. Agora, ainda através das Declarações e Comunicados emitidos ao longo dos anos de existência do Fórum, buscar-se-á detectar quais instrumentos serão efetivamente usados pela coalizão para influenciar esta alteração pretendida do *status quo*. Os pontos principais foram agrupados, para facilitar o processo de análise.

5.3.1 Cooperação Sul-Sul

Uma percepção recorrente do Fórum por parte dos ministros e líderes é que este proporciona uma estrutura que confere ímpeto adicional a novos contatos entre países em desenvolvimento contribuindo, assim, para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e conseqüentemente para o desenvolvimento de todos. (BRASIL 2006, 2007, 2010).

Os países em desenvolvimento tendem a apresentar pontos de vista comuns sobre estratégias e prioridades de desenvolvimento nacional, quando confrontados com desafios semelhantes. Neste sentido, os membros do IBAS afirmam conduzir

uma “abordagem pragmática compartilhada” no debate das questões globais. Acreditam, desta forma, que estas abordagens comuns realizadas pelo Brasil, África do Sul e Índia reforçam a cooperação Sul-Sul, criando uma voz coletiva para os países em desenvolvimento na arena internacional e, conseqüentemente, tem impacto sobre as populações destes países, produzindo nesta corrente uma ordem mundial mais justa. (BRASIL, 2006).

Esta cooperação e sinergia se configuram em uma forma de promoção de troca de ideias, experiências, melhores práticas, conhecimentos, avanços técnicos e científicos dentro do âmbito do IBAS e também, multilateralmente, para os países do Sul. Percebe-se, neste ínterim, a diretriz do grupo de aperfeiçoamento da coordenação política no sistema internacional, em paralelo ao diálogo sobre os desafios em comum. Os líderes notam, entretanto, que “cooperação Sul-Sul não deve ser vista como um auxílio, nem devem os países em desenvolvimento envolvidos serem percebidos como doadores e receptores”. (BRASIL, 2011). Para os membros do IBAS, o sistema das Nações Unidas deve ser melhor adaptado para poder acompanhar e apoiar o crescimento da cooperação Sul-Sul.

Relevante notar que os líderes enfatizam que esta cooperação não pode substituir os compromissos dos países desenvolvidos, mas é somente uma complementação à cooperação Norte-Sul. Desta forma, enxergam a cooperação Sul-Sul como um processo contínuo que ajuda os países em desenvolvimento a confrontar os desafios comuns que enfrentam e a promover satisfatoriamente seu próprio desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da ampliação das capacidades dos acordos e das instituições que promovem tal cooperação. (BRASIL, 2008, 2011).

Um dos pilares da cooperação Sul-Sul implementada pela coalizão dos três países é justamente o Fundo IBAS, uma ajuda econômica para projetos comprovadamente desenvolvimentistas em comunidades carentes, como visto anteriormente.

5.3.2 Cooperação Regional dos países do Sul

Indubitavelmente, as maiores contribuições do Fórum IBAS quanto ao apoio dado a iniciativas de cooperação são aquelas direcionadas à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África-NEPAD. Percebe-se por parte do Fórum um maior

interesse na África, capitaneado talvez pela posição da África do Sul no continente, ou pelo fato de os países estarem em situação de maior vulnerabilidade, enfim, os ministros ressaltam já nos primeiros documentos do IBAS a necessidade de se buscar medidas práticas e concretas a serem seguidas em apoio a implantação desta aliança. Neste sentido, os ministros sinalizam que há muito a ganhar em sinergia com esta cooperação pois os três países compartilham uma experiência comum na luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento e as informações e melhores práticas para lidar com os desafios comuns poderiam ser compartilhadas. (BRASIL, 2005, 2006).

Acompanham, desta maneira, as melhorias feitas no órgão por iniciativa da União Africana com vistas a melhorar a coordenação e o acompanhamento de programas e projetos para as Comunidades Econômicas Regionais (CER) implementarem. Os líderes consideram que uma maior integração da NEPAD, bem como a ampliação do mandato da NPCA (Agência de Planejamento e Coordenação da NEPAD) irão promover a necessária abordagem holística para o crescimento e desenvolvimento da África, principalmente no que tange à realização das prioridades identificadas pela parceria em setores como tecnologia de informação e comunicação, energia, água e saneamento e transportes. (BRASIL, 2010).

Quando da Quinta Cúpula, os líderes do IBAS ensejam os cumprimentos à NEPAD pelos dez anos de existência, por sua força na mobilização do continente e pelo progresso obtido em seus esforços na implementação de projetos trans-fronteiriços, tidos como críticos para integração regional e melhoria do comércio; afirmam ainda sua importância no processo de auto determinação da África e o caracterizam como o programa sócio-econômico de maior destaque da União Africana. Os líderes também acolhem com satisfação “o fato de que os parceiros mais importantes da África estão crescentemente alinhando seu suporte programático e seus projetos aos princípios e políticas da NEPAD”. O IBAS se coloca como um parceiro chave em rumo a uma África mais desenvolvida que figure como um novo possível pólo de crescimento global. Neste ínterim, os líderes enfatizam a contribuição positiva que a Índia e o Brasil desempenham no apoio à União Africana em conjunto com a NEPAD. Verbalizam que “o relacionamento histórico e de raízes profundas que o Brasil e a Índia têm com a África desenvolveu um moderno exemplo de cooperação Sul-Sul.” (BRASIL, 2011).

Neste ínterim, os Ministros do IBAS ressaltaram que apoiavam uma nova Parceria Estratégica Asiática-Africana, incluindo seu apoio à criação de uma cúpula de negócios que se concentraria na exploração de oportunidades e promoção de negócios e investimentos, no intuito de fortalecer o setor privado africano. Também acolheram com satisfação os esforços para a integração na América Latina e na região do Caribe, reconhecendo o significado da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). De todas estas considerações, só a referente a Comunidade Sul-Americana de Nações que continuou em destaque, por mais um curto período de tempo. Em 2006, os ministros reiteraram a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que realizou a sua primeira Reunião Presidencial em 30 de setembro de 2005, em Brasília. Em 2007, os ministros ressaltam que esta união é reconhecida como fortalecimento da coordenação política e integração econômica, comercial e infraestrutural entre os países sul-americanos. (BRASIL, 2005, 2006,2007). Não foram produzidos mais comentários acerca destas iniciativas.

Relevante notar que os comentários acerca de outras alianças Sul e projetos de integração que não a NEPAD, foram feitos quando da Segunda, Terceira e Quarta Reunião Ministerial no máximo, ou seja, até o ano de 2007. Presume-se que o assunto se esgotou ou perdeu a importância na agenda, na qual a NEPAD certamente se consolidou.

5.3.3 Cooperação comercial entre os membros do IBAS

Brasil , Índia e África do Sul nunca foram os primeiro parceiros comerciais um dos outros. Pode-se dizer que até o Fórum existia um comércio pouco sedimentado, mas com potencial perspectiva de aumento.

Faz-se necessário, entretanto, ressaltar a pouca complementaridade de suas economias, visto que produzem bens bastante similares, além de competirem por mercados da OCDE³⁴, o que pode trazer dificuldades de viabilização de maior fomento das exportações entre os três países.

³⁴ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional que agrupa os países mais industrializados do mundo e também alguns emergentes como México, Chile, Estônia e Eslovênia. Os países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de aumentar a prosperidade e combater a pobreza através do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

De qualquer forma, conforme o pesquisador Lyal White da África do Sul (2009), o comércio entre os três países aumentou expressivamente dos USD 3.9 bilhões em 2003 para aproximadamente USD 10 bilhões em 2008.

Mesmo não sendo o fator de maior força aglutinadora entre os países, importantes considerações são feitas nesta agenda, principalmente aquela que visa implementar um mercado comum entre os três.

Primeiramente, ressalta-se a decisão entre os Ministros participantes do IBAS para promover coordenação e cooperação em diversas áreas inclusive sobre a convergência de Acordos de Comércio Preferencial e/ou Acordos de Livre Comércio.

Em 2006, O Mercosul propõe à SACU e à Índia a criação de um grupo de trabalho para explorar as modalidades de um Acordo de Livre Comércio Trilateral (ALCT). (BRASIL, 2006). No ano seguinte, o Fórum IBAS atingiu a meta estabelecida para o comércio trilateral de US\$10 bilhões e a, partir deste ano, nota-se uma ênfase maior ao breve estabelecimento de uma área de livre comércio trilateral entre Mercosul, SACU e Índia, com a primeira reunião do grupo de trabalho ocorrendo em outubro daquele ano. (BUENO, 2010).

Em outubro 2007, os líderes apreciaram o significativo progresso alcançado nas negociações entre Mercosul e a SACU e o lançamento das negociações entre a SACU e a Índia em Pretória. Em 2008, já afirmam reconhecer progressos nas negociações dos três acordos regionais, a saber: Mercosul e SACU, Mercosul e Índia, e SACU e Índia e reafirmaram a importância da manifestação de apoio, no mais alto nível político, ao objetivo do potencial Arranjo Trilateral de Comércio (ATC) Mercosul-SACU-Índia (BRASIL, 2007;2008). Ainda nesta oportunidade, os líderes estabeleceram uma meta de comércio intra-IBAS de US\$ 15 bilhões até 2010 e exortaram as empresas e a indústria para que fossem ainda mais ambiciosos e ultrapassassem essa meta. O objetivo foi cumprido.

É possível observar avanços neste quadro, por mais difícil que se possa imaginar um acordo de livre comércio trilateral desta magnitude, principalmente participando Brasil e África do Sul de outros agrupamentos regionais, respectivamente Mercosul e SACU. Fato é que apesar das críticas e incredulidades, reuniões têm ocorrido e acordos e memorandos de entendimento têm sido assinados como se comprova, nesta específica agenda, pela fala dos ministros que em 2009, em reunião de Comissão Trilateral, sinalizam o compromisso dos 3 países com o agendamento da 1ª reunião ministerial trilateral Mercosul-SACU-Índia. Um

ano após, na Quarta Cúpula, os líderes já saudaram a primeira reunião ministerial trilateral ocorrida e expressaram confiança de que os acordos comerciais conduzirão a um futuro Acordo Comercial Trilateral que formaria o maior acordo comercial do mundo em desenvolvimento. (BRASIL, 2009; 2010).

5.3.4 Fundo IBAS

A primeira menção feita a um tipo de auxílio aos países mais carentes do Sul ocorre logo após a criação do Grupo, ainda em 2003, quando os países reunidos na Assembleia Geral das Nações Unidas, declaram em comunicado, a formação do grupo.

Neste momento, ainda sem um nome específico, este auxílio é sugerido pelos membros tendo em vista a preocupação com a implementação das metas de desenvolvimento do milênio, e a constatação que alguns países mais pobres não conseguiriam alcançar as metas propostas até 2015, de acordo com estatísticas publicadas naquele ano. Assim sendo, os ministros declaram que sem esforços ambiciosos da comunidade internacional não se cumprirão as metas. Sugere-se então, um compromisso do grupo para:

[...] cooperar no desenho e na implementação de projetos orientados para a redução da pobreza e o combate à fome, bem como para o acesso à educação, saúde e saneamento, passíveis de serem replicados e disseminados em escala ampliada. Estes devem incluir a identificação de projetos-piloto e boas práticas nas áreas acima mencionadas, com vistas a sua disseminação nos planos regional e internacional como exemplos concretos para avançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. A preparação, aprovação e implementação desses projetos observariam os regulamentos e os procedimentos existentes no âmbito do PNUD e de outras agências das Nações Unidas (BRASIL, 2003).

Relevante destacar, que os ministros convidam através do comunicado, outros países para possível colaboração e também a sociedade civil como um todo.

No ano subsequente, já em reunião ministerial, informa-se que os ministros revisaram e aprovaram as Diretrizes de Operacionalização do Fundo de Combate à Fome e à Pobreza do IBAS, dependendo somente de operacionalização com o PNUD para questões de funcionamento e prospecção de possíveis projetos, mas já contando com contribuições monetárias da Índia, Brasil e África do Sul.

Fato é que no ano de 2004 é lançado o primeiro projeto a ser financiado com

recursos do Fundo IBAS, em apoio ao desenvolvimento agrícola e pecuário na Guiné-Bissau. Neste momento, os ministros pontuam a vinculação deste auxílio com o objetivo maior de combate à fome e a pobreza, mas também às metas de desenvolvimento do milênio, que não fora a ajuda fornecida, muito provavelmente não seriam de nenhuma forma cumprida.

Neste sentido, o Fundo IBAS é entendido pelos países que o compõem como um exemplo de cooperação de três países em desenvolvimento em prol de países mais carentes do Sul e reiteraram o caráter fundamental do Fundo como um meio de disseminar as melhores práticas no alívio da pobreza e da fome.(BRASIL 2006,2008). A iniciativa rende frutos de reconhecimento internacional, uma vez que o Fundo de Linha de Crédito IBAS conferiu o Prêmio de Parceria Sul-Sul no evento das Nações Unidas de 2006 realizado em Nova York, em 19 de dezembro de 2006.

Em 2007, os ministros recomendam alterações nos processos de escolha com a identificação de critérios para aceitação de projetos. Decidem também que seu funcionamento e modalidades devem ser revisados. Novos mecanismos com normas e procedimentos são instaurados e aceitos pelos líderes quando da Terceira Cúpula em 2008.

Em 2011, os ministros fizeram um retrospecto das principais ações do Fundo: Cabo Verde, Haiti e Guiné-Bissau, assim como do início dos projetos do IBAS em Ramalá e Burundi. Saúdam o desenvolvimento de documentos de projeto para, entre outros, iniciativas em Timor Leste, Camboja e Faixa de Gaza. Neste ínterim, encorajam os pontos focais a enviar novas e detalhadas propostas à Junta Diretora do Fundo IBAS. Neste momento, também retornam à preocupação com o devido uso do dinheiro arrecadado posto que “endossam a decisão do encontro focal 15o do IBAS no sentido de rever as diretrizes e discutir formas para que os membros se assegurem que há maior efetividade, visibilidade e melhor uso dos seus próprios recursos sempre que possível.” (BRASIL, 2011).

5.4 Cruzamento das agendas

Os líderes consideram que o principal tema de uma “nova” ordem internacional, conforme visto no capítulo três, é a paz mundial. Contudo, esta paz não seria provida por um hegêmona, mas construída multilateralmente através de um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformulado e ampliado. Lula,

Vajpayee e Mbeki apesar de reforçarem o papel do CSNU, denunciam que este se encontra engessado em sua estrutura original do pós-guerra. Desta forma, os líderes propõem que ele seja ampliado, democratizado e representativo dos diferentes grupos de países. Consideram, ainda, que seus membros têm legitimidade e envergadura política para fazer parte deste conselho.

No que concerne ao Fórum IBAS, sua agenda de paz perpassa o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a questão do desarmamento e não proliferação, terrorismo e energia atômica e, também, a agenda regional. Assim sendo, a paz é tratada em duas dimensões, em nível macro: o CSNU e em nível regional: a paz que eles podem ajudar a construir. Quanto ao desarmamento e não proliferação, o IBAS preconiza pela urgente ratificação da Convenção de Desarmamento, ao mesmo tempo que aprova a instrumentalização de organizações internacionais que efetivamente monitorem o uso de armas e a utilização pacífica da energia atômica.

No que se refere à governança global e às instituições multilaterais, as mudanças na ONU, OMC e OMPI a fim de democratizá-las e adequá-las a esta “nova” ordem são consideradas estratégicas e urgentes, tanto pelos países individualmente, como também pelo IBAS.

Um tema caro aos líderes do Brasil, África do Sul e Índia é o desenvolvimento. Consideram, assim, que esta “nova” ordem deve ter o desenvolvimento econômico e social como prioritário, conforme os discursos analisados. É uma constante, na fala de todos eles, a questão desenvolvimentista da rodada comercial de DOHA. Cobra-se, dos países desenvolvidos, o corte nos subsídios que atrapalham as exportações do Sul, bem como a eliminação de barreiras não tarifárias.

É fato que os três países entendem que, enquanto moradores do Sul, pouco ou nada fizeram para dar causa à situação atual. Neste sentido, enfatizam que os países industrializados têm deveres morais para com os países mais pobres e devem, portanto, agir dentro dos mecanismos de controle já estipulados pela governança internacional, a Convenção de Johannesburg, o protocolo de Kyoto, entre outros.

Por sua vez, o Fórum IBAS ressalta o cumprimento das Metas do Milênio, inclusive monitorando as consecuições dos objetivos almejados. Enfatiza, também, a importância da finalização da Rodada de Doha para este fim. Propõe acordos para proteção do clima e para o desenvolvimento sustentável. Paralelamente, cobra um

regime de propriedade intelectual internacional equilibrado, que leve em consideração a dimensão dos países em desenvolvimento, principalmente no que se refere à transferência de tecnologia e ao justo compartilhamento dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional.

Por fim, os líderes observam também que a inclusão de minorias e a garantia de seus direitos inalienáveis são elementos indissociáveis para o desenvolvimento pleno.

O Fórum IBAS reitera, nos diversos comunicados, a necessidade de se criar mecanismos de inclusão para as minorias, além de coibir a prática do racismo, tratar de questões de gênero e incentivar o diálogo entre civilizações, culturas, religiões e povos.

Em vários discursos dos presidentes e primeiro ministro, observa-se solicitações de mudanças nos processos globalizantes, no intuito que estes fiquem mais inclusivos, e às instituições multilaterais financeiras para que fiscalizem efetivamente os fluxos de capital e construam métodos eficientes de controle para evitar crises que, devido à volatilidade, atacam vários países em efeito cascata. É entendimento dos governantes que as piores consequências ficam sempre com os países mais fragilizados e pobres.

O Fórum IBAS além de considerar extremamente prioritário a reestruturação da arquitetura financeira internacional, atua, paralelamente, de forma a incentivar estas novas estruturas de governança como a NEPAD, por entender que o desenvolvimento e a paz são complementares e podem ser construídos também por meio de mecanismos regionais. Neste aspecto, caracterizam o Fundo IBAS como um importante instrumento para diminuir o sofrimento humano em regiões carentes no Sul.

Em suma, os líderes reforçam a necessidade de se reformular as estruturas de governança do Sistema ONU e Bretton Woods, sendo esta condição essencial para se obter a paz, desenvolvimento e estabilidade econômica; contudo, não descartam outras formas de cooperação como a Sul-Sul, seja através de acordos comerciais ou regionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados são atores racionais que maximizam seus ganhos. Estes ganhos, por sua vez, são determinados pelos seus interesses que em última análise, vão estabelecer a estratégia de interação entre estes Estados no sistema internacional, ou seja, o tipo de dilema de ação coletiva a ser superado. Esses dilemas configuram os jogos: se os interesses forem simétricos: segurança e coordenação, se forem assimétricos: colaboração e persuasão.

Dependendo destes tipos de jogos, ou seja, do dilema a ser superado, os Estados constroem estruturas institucionais que melhor se adéquam aos objetivos pretendidos.

As coalizões são estruturas institucionais pouco formalizadas que se adaptam a situações em que jogos de coordenação predominam. Contudo, como vimos na presente dissertação, as coalizões de potências médias apresentam problemas de risco de fragmentação e peso externo mínimo. Desta forma, elas devem ser desenhadas de forma a evitar estes riscos. No caso específico do IBAS, estes riscos são evitados, à medida em que o Fórum é composto por três países que são líderes regionais, democráticos, populosos, com economias crescentes e pujantes, além de serem considerados potências médias participativas e engajadas nas questões dos países em desenvolvimento.

Quanto ao risco de fragmentação, a amplitude dos assuntos tratados poderia se constituir em elemento para tal. Não obstante, entendemos que, a amplitude da agenda do IBAS é justamente a principal estratégia desta coalizão, uma vez que o principal objetivo dos Estados, ao formar o IBAS era possuir um mecanismo para vocalizar seus interesses relativos à construção de uma “nova” ordem internacional.

Como demonstrado nesta pesquisa, o IBAS é um instrumento para o Brasil, a Índia e a África do Sul ampliar sua inserção no sistema internacional, de forma a propor mudanças sem, no entanto, alterar seus marcos fundamentais.

A percepção de como deve ser esta “nova” ordem é partilhada pelos líderes das três nações, como se comprova nos discursos analisados para esta dissertação. Apesar da agenda ser a mais ampla possível, três temas são de fundamental importância para a tríade: paz, desenvolvimento com justiça social e estabilidade econômica. Os líderes almejam construir uma “nova” ordem baseada na conjugação

da segurança, do desenvolvimento econômico e social, com processos globalizantes mais democráticos e inclusivos, inclusive com distribuição de renda e ajuda às minorias.

Observa-se, pois, que estes temas apresentam um amplo espectro de atuação e se configuram em um mundo “ideal”. Porém, o aspecto fundamental destes temas diz respeito ao fato de serem norteadores da ordem mundial pretendida após a Segunda Guerra Mundial. A paz, o desenvolvimento e a estabilidade econômica foram os princípios basilares sob os quais se assentaram todas as instituições criadas no pós-guerra: a ONU e as instituições de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial e GATT).

Entendemos que os líderes dos três países pretendem revisitar esta ordem, dando-lhe uma nova roupagem, em um mundo que, certamente, não é mais o mesmo. Este novo formato compreenderia os países que até então se consideram aliados dos processos decisórios de instituições como a ONU, OMPI, OMC, Banco Mundial, FMI, a saber: os próprios membros do IBAS.

Os líderes consideram, ainda, que a agenda do desenvolvimento é fundamental, pois as estruturas criadas no pós-guerra não só não superaram o atraso relativo dos países do Sul em relação aos países do Norte, como também não foram capazes de incluir minorias e grupos étnicos e sociais excluídos do processo globalizante.

Por fim, a estabilidade econômica era um tema caro no pós 1945. Entretanto, as crises econômicas, notadamente a de 2008, demonstraram a vulnerabilidade de todos, frente as incertezas do mercado. Os líderes ressaltam, ainda, a incapacidade das instituições de Bretton Woods de lidar com estas crises até o momento, devendo ser, por isso, reestruturadas de forma a compreender o mundo globalizado e interdependente de hoje.

Assim, a formação da coalizão IBAS se constitui em um instrumento de cooperação dos três Estados para vocalizarem suas percepções individuais e coincidentes, configurando um jogo de coordenação do que seria necessário mudar para adequar a “velha” ordem estabelecida no pós-guerra, tendo em vista as novas características impostas pela globalização, pelo menor poder relativo da potência hegemônica e pela importância crescente econômica, política e militar de novos atores no sistema internacional.

Consequentemente, essa dissertação corrobora nossa hipótese de que o

IBAS nada mais é do que um Fórum que permite a estes novos atores manifestarem suas preferências quanto a “nova” ordem internacional, fazendo valer seus interesses em tópicos substantivos de agendas internacionais, ainda que de amplo escopo. Afirmar-se, portanto a partir da pergunta de pesquisa que a coalizão é um meio para que esses países vocalizem suas preferências e busquem a inserção e influência internacional que perseguem.

Esta dissertação discorda, desta forma, do argumento do embaixador João Genésio de Almeida Filho (2009) que postula que o grupo não surgiu devido a algum objetivo específico a ser alcançado dentro de determinado período de tempo, mas ao contrário, surgiu como uma aproximação de países do Sul com as mesmas características, ou seja, o que os uniria seriam questões de natureza ontológica e não teleológica. A análise dos dados demonstra o contrário: os três países, mesmo possuindo várias similaridades, guardam ainda inúmeras divergências, porém administram estas particularidades, em prol de uma agenda de amplo escopo, consistente com **o quê** pretendem alterar na governança global (grifo nosso).

Assim sendo, pelo estudo de caso apresentado, entendemos que os países considerados potências médias, podem sim conseguir alterações que lhes favoreçam através de uma agenda de amplo escopo, que lhes permita escolher os interesses que partilharão na esfera internacional, ou seja, os seus interesses coincidentes.

A este propósito, a análise dos dados nos demonstrou que a agenda de mudanças de governança global que os líderes já vinham sinalizando previamente, em separado, foi utilizada nas declarações conjuntas da cúpula ou ministeriais. Este ideário dos três chefes de Estado e governo que criaram o IBAS se perpetuou, é relevante notar, pelo que se infere também das declarações das cúpulas analisadas até 2011, com a alternância de poder que já ocorreu nas três democracias.

Não foi foco desta análise, a cooperação intra-países, contudo sugerimos que outras pesquisas sejam feitas no sentido de avaliar em que medida é possível a cooperação entre estes Estados em termos setoriais, tendo em vista o caráter muitas vezes conflitante de grupos internos.

É possível, portanto, que o Fórum IBAS se consolide como uma coalizão para a instância multilateral, em detrimento de avanços na esfera setorial.

REFERÊNCIAS

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Internacionais e Cooperação. **Statement at the Debate of the 56th Session of the United Nations General Assembly**. Nova York, 10 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2001/mbek1110.htm>> Acesso em: 02 jun. 2012.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Internacionais e Cooperação. **Address at the UN General Assembly**. Nova York, 12 set. 2002. Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2002/mbek0912.htm>> Acesso em: 02 jun. 2012.

ÁFRICA DO SUL. Departamento de Relações Internacionais e Cooperação. **Address at the 58th session of the United Nations General Assembly**. Nova York, 23 set. 2003. Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2003/mbek0923.htm>> Acesso em: 02 jun. 2012.

ALMEIDA FILHO, João Genésio. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) Análise e Perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

AMORIM, Celso. **Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim 2003-2010**, Volume I, pag 277. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática, 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/discursos-palestras-artigos/arquivos/discursos-chanceler-vol1/?searchterm=discursos>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

ANTUNES, Arnaldo; BRITTO, Sérgio; FROMER, Marcelo. Comida. In: TITÃS. Jesus não tem dentes no país dos banguelas. WEA, 1987. Faixa 2. Disco de vinil.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions in BALDWIN, D. (ed) **Neorealism and Neoliberalism : The contemporary debate**. Columbia University Press: New York, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA., 2004.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 01 de jan. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>> Acesso em: 15 maio 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva, "Compromisso com a Mudança"**. São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/78242278503-Discurso-do-Presidente-Eleito-Luiz-Inacio-Lula-da>> Acesso em: 15 maio 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva proferido no Clube de Imprensa Nacional dos Estados Unidos durante visita a Washington**. Washington, 10 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/Discurso-do-Presidente-Eleito-Luiz-Inacio-Lula-da/print-nota>> Acesso em: 15 maio 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul: **Declaração de Brasília**. Brasília, 06 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/declaracao-de-brasilia/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **New York Communicate**. Nova York, 25 set. 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/new-york-communicate>> Acesso em: 31 mar. 2012

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunicado de imprensa do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS)**. Nova York, 23 set. 2004. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/comunicado-de-imprensa-do-ibas-59a-agnu>> Acesso em: 31 mar. 2012

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cape Town Ministerial Communiqué, India-Brazil-South Africa (IBSA) Dialogue Forum**. Cidade do Cabo, 11 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/2nd-ibsa-ministerial-meeting-communicate/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Rio de Janeiro Ministerial Communiqué, India-Brazil-South Africa (IBSA) Dialogue Forum**. Rio de Janeiro, 30 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/3rd-ibsa-ministerial-meeting-communicate/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **1st IBSA Summit Meeting Joint Declaration**. Brasília, 13 set. 2006. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/1st-ibsa-summit-declaration/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **New Delhi Ministerial Communiqué (2007), India-Brazil-South Africa (IBSA) Dialogue Forum**. Nova Deli, 17 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/6th-ibsa-ministerial-meeting-communicate/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **IBSA (India-Brazil-South Africa Dialogue Forum) Ministerial Meeting on the Margins of the 62nd Session of the UNGA**. Nova York, 26 set. 2007. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/joint-press-statement/view>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. India-Brazil-South Africa Dialogue Forum. **Second Summit of Heads of State/Government: Tshwane Declaration**. Tshwane, 17 out. 2007. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/2nd-ibsa-summit-declaration/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Somerset West Ministerial Communiqué, India-Brazil-South Africa (IBSA) Dialogue Forum**. Somerset West, 11 maio 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/5th-ibsa-ministerial-meeting-communicue/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia – Brasil -África do Sul (IBAS) à margem da 63ª Sessão da AGNU**. Nova York, 29 set. 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/comunicade-de-imprensa-do-forum-de-debate-india-brasil-e-africa-do-sul/view>> Acesso em: 31 mar. 2012

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. India-Brazil-South Africa Dialogue Forum. **Third Summit of Heads of State/Government: New Delhi Declaration**. New Delhi, 15 out. 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/3rd-ibsa-summit-declaration/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. India-Brazil-South Africa (IBSA) **Sixth Trilateral Comission Meeting Ministerial Communiqué**. Brasília, 01 set. 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/6a-ibsa-ministerial-meeting-communicue/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. India-Brazil-South Africa Dialogue Forum. **Fourth Summit of Heads of State/Government: Brasília Declaration**. Brasília, 15 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/4th-ibsa-summit-declaration>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **“The situation in the middle East”**. On the occasion of the Fourth IBSA Summit the Ministers of Brazil, India and South Africa met with the Palestinian Foreign Minister Riad Malki. Brasília, 15 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **“Nota à Imprensa nº 596.Reunião Ministerial do IBAS à margem do Debate Geral da 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas.** Nova York, 25 set 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **“Nota à Imprensa nº 623.Participação dos países do IBAS no Conselho de Segurança em 2011.**Nova York, 15 out. 2010. Disponível em:< <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **“IBSA Ministerial Meeting Joint Statement.**Nova York, 11 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. India-Brazil-South Africa (IBSA) **Seventh Trilateral Comission Meeting Ministerial Communiqué.** Nova Dehli, 08 mar. 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **IBSA Declaration on the situation in the Middle East and Northern Africa.** Nova Dehli, 08 mar. 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/view>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **IBSA Ministerial Joint Statement.** The IBSA Ministers issued the following statement on 23rd September 2011 on the margins of the 66th Session of the United Nations General Assembly. Nova York, 23 set. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/ministerial-meeting-at-66th-unga>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **V Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) - Declaração de Tshwane .**Tshwane, 18 out. 2011. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas-2013-18-de-outubro-de-2011-declaracao-de-tshwane>> Acesso em: 31 mar. 2012.

BUENO, Adriana Mesquita Correa. **Os três pilares institucionais do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS):** coordenação política, cooperação setorial e Fundo IBAS. Paper preparado para o VI Congresso do CEISAL “Independências – Dependências – Interdependências”,Toulouse, França, 30 de Junho a 3 de Julho, 2010.

CAMPOS, T. L; LAS CASAS, L. **Similar roles, different strategies: Brazil, India and South Africa trade policies.** Paper presented at the annual meeting of the ISA's 50th ANNUAL CONVENTION "EXPLORING THE PAST, ANTICIPATING THE FUTURE", New York Marriott Marquis 2009. Disponível em: <<http://www.all>

academic.com/meta/p313872_index.html> Acesso em: 14 fev. 2010

DINIZ, Eugênio. **Política Internacional: guia de estudo das abordagens realistas e da balanço de poder**. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2007.

DUFFIELD, J. **What are international institutions?** International Studies Review 9.2007.

DRAPER, Peter; MILLS, Greg; WHITE, Lyal. Much Ado About Something? Assessing the Potential of the India-Brazil-SA Forum. **The South African Institute of International Affairs**. SIIA Reports 46. 2004. Disponível em: <http://dspace.cigilibrary.org/jspui/bitstream/123456789/30373/1/NO.46%20-%20MUCH%20ADO%20ABOUT%20SOMETHING%20-%20ASSESSING%20THE%20POTENTIAL%20OF%20THE%20INDIA-BRAZIL-SA%20FORUM.pdf?1> Acesso em: 27 abr. 2012.

FLEMES, Daniel. Emerging Middle Powers' soft balancing strategy: state and perspectives of the IBSA dialogue forum. **GIGA Research Programme: violence, power and security**, n. 57, p. 6-30, ago. 2007.

FLEMES, Daniel. **India-Brazil-South Africa (IBSA) in the New Global Order: Interests, Strategies and Values of the Emerging Coalition**. International Studies n. 46: 401.2009

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. Political Science and The Three New Institucionalisms. **Political Studies**, vol. 44, p. 936-977, dez. 1996.

HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. **Explaining and Understanding International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 1990

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? **International Affairs**, v. 82, n.1, p. 1-19, jan. 2006.

HURRELL, Andrew. Some Reflections on the Role of Intermediate Powers in International Institutions. **Paths to Power: Foreign Policy Strategies of Intermediate States**, Working paper n.244, Washington, mar. 2000.

ÍNDIA. Ministério das Relações Exteriores. **Address by Shri Atal Bihari Vajpayee Prime Minister of India at the 57th Session of the United Nations General Assembly** New York. 13 set. 2002. Disponível em: <<http://meaindia.nic.in/mystart.php?id=5301625>> Acesso em: 18 jun. 2012.

ÍNDIA. Ministério das Relações Exteriores. **Prime Minister's speech at the 58th UN General Assembly**. 25 set. 2003. Disponível em: <<http://meaindia.nic.in/mystart.php?id=53016924>> Acesso em: 18 jun. 2012.

ÍNDIA. Ministério das Relações Exteriores. **Prime Minister Shri Atal Bihari Vajpayee's Statement at G-8 Extended Dialogue**. 01 jun. 2003. Disponível em: <<http://meaindia.nic.in/mystart.php?id=53016560>> Acesso em: 18 jun. 2012

INDIA-BRAZIL-SOUTH AFRICA. The India-Brazil-South Africa dialogue Fórum. **Agenda de cooperação**. Nova Delhi, 5 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org/>> Acesso em: 10 jul. 2010.

INDIA-BRAZIL-SOUTH AFRICA. The India-Brazil-South Africa dialogue Fórum. Reunião Ministerial do IBAS - Comunicado de imprensa. **Reunião Ministerial à margem da 64a AGNU**. Nova York, 21 set. 2009. Disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org/>> Acesso em: 31 mar. 2012.

INDIA-BRAZIL-SOUTH AFRICA. The India-Brazil-South Africa dialogue Fórum. Declaração Ministerial Conjunta do IBAS. **Reunião Ministerial à margem da Reunião Ministerial da OCDE**. Paris, 25 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org/>> Acesso em: 31 mar. 2012

JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. **Politikon**, v.30, n. 2, p. 165-181, nov. 2003.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

KEOHANE, Roberto O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, v. 23, n.2, p. 291-310.1969.

KEOHANE, Robert O. International Institutions: Two approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n.4, p. 379-396. 1988.

KEOHANE, Robert O. The demand for international regimes. **International Organization**, v. 36, n.2. p. 325-356. spring 1982.

KEOHANE,R.;NYE,J. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 2001.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, v. 36, n.2. p. 185-205, spring.1982.

LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power : action, choice and responsibilities. **International Affairs**,v. 82, n.1,p 21-40, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares. El papel de Brasil como potencia intermedia: Los dilemas del reconocimiento mundial y regional in IBSA: ¿Un actor internacional y un socio para la Unión Europea? **FRIDE Fundación para las relaciones internacionales y el dialogo exterior**. Susanne Gratius,jul 2008.

LYAL, White. IBSA Six Years On: Co-operation in a New Global. **Policy Briefing 8**. Emmerging Powers Programme. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/ipc/doc/ibsa/papers/ibsa1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MARTIN, Lisa. Interest, Power and Multilateralism. **International Organization**, v.46, n. 4, p. 765-792, autumn 1992.

MARTIN, L.; SIMMONS, B. Theories and Empirical Studies of International Institutions. **International Organization**, v.52, n. 4, p. 729-757, autumn 1998.

MOURA, Gilberto F. G. O diálogo Índia, Brasil e África do Sul-IBAS: balanço e perspectivas. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3, 2008, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Rio de Janeiro: Itamaraty, 2008. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/livros-e-textos-academicos/iii-conferencia-nacional-de-politica-externa-e-politica-internacional-ibas-1>>. Acesso em: 20 maio 2012.

NARLIKAR A; TUSSIE, D. **The G20 at the Cancun Ministerial: Developing Countries and Their Evolving Coalitions in the WTO**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004.

NOGUEIRA, Joana Laura Marinho. **A articulação doméstica da burocracia brasileira para implementação das ações do Fórum IBAS**. 2009 131 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

PACHECO, Silvestre. Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul: **O Fórum de Diálogo IBAS no marco das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul**. 2010 316f. Dissertação (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito.

RODRIGUES, Diego de Freitas. Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. **Revista Brasileira Política Internacional**. 53 (1): p. 45-66, 2010. Disponível em: < <http://www.ibsa-trilateral.org/> > Acesso em: 10 jul. 2010.

RUGGIE, John Gerard. Multilateralism: The anatomy of an Institution. **International Organization**. v.46, n. 3, p. 561-598, summer 1992.

SARFATTI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 79, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SENNES, Ricardo Ubiraci. Países intermediários e fóruns multilaterais: algumas considerações. In: ESTEVES, Paulo Luiz (org). **Instituições Internacionais: segurança, comércio e integração**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003.

SOUZA, Sarah-Lea John. **India, Brasil, Sudáfrica (IBSA) ¿Un nuevo tipo de multilateralismo interregional del Sur?** Disponível em http://www.forumibsa.org/publicacoes/COM_IBSA_ESP_abr07.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2010.

STEIN, Arthur. Coordination and Collaboration : regimes in an anarchic world. In: BALDWIN, D.(ed). **Neorealism and neoliberalism**: the contemporary debate. New York: Columbia University Press, 1993.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

APÊNDICE A - AGENDA IBAS REPRODUZIDA NOS DOCUMENTOS DO FÓRUM

Assunto	Documento
GOVERNANÇA GLOBAL, CSNU, DIREITOS HUMANOS	
Respeito às regras do Direito internacional	Declaração Brasília Comunicado Imprensa NY
Fortalecimento da ONU e do sistema multilateral	Declaração Brasília Comunicado de N. York Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Imprensa NY Comunicado Min.Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Brasília Nota à Imprensa 596 Comunicado Min Nova Delhi/11
Neste sentido, quando da V Cúpula recordam sua colaboração conjunta no CSNU e outros fóruns relevantes tais como as Agências Especializadas da ONU e agrupamentos tais como o G20, G24, OMC, OMPI, BASIC, BRICS e G77+China	Declaração Quinta Cúpula
Exercício da diplomacia como meio de manutenção da paz	Declaração Brasília
Reformulação da ONU e Expansão do Conselho de segurança Para este fim, a representação de países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, como membros permanentes do Conselho de Segurança, é essencial.	Declaração Brasília Comunicado de N.York Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Imprensa NY Comunicado Min.Cid Cabo Nota à Imprensa 596 Declaração Min Conjunta NY
Aguardam a divulgação do relatório do "Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança", ao qual foi confiada, pelo Secretário-Geral, a tarefa de recomendar formas de fortalecer as Nações Unidas, por meio da reforma de suas instituições e processos. Manifestaram a esperança de que esse relatório venha a oferecer importante contribuição à atual discussão sobre o assunto.	Comunicado Imprensa NY
Visam chegar a resultados concretos até o final da 60ª AGeral.	Comunicado Min Rio Janeiro
Este compromisso será buscado de maneira urgente	Declaração Primeira Cúpula
Este compromisso será buscado com urgência, visando chegar a resultados concretos no final da 61ª Assembléia Geral da ONU	Comunicado Min Nova Delhi
Enfatizam o co-patrocinio do projeto de resolução A/61/L.69, que propõe o lançamento imediato de negociações intergovernamentais que busquem resultados concretos no processo de expansão do Conselho de Segurança.	Comunicado Conjunto Imprensa
Reiteraram que negociações intergovernamentais sobre a questão da reforma do Conselho de Segurança devem ser iniciadas imediatamente.	Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West
Enfatizaram, igualmente, que negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança deveriam ser iniciadas prontamente e, nesse sentido, saudaram a decisão da Assembleia Geral, de 15 de setembro de 2008, que determinou que as negociações iniciem-se até o dia 28 de fevereiro de 2009, em Plenária informal daquele órgão. Concordaram em reforçar a cooperação entre seus países e com outros Estados-membros interessados em uma reforma genuína do Conselho de Segurança.	Declaração Terceira Cúpula
Comprometem-se a coordenar-se mutuamente e, mais amplamente, com outros membros das UN para obter progresso substancial nas negociações intergovernamentais sobre a reforma do CS atualmente em andamento em Nova York.	Comunicado Min Brasília

Os Ministros reconheceram o progresso nas negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança até agora e ressaltaram a necessidade urgente de alcançar resultados concretos na 64ª sessão da Assembleia Geral.	Reunião Ministerial IBAS NY
Os Ministros recordaram a urgente necessidade de expansão das suas categorias permanentes e não-permanentes a fim de aumentar a participação dos países em desenvolvimento em ambas as categorias.	Reunião Ministerial IBAS NY
Comprometeram-se, ainda, a manter uma estreita coordenação entre os três países e os demais membros da ONU a fim de alcançar progressos substantivos nas negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança, atualmente em andamento em Nova York. Lembraram que a esmagadora maioria dos Estados-Membros das Nações Unidas concordaram em prosseguir com uma quinta rodada de negociações intergovernamentais com base em um texto de negociação.	Declaração Quarta Cúpula
Os ministros reconheceram o progresso nas negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança e ressaltaram a necessidade urgente de alcançar resultados concretos até a 65ª sessão da Assembleia Geral. Aumentarão a coordenação entre os membros e também com os demais países da ONU a fim de obterem genuínas reformas no CS o mais rapidamente possível.	Nota à Imprensa 596
Os ministros notaram a histórica ocasião em 2011 quando os três países do IBAS servirão juntos no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sublinharam a importância do IBAS para trabalharem no sentido de torná-lo mais responsivo e transparente durante seu mandato.	Nota à Imprensa 596 Nota à Imprensa nº 623 ⁱ
Os representantes assinalaram que, como países com interesse na agenda global, Índia, Brasil e África do Sul promoverão, com prioridade absoluta, os princípios e objetivos dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, atuando inclusive para que o órgão seja mais transparente em seus métodos. Reiteram a nota emitida pelos ministros 596 sobre reforma no CS. Os Representantes Permanentes comprometeram-se, bem como suas delegações, a reforçar a cooperação no Conselho de Segurança em todos os pontos da agenda prioritária, dentre os quais a promoção e o reforço da cooperação do Conselho de Segurança com as organizações regionais, particularmente com o Conselho de Paz e Segurança da União Africana.	Nota à Imprensa nº 623 IBSA Ministerial Joint Statement
Ministros reconheceram o papel positivo que os países IBAS protagonizaram no ano de mandato juntos no CS quanto à manutenção da paz e segurança. Ressaltaram que os ministros buscaram soluções permanentes para assuntos complexos com base na diplomacia e diálogo. A fim de encorajar mudanças democráticas os ministros IBAS visitaram a Síria.	IBSA Ministerial Joint Statement
Líderes reconheceram o Fórum como instrumento para promover a coordenação global pertinentemente ao ano histórico de 2011 quando os três exerceram a função de membros não permanentes no CS. Reafirmaram seu desejo e capacidade de assumir maiores responsabilidades na manutenção da paz e da segurança internacionais.	Declaração Quinta Cúpula
Enquanto os três países encontram-se como membros não permanentes do Conselho de Segurança, aproveitam para incitar a cooperação dos três no urgente propósito de vocalizar os propósitos do Sul.	Comunicado Min Nova Delhi/11 IBSA Ministerial Joint Statement
Esperam resultados concretos até o final da 66ª sessão presente da Assembleia Geral	Comunicado Min Nova Delhi/11
A necessidade de progresso no que tange negociações intergovernamentais para expansão do CS foi considerada crítica. Promoverão iniciativas de cooperação para resultados durante e após a 66ª AG.	IBSA Ministerial Joint Statement
Líderes (mais uma vez) sublinharam a necessidade de reforma urgente das Nações Unidas para torná-la mais democrática e compatível com a realidade geopolítica atual.	Declaração Quinta Cúpula

Neste sentido, discutiram a iniciativa do G4 no que tange à reformulação, ampliação do CS como apoio às negociações intergovernamentais em andamento. A necessidade de progresso foi considerada crítica. Eles se comprometeram a manter uma cooperação e uma coordenação próximas, a fim de alcançar resultados tangíveis durante a 66ª sessão da Assembléia Geral. Os líderes incentivaram a formação de coalizões de países em desenvolvimento, dedicadas ao processo de reforma do CSNU, a participar ativamente.	Declaração Quinta Cúpula
Quanto à reforma das Nações Unidas, acolheram com satisfação a criação da Comissão de Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos, reiterando novamente que o Conselho de Segurança precisa também ser alterado. Acolheram a operacionalização das entidades acima. Buscarão promover resultados mais concretos da Comissão para a Construção da Paz 2008. Os 3 países foram eleitos para o recém constituído Conselho de Direitos Humanos, compartilham visões comuns sobre a promoção e proteção dos direitos humanos: reafirmação da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive a realização e operacionalização do Direito ao Desenvolvimento e a especial proteção dos direitos de grupos vulneráveis. Os Ministros permanecem comprometidos em continuar participando ativamente em uma maneira coordenada no trabalho da máquina internacional de direitos humanos, para perseguir o objetivo de garantir o gozo efetivo dos direitos humanos para todos. Neste sentido, aprofundar a cooperação nos órgãos internacionais, fortalecimento da assistência técnica e da capacitação sobre direitos humanos. Os líderes além de expressarem o mesmo ainda expressaram seu compromisso quanto ao desenvolvimento do quadro institucional do Conselho de Direitos Humanos, inclusive do Mecanismo de Revisão Periódica Universal, baseado em cooperação internacional efetiva. Reafirmam sua determinação de trabalhar para a operacionalização do direito ao desenvolvimento. Os Ministros/líderes observam com satisfação o progresso registrado em relação à institucionalização do Conselho de Direitos Humanos, inclusive a convocação da sessão inaugural do Mecanismo de Revisão Periódica Universal. Líderes reforçam que o trabalho no CDH deve desenvolver-se sem politização, parcialidade e seletividade. Eliminação de todos os tipos de discriminação racial	Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Primeira Cúpula Declaração Quinta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Brasília Declaração Quinta Cúpula Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Declaração Terceira Cúpula Declaração Brasília Agenda Coop Nova Delhi
Os Ministros concordam sobre o resultado da Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada, isto é, a Declaração de Durban (WCAR) como documento instrutivo que prescreve medidas para luta contra o racismo. Notam a convocação da AGNU para Revisão de Durban em 2009 e esperam por resultados que busquem fomentar sua implantação. Neste sentido, saúdam o documento final da Declaração de Durban e esperam adoção pela AGNU. Eles também enfatizaram a necessidade de continuar a fortalecer as leis em conformidade com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Recordaram a declaração política assinada pelos Chefes de Estado e Governo (WCAR +10) em 2011 e solicitam aos países que cumpram a mesma e a Declaração de Durban Os Ministros enfatizaram a importância de eliminar a politização, padrões duplos e seletividade no trabalho do Conselho de Direitos Humanos enfatizaram a importância de manter o espírito da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena de 1993.	Comunicado Min Som. West Comunicado Min Brasília Declaração Quarta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Comunicado Min Som. West

Os Ministros reiteraram seu compromisso de proteger e promover o direito humano universal ao alimento.	Comunicado Min Som. West
Renovam seu compromisso com a prevenção e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, de acordo com a Declaração do Rio (nov/2008)	Comunicado Min Brasília
Os Líderes deram a máxima prioridade às questões de direitos humanos e reconheceram o avanço positivo representado pela criação e pelo funcionamento do Conselho de Direitos Humanos. Eles observaram a importância da sua estreita colaboração nesse Conselho. Eles manifestaram a esperança de que a revisão de 2011 resulte em um maior fortalecimento do Conselho.	Declaração Quarta Cúpula
Os Líderes reconheceram o papel central desempenhado pela Comissão de Construção da Paz (CCP) da Organização das Nações Unidas no estabelecimento da base para uma paz duradoura em países que estão à beira de ou saindo de um conflito, e expressam sua intenção de unir esforços e coordenar posições no contexto do processo de revisão da CCP.	Declaração Quarta Cúpula
Também observaram que, ao considerar o desdobramento de uma missão ou avaliar e renovar o mandato das missões em andamento, o Conselho de Segurança deveria trabalhar em estreita cooperação com a Comissão de Consolidação da Paz (CCP), com vistas a desenvolver uma sinergia mais forte entre os dois órgãos.	Declaração Min Conjunta NY IBSA Ministerial Joint Statement Declaração Quinta Cúpula
Os Líderes saudaram a aprovação de uma proposta do IBAS no Conselho de Direitos Humanos sobre a importância do acesso a medicamentos (A/HRC/RES/12/24).	Declaração Quarta Cúpula
Eles afirmaram a importância de incentivar o diálogo entre civilizações, culturas, religiões e povos. A este respeito, apoiaram a “Aliança de Civilizações”, iniciativa das Nações Unidas destinada à construção de pontes, de conhecimento mútuo e de compreensão no mundo. Eles elogiaram a decisão brasileira de sediar, no Rio de Janeiro, em maio de 2010, o 3º Fórum Global e confirmaram sua intenção de fazer-se representar no alto nível adequado.	Declaração Quarta Cúpula
Reiteraram seu ponto de vista de que as operações de manutenção da paz têm uma contribuição a fazer em atividades antecipadas de consolidação da paz e ao prover um ambiente que conduza à implementação de estratégias de desenvolvimento, como meio de angariar dividendos imediatos da paz nas áreas afetadas e contribuir para um ambiente de cooperação para as missões da ONU.	Declaração Min Conjunta NY IBSA Ministerial Joint Statement Declaração Quinta Cúpula
Os ministros enfatizaram a importância das operações de paz	Comunicado Min Nova Delhi/11
Os Líderes expressaram a necessidade imperativa de a comunidade internacional reconhecer e reafirmar a centralidade do Conselho de Direitos Humanos.	Declaração Quinta Cúpula
Os Líderes expressaram a necessidade de os países do IBAS continuarem a explorar mecanismos para aprofundar ainda mais a cooperação em órgãos internacionais de direitos humanos para o desenvolvimento de iniciativas comuns destinadas à promoção e à proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais.	Declaração Quinta Cúpula
Os Líderes acolheram a resolução da UNGA A/RES/65/230 no 12º Congresso das UN sobre Prevenção de Crime e Justiça Criminal que endossou a Declaração de Salvador sobre Estratégias Abrangentes para Desafios Globais: Sistemas de Prevenção de Crime e seu Desenvolvimento em um Mundo em Mudança. Os Líderes também reconheceram que o crime organizado em todas as suas manifestações é um anátema que representa uma grande ameaça à fibra social, econômica e moral das sociedades e tem sério potencial para enfraquecer a boa governança. O crime organizado enfraquece ainda os esforços em relação à erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável, e deveria haver cooperação regional e internacional para lidar com o problema. Os Líderes reconheceram que mulheres, juntamente com crianças, são as principais vítimas de tráfico humano, particularmente no que diz respeito a trabalho forçado e exploração sexual. Os Líderes enfatizaram a necessidade de coordenar políticas entre os países e	Declaração Quinta Cúpula

criar canais efetivos para combater esse crime. Neste sentido os líderes acolheram a adoção do Plano Global das Nações Unidas de 2010 de Ação de Combate ao Tráfico de Pessoas. Ainda, líderes convidaram os Governos a levar em consideração a Declaração de Salvador quando forem formular a legislação e diretivas de políticas, guardando as respectivas especificidades culturais, econômicas e sociais dos seus Estados. Convidam-se os membros do IBAS para colaborar na luta contra o flagelo do crime organizado transnacional, incluindo cooperação na área de extradição, assistência legal mútua e justiça criminal. Os 3 acolheram com satisfação a recente conclusão de negociações e a adoção do projeto de Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências Os três países esperam a entrada em vigor dessa Convenção e trabalharão para sua rápida assinatura e ratificação. Saúdam a ratificação por seus respectivos países, e a recente entrada em vigor, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Brasília
Assegurar que os processos de reforma das Nações Unidas reflitam um equilíbrio entre as questões de desenvolvimento e segurança- percepção do IBAS é que as questões de desenvolvimento são uma base indispensável para um novo sistema de segurança coletiva. Declararam a importância de incorporar uma abordagem transversal dos direitos humanos nos outros assuntos sob responsabilidade das Nações Unidas, tais como paz, segurança e a promoção de desenvolvimento sustentável. Ressaltam a importância dos princípios, normas e valores subjacentes ao Fórum de Diálogo IBAS, i.e., democracia participativa, respeito pelos direitos humanos, e o Estado de Direito. Os líderes ressaltaram que o pilar básico do IBAS é a visão compartilhada dos três países de que a democracia e o desenvolvimento se reforçam mutuamente e são a chave para a paz e a estabilidade sustentáveis. Os Líderes postularam que os arraigados valores democráticos compartilhados pelos três países concorrem para o bem de seus povos e que eles estão dispostos a compartilhar, se solicitados, o modelo democrático e de desenvolvimento inclusivo de suas sociedades com países em transição para a democracia.	Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Brasília Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula
Ministros/líderes pontuam a necessidade de tornar as estruturas de governança global mais democráticas, representativas e legítimas, aumentando a participação de países em desenvolvimento. Os Líderes concordaram que os chefes e líderes seniores de todas as instituições internacionais deveriam ser nomeados por meio de um processo aberto, transparente e baseado no mérito, a começar pela escolha do próximo Presidente do Banco Mundial em 2012. Os líderes sublinharam a importância de aderir estritamente aos compromissos já pactuados em outros fóruns, tais como o G20, incluindo a agenda de desenvolvimento. Foco no desenvolvimento humano, a luta contra a pobreza e medidas para promover uma melhor qualidade de vida como garantidores da paz e estabilidade internacional.	Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Reunião Ministerial IBAS NY Comunicado Min Brasília Nota à Imprensa 596 Comunicado Min Nova Delhi/11 IBSA Min Joint Statement Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Imprensa NY Comunicado Min. Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Declaração Min Conjunta NY

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, GLOBALIZAÇÃO, CRISE	
Afirmaram seu compromisso de implementar políticas, programas e iniciativas em diferentes foros internacionais, para tornar os diversos processos de globalização inclusivos, integrativos, humanos e equitativos. Os Líderes reafirmaram que as pessoas devem vir em primeiro lugar na formulação e execução de políticas públicas, permitindo um desenvolvimento justo, equitativo e sustentável. Eles consideraram esta questão uma prioridade relevante no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, em que a crise econômica e financeira, e a reestruturação da arquitetura financeira internacional que se seguiu, afetam diretamente o bem-estar das pessoas, especialmente dos grupos vulneráveis. Neste contexto, sublinharam a necessidade de reforçar as políticas sociais e de combater a fome e a pobreza, especialmente em tempos de crise econômica global. Neste sentido, ressaltaram o papel do Fundo IBAS para o alívio da fome e da pobreza.	Declaração Brasília Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Min.Cid Cabo Declaração Quarta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula
Solicitam alterações no Sistema Financeiro Internacional existente com participação dos países em desenvolvimento nos processos internacionais de tomada de decisão e estabelecimento de normas econômicas, incluindo os das instituições Bretton Woods e outras instituições econômicas e financeiras. Ministros expressaram preocupação com a lenta taxa de progresso que foi atingida até o momento. Os Líderes enfatizaram que a reforma das instituições financeiras internacionais deveria ser realizada de acordo com os compromissos do G-20	Comunicado Min.Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Brasília Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Comunicado Min Som. West Declaração Quinta Cúpula
Dirigiram sua atenção para o impacto sofrido por vários países em desenvolvimento nos anos recentes, como resultado da volatilidade dos fluxos financeiros globais.	Declaração Brasília
Visão de que a legitimidade do FMI depende de uma reforma fundamental de quotas e voz que seja mais representativa dos países em desenvolvimento Os Líderes reiteraram que a estrutura que governa o Fundo deveria refletir as novas realidades da economia global no Século XXI, por meio da ampliação da voz e da representação das economias emergentes.	Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Brasília Declaração Quinta Cúpula
Os líderes tomaram nota da grave crise financeira que se espalhou dos Estados Unidos para a União Européia e que começou a produzir impactos nos países em desenvolvimento. Os líderes, portanto, ressaltaram a necessidade de uma nova iniciativa internacional que provoque mudanças estruturais no sistema financeiro internacional, tornando-o inclusivo, ético e transparente. Ressaltam que a crise começou com os países desenvolvidos e países em desenvolvimento como os três que não tiveram nada a ver com o seu estabelecimento foram afetados por isso exigem abordagem coordenada e resposta conjunta que envolva tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento. Solicitam que as instituições internacionais devem estar sujeitas a uma supervisão sistemática; necessidade de desenvolver um sistema de alerta antecipado e eficaz, o que seria melhor executado se feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em consulta com o novo Comitê de Estabilidade Financeira. Alertam para importância de implementar os atuais compromissos internacionais de reforma financeira regulatória para um sistema financeiro mais resiliente e estável, ressaltam a responsabilidade dos emissores de moeda reserva. Enfatizam que a retomada do crescimento dos países em desenvolvimento é crucial. Recursos para isto prometidos pela Cúpula do G-20 devem ser disponibilizados. Os fluxos de investimento e financiamento de comércio para países em desenvolvimento	Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Brasília Comunicado Min Brasília Comunicado Min Brasília Declaração Quinta Cúpula Comunicado Min Brasília Declaração Quinta Cúpula

devem ser retomados, e o protecionismo, incluindo aquele dentro do setor financeiro, evitado. Os Líderes também reiteraram a necessidade de promover uma recuperação da crise baseada em geração intensiva de empregos, e de criar um quadro para o crescimento sustentável. Os Líderes também reafirmaram que suas ações em resposta à crise são guiadas pela Agenda de Trabalho Decente e pela Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Justa, de 2008, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os Líderes saudaram sinais de recuperação da crise econômica e financeira mundial mas reconheceram que o impacto da crise tem sido severo em muitos países em desenvolvimento e de baixa renda Saudaram as promessas de aumentar os recursos do FMI e empréstimos do Banco Multilateral de Desenvolvimento, e solicitaram a implementação urgente de todos os compromissos para satisfazer as necessidades dos países de baixa renda, incluindo o compromisso de Gleneagles de duplicar a ajuda à África para US\$ 50 bilhões até 2010. Solicitam dos países do like minded countries a incentivarem a volta do crescimento e emprego. Incluem Bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento no estímulo ao investimento mormente infra estrutura. Na época da reunião os riscos de recessão aumentaram.Líderes salientaram a importância da implementação de um plano verossímil de políticas financeiras e macroeconômicas e reformas estruturais pelos países da Zona do Euro, como um passo necessário para impedir choques negativos adicionais à economia mundial , enfatizaram que as respostas de política doméstica e reformas estruturais apenas permanecem insuficientes para restaurar crescimento em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os Líderes enfatizaram a necessidade de aumentar a coordenação política entre as nações do G20, com vistas a evitar uma nova recessão e promover uma recuperação robusta a fim de assegurar crescimento forte, sustentável e equilibrado. Os Líderes acreditam que Brasil, Índia e África do Sul estão fazendo sua parte para promover o crescimento enquanto contêm pressões inflacionárias e asseguram disciplina fiscal. Renovaram seu compromisso com a implementação oportuna do Acordo Basileia III.	Declaração Quarta Cúpula Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula
Reafirmaram seu apoio às propostas conjuntas feitas por Brasil, China, Índia, México, República do Congo e África do Sul em seu Documento de Posição publicado por ocasião da recente Reunião de Cúpula do G-8 na Rússia. Documento que ressalta a importância do trabalho conjunto entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para temas de interesse mútuo. Energia, educação e questão de doenças ,reduzir as principais barreiras comerciais a fim de facilitar acesso a novas vacinas, remédios, diagnósticos e tecnologias de qualidade e a preços acessíveis, visando prevenir e controlar doenças infecciosas.	Declaração Primeira Cúpula
O IBAS NA FALA DOS MINISTROS E CHEFES DE ESTADO/GOVERNO	
Desempenhar um papel construtivo nas relações internacionais e manter relações cordiais com todos os países.	Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Imprensa NY Comunicado Min.Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Nova Delhi
Decidiram manter consultas políticas regulares sobre os itens da agenda internacional, assim como intercambiar informações sobre questões de cooperação mútua, a fim de coordenar posições sobre questões de interesse comum	Declaração Brasília Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Imprensa NY Comunicado Min Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Nova Delhi Declaração Min Conjunta NY
Cooperação internacional articulada, solidária e eficaz para lidar com o terrorismo, as drogas e os delitos a elas conexos, o crime organizado transnacional, o tráfico ilícito de armas, as ameaças à saúde pública, em particular o HIV/AIDS, os desastres naturais, o	Declaração Brasília Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Imprensa NY

trânsito de substâncias tóxicas e dejetos radioativos por via marítima	
Promoção da inclusão e equidade sociais	Declaração Brasília Agenda Coop Nova Delhi
Fortalecimento do diálogo e da cooperação trilateral	Comunicado Imprensa NY Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Terceira Cúpula
Troca de experiências de combate à pobreza, à fome e a enfermidades. Com posterior identificação de projetos-piloto e boas práticas nas áreas	Declaração Brasília Comunicado de N.York Comunicado Min.Cid Cabo
Reconhecem o forte efeito multiplicador das estratégias de erradicação da pobreza voltadas a mulheres e crianças e concordaram em refletir esta abordagem nos programas e iniciativas do IBAS	Comunicado Min.Cid Cabo
Programa trilateral de assistência alimentar	Declaração Brasília Comunicado de N.York Comunicado Min.Cid Cabo
Promoção de igualdade de gênero	Declaração Brasília Agenda Coop Nova Delhi
Reafirmam o compromisso e saudaram e apoiaram integralmente o lançamento do Fórum de Mulheres, que fortalece a participação das mulheres no IBAS.	Declaração Segunda Cúpula
Saúdam o compromisso do Fórum de Mulheres de lançar um livro, durante a IV Cúpula do IBAS como resultado do seminário realizado em Brasília em julho de 2008.	Comunicado Min Brasilia
Ministros expressam sua preocupação com a negligência do compromisso global coletivo com a igualdade de gênero e com o empoderamento das mulheres. Conclamam a comunidade internacional a reviver seu compromisso e identificar etapas concretas e orientadas à ação para avançar a implantação da Plataforma de Ação de Pequim e o resultado da 23ª Sessão Especial da AGNU 2005.	Comunicado Min Som. West(2008) Declaração Quarta Cúpula2010
Neste sentido, líderes instam a comunidade internacional a reafirmar seu engajamento através da implementação destas agendas citadas pelos ministros.	Declaração Terceira Cúpula
Reafirmam seu compromisso e seu apoio à igualdade e à equidade entre mulheres e homens, bem como à integração da perspectiva de gênero a todas as políticas e programas do IBAS.	Comunicado Min Brasilia 2009
Enfatizam o significativo papel que as mulheres têm no desenvolvimento econômico e na erradicação da pobreza.	Comunicado Min Brasilia
Reconhecimento do valor do trabalho não-remunerado das mulheres e necessidade de criar um ambiente que possibilite melhorar a situação das mulheres camponesas	Comunicado Min Brasilia
Receberam com satisfação uma carta do Fórum de Mulheres do IBAS e instruíram todas as áreas do governo envolvidas na cooperação no âmbito do IBAS a prestar a devida atenção às suas recomendações. Além disso, os Líderes reiteraram seu apoio à plena implementação da resolução 1325 das Nações Unidas (2000) e em conformidade com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e com a Plataforma de Ação de Pequim.	Declaração Quarta Cúpula
Os Líderes reafirmaram seu compromisso com a implementação da Declaração de Pequim, da Plataforma de Ação adotada na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, da Declaração do Milênio e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como importantes contribuições feitas pelo IBAS para alcançar o empoderamento das mulheres e a igualdade de gêneros.	Declaração Quinta Cúpula
Os Ministros também acolheram com satisfação o desenvolvimento do website do IBAS (www.ibsa-trilateral.org) mantido pela África do Sul e convidam os diversos Grupos de Trabalho do Fórum IBAS para apresentar conteúdo e fazer uso pleno deste canal (site) recomendaram a atualização do website para torná-lo mais amigável ao usuário, em particular para os grupos de trabalho sob o IBAS. Eles também notaram que os documentos de discussão sobre seis áreas identificadas foram trocados. Eles	Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi

recomendaram que modos adicionais podem ser trabalhados para transportar o setor pela formulação de modelos e abordagens de trabalho a serem traduzidos em projetos tangíveis e que o Grupo de Trabalho deve reunir-se antes da Segunda Reunião de Cúpula do IBAS.	
COOPERAÇÃO SUL-SUL	
Percepção dos presidentes e primeiro ministro que o Fórum proporciona uma estrutura que conferirá ímpeto adicional a novos contatos entre países em desenvolvimento da Ásia, América do Sul e África, contribuindo assim para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul. Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram a abordagem pragmática compartilhada por Índia, Brasil e África do Sul no debate das questões globais. Notaram também que as abordagens comuns realizadas por Índia, Brasil e África do Sul reforçam a voz dos países em desenvolvimento e sua capacidade de contribuir para decisões globais que têm impacto sobre suas populações e se colocam como colaboradores de uma ordem mundial justa e equitativa. Os Ministros reconheceram que a cooperação Sul-Sul criou uma voz coletiva mais forte para os países do Sul na arena internacional, tornando-se uma parte integrante das relações entre os países em desenvolvimento e um importante meio de promover a troca de idéias, experiência, conhecimento, avanços técnicos, habilidades e experiência em uma ampla faixa de setores. Resolvem aperfeiçoar coordenação política e diálogo sobre os desafios em comum. Os líderes sublinharam a importância e relevância da Cooperação Sul-Sul em um ambiente internacional de incerteza, reafirmaram que esta cooperação não pode substituir os compromissos dos países desenvolvidos, mas é somente uma complementação à cooperação Norte-Sul. Nesse diapasão, felicitaram a convocação da Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, a realizar-se em 2009. Neste sentido, Cooperação Sul-Sul é um processo contínuo que ajuda os países em desenvolvimento a confrontar os desafios comuns que enfrentam e a promover satisfatoriamente seu próprio desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da ampliação das capacidades dos acordos e das instituições que promovem tal cooperação. Saudando o resultado da Conferência de alto nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (Nairóbi, dezembro de 2009), os Líderes concordaram que a cooperação Sul-Sul é um instrumento singular e essencial para o desenvolvimento. Os países em desenvolvimento tendem a apresentar pontos de vista comuns sobre estratégias e prioridades de desenvolvimento nacional, quando confrontados com desafios de desenvolvimento semelhantes. Nas três décadas desde a aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires, a cooperação técnica entre países em desenvolvimento evoluiu para abarcar todas as formas de cooperação para o desenvolvimento. Neste contexto, os países em desenvolvimento conceberam e implementaram projetos de cooperação técnica, com base em suas próprias capacidades, direcionados à promoção de ações e políticas eficazes para o progresso social e econômico. Estes incluem o compartilhamento de conhecimento e de experiência, treinamento, transferência de tecnologia, cooperação financeira e monetária e contribuições em espécie. Os Líderes recordaram que a cooperação Sul-Sul é um projeto comum dos povos e países do Sul, uma parceria entre iguais, e deve ser guiada pelos princípios de respeito à soberania nacional, controle e independência nacionais, igualdade, não-condicionalidade, não-interferência nos assuntos internos e benefício mútuo. Portanto, cooperação Sul-Sul não deve ser vista como um auxílio, nem devem os países em desenvolvimento envolvidos na cooperação Sul-Sul serem percebidos como doadores e receptores. Eles expressaram a opinião de que o sistema das Nações Unidas deve se adaptar melhor para apoiar o crescimento da cooperação Sul-Sul.	Declaração Primeira Cúpula Declaração Segunda Cúpula Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Conjunto Imprensa Comunicado Min Brasília Declaração Terceira Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quarta Cúpula Declaração Quarta Cúpula Declaração Quinta Cúpula

Presidentes e primeiro ministro saúdam o IBAS como valiosa estrutura para fomento da cooperação trilateral entre 3 importantes países em desenvolvimento. Os Ministros enfatizaram a necessidade dos Grupos de Trabalho se reunirem regularmente, enquanto redigem seus Planos de Ação com entregas vinculadas a prazo Os Ministros discutiram maneiras e meios de melhorar a visibilidade do IBAS e levá-lo aos povos dos três países. Isto pode ser feito em várias maneiras e os pontos focais foram instruídos a preparar propostas para este fim, incluindo a participação apropriada da sociedade civil. O IBAS visa aprofundar a cooperação trilateral mutuamente proveitosa, com base em complementaridades, experiências e recursos comuns. Essa cooperação não é restrita aos governos, incluindo comunidades de negócios, sociedade civil e outros contatos entre povos. Os líderes expressaram satisfação com a crescente participação da sociedade civil nas atividades do IBAS. Reconheceram com apreço o envolvimento e a participação de acadêmicos, empresários, editores e mulheres em seus respectivos foros. Reafirmaram que o IBAS proporciona uma estrutura única para a coordenação trilateral em questões internacionais e cooperação em diversas áreas setoriais ao mesmo tempo em que garante interação entre seus povos. Ministros enfatizaram a ampla gama de questões em que os três países mantêm posições em comum. Os 3 líderes destacaram que o compromisso dos três países com os valores democráticos, com o desenvolvimento social inclusivo e com o multilateralismo constitui a base para a sua crescente cooperação e coordenação estreita em questões globais. Ministros reafirmam dito acima e incluem o multilateralismo como princípio guia para lidar com a paz, segurança e assuntos de desenvolvimento. Eles notaram que a primeira rodada de Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do IBAS (Brasília, 2006; Tshwane, 2007; e Nova Delhi, 2008) fortaleceu a determinação dos três países em continuarem a trabalhar para reforçar o papel dos países em desenvolvimento, aumentando os intercâmbios entre si, com a participação de seus povos, e para implementar projetos concretos, em parceria com outros países em desenvolvimento. Os Líderes expressaram confiança no sucesso da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, nos Jogos da Commonwealth de 2010 em Nova Delhi, na Copa do Mundo de 2014 no Brasil e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Eles reconheceram que sediar esses eventos reflete o momento positivo dos países em desenvolvimento, e dos três países em particular, e que os eventos são uma ferramenta para o seu desenvolvimento social e econômico. Os ministros ressaltaram que nesta ordem global que rapidamente se altera, o IBAS tem importância estratégica aumentada como Fórum de países em desenvolvimento.	Declaração Primeira Cúpula Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Som. West Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Brasília Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Brasília Comunicado Min Brasília Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11
CLIMA	
Apoio ao Protocolo de Quioto Expressaram sua satisfação com a entrada em vigor do mesmo em 16/02/05 Instam os países desenvolvidos a cumprirem seus compromissos também em relação à transferência de tecnologia, capacitação e apoio financeiro a países em desenvolvimento. ... No sentido de apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para mitigar e adaptar os impactos das alterações climáticas.	Declaração Brasília Comunicado Min. Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Som. West Declaração Quarta Cúpula

Não se deveria negar oportunidades para que países em desenvolvimento obtenham os recursos financeiros e tecnológicos requeridos para a adaptação no decorrer do processo de desenvolvimento.	Declaração Segunda Cúpula
Neste sentido transferências de tecnologia limpas têm o potencial de constituírem-se em agentes de transformação fundamentais para o combate à mudança do clima nestes países. Os países desenvolvidos tem obrigação de desenvolver fontes renováveis de energia	Declaração Terceira Cúpula
Os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram que os princípios constantes da Declaração do Rio e do Plano de Ação de Joanesburgo, particularmente o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades devem continuar a orientar as negociações multilaterais em questões ambientais.	Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula
Os ministros assinalam a mudança climática como desafio mundial com fortes dimensões econômicas, ambientais e sociais principalmente para os países menos desenvolvidos.	Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula
Os Ministros observaram também que uma resposta internacional efetiva a este desafio global demanda um esforço global coerente e intensificado dentro da Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança Climática (UNFCCC) e o Protocolo de Kyoto.	Comunicado Min Som. West
Instam os países mais desenvolvidos a agirem com urgência atenuando os gases com efeito estufa conforme sua responsabilidade.	Comunicado Min Nova Dehli Declaração Quarta Cúpula
Neste sentido, solicitam aos países desenvolvidos que carregam mais responsabilidades com a emissão de GEEs na atmosfera que estabeleçam prazos para atingir metas quantificadas e apresentem reduções significativamente ambiciosas e absolutas, sob o Protocolo de Kyoto após 2012, além de executar políticas e medidas que promovam padrões e estilos de vida sustentáveis.	Declaração Terceira Cúpula
Líderes salientaram o imperativo de lidar com modelos não-sustentáveis de produção e consumo. Também incentivar o mercado de Carbono e aumentar significativamente a contribuição do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para o desenvolvimento sustentável, para os fluxos financeiros e para a transferência de tecnologias limpas para os países em desenvolvimento.	Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula
Neste sentido, os Ministros reafirmaram seu compromisso com o Plano de Ação de Bali no desenvolvimento e apoio a compromissos e ações multilaterais claras, confiáveis e de longo prazo de acordo com o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades.	Comunicado Min Som. West Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11
Os líderes sublinharam a relevância de ações urgentes no que concerne à mudança do clima e enfatizaram que ao perseguir o desenvolvimento sustentável, os países em desenvolvimento têm a responsabilidade de adotar ações internamente apropriadas para lidar com a mudança do clima.	Declaração Terceira Cúpula
Líderes acreditam que negociações sobre uma visão compartilhada de ação cooperativa de longo prazo, inclusive uma meta global para a redução de emissão de gases de efeitos estufa deve considerar o desenvolvimento sustentável equânime, justo e responsabilidades históricas .	Declaração Terceira Cúpula
Ressaltaram importância de contínua participação e estreita cooperação no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Copenhague, visando a possibilitar a total, efetiva e sustentada implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) agora, até, e depois de 2012.	Comunicado Min Brasilia

Os Líderes reiteraram a importância de um resultado positivo para as atuais negociações sobre mudança do clima na 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e na 6ª Conferência das Partes, que funcionou como reunião das partes do Protocolo de Quioto, no México. deve-se enfrentar de forma eficaz o desafio das alterações climáticas, de acordo com os princípios da CQNUMC (vide acima). Os ministros solicitam o mesmo para 17ª Conferência e 7ª respectivamente a ser realizada em Durban Nov/11 de acordo com os princípios da CQNUMC (vide acima). A África do Sul aprecia o apoio do Brasil e Índia para a Conferência acima e líderes ressaltam que o resultado de Durban deveria ser abrangente, equilibrado e ambicioso, dentro do contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza de acordo com os princípios da CQNUMC (vide acima)	Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quinta Cúpula
Reafirmaram seu compromisso com a universalização da Convenção das Nações Unidas sobre a Lei dos Mares (UNCLOS) reiteraram que a conservação, exploração e aproveitamento de recursos genéticos marinhos em áreas fora da jurisdição nacional devem ocorrer dentro da estrutura da UNCLOS.	Comunicado Min Nova Delhi
PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIVERSIDADE	
Acolheram com satisfação o lançamento de uma "Agenda de Desenvolvimento na Organização Mundial da Propriedade Intelectual" -OMPI Solicitam a incorporação das dimensões de desenvolvimento nos programas de trabalho da OMPI/WIPO - (Organização Mundial da Propriedade Intelectual) Nesse contexto, saudaram a adoção de 45 recomendações para ações concretas em relação à “Agenda do Desenvolvimento” pela Assembleia Geral da OMPI de 2007, bem como o estabelecimento do Comitê Permanente sobre Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. Líderes clamaram pela implementação plena da Agenda de Desenvolvimento da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Sublinharam a importância de incorporar a dimensão do desenvolvimento aos debates internacionais relativos à propriedade intelectual, como forma de fazer contribuição significativa aos aspectos econômicos e sociais nos países em desenvolvimento e preservar espaços políticos necessários para assegurar o acesso ao conhecimento, promover objetivos públicos nos campos da saúde e da cultura e um meio-ambiente sustentável.	Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Brasília Declaração Segunda Cúpula Declaração Quarta Cúpula Declaração Primeira Cúpula Declaração Segunda Cúpula
Empenho na implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, em especial dos direitos dos países de origem sobre seus próprios recursos genéticos, bem como a proteção do conhecimento tradicional associado. A atuação do Grupo dos Países Megadiversos Afins, de que Brasil, África do Sul e Índia são membros fundadores, deve ser ainda mais valorizada. Ressaltaram, ainda, a necessidade de adequar as partes relevantes do Acordo TRIPS à Convenção de Diversidade Biológica Sublinharam a importância da decisão tomada na WSSD (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável) para negociar dentro da estrutura da Convenção sobre Diversidade Biológica, um regime internacional para promover e proteger o compartilhamento justo e equitativo de benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos. Neste sentido, entre outros, a proteção dos sistemas de conhecimentos indígenas contra abuso e impedindo a apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. Salientaram o amplo apoio à proposta de alterar o TRIPS	Declaração Brasília Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Min. Cid Cabo Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Brasília Comunicado Min. Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Som. West Comunicado Min Nova Delhi/11 Comunicado Min Brasília Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quinta Cúpula Comunicado Min Rio Janeiro

Enfatizaram com grande satisfação a apresentação na OMC da proposta co-patrocinada, entre outros, pelos três países IBAS para emenda do Acordo TRIPS mediante introdução de uma exigência compulsória para a revelação da origem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional a eles vinculado usados em invenções para as quais requerimentos de direitos de propriedade intelectual tenham sido apresentados.	Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula
Os Chefes de Estado e de Governo notaram com profunda preocupação o aumento de casos de apropriação indevida de recursos biológicos por meio da concessão errônea de patentes ou registro de marcas comerciais irregulares e concordaram, portanto, em estabelecer um mecanismo informal consultivo trilateral para a troca de informações sobre estas questões.	Declaração Primeira Cúpula
Os líderes concordaram em trabalhar com vistas a uma iniciativa de cooperação trilateral na área de Direitos de Propriedade Intelectual (DPI)	Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula
Ministros conclamaram a comunidade internacional para fazer todos os esforços para concluir o processo de negociação para um regime internacional, dentro da estrutura da Convenção sobre Biodiversidade até 2010 e assegurar a conclusão oportuna e bem sucedida do regime sobre Acesso e Compartilhamento de Benefícios (ABS)	Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Som. West Comunicado Min Brasília
Os ministros/líderes urgem em acelerar o desenvolvimento deste mecanismo visando consolidar um regime de propriedade intelectual internacional equilibrado. Isto propiciará uma contribuição significativa para o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento, assegurando acesso ao conhecimento, assistência médica e cultura.	Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Declaração Quinta Cúpula
O regime de direitos de propriedade intelectual deve igualmente mover-se em direção ao equilíbrio entre as recompensas aos inovadores e o bem público global	Declaração Terceira Cúpula
Os Ministros reafirmaram o entendimento conservado na Declaração Doha de que o Acordo TRIPS não impede e não deve impedir os Membros de tomar medidas para proteger a saúde pública e que, conseqüentemente, cada membro tem o direito de conceder licenças compulsórias e a liberdade de determinar as bases nas quais tais licenças são concedidas.	Comunicado Min Nova Delhi
Adicionalmente, os Líderes reconheceram que o impacto efetivo da propriedade intelectual sobre a saúde, acesso a drogas e preços pode ser mais bem enfrentado pela capacitação das nações em desenvolvimento para que aumentem a escala de produção de medicamentos genéricos por meio do amplo uso de flexibilidades previstas pelo acordo TRIPS, conforme a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública, e, com o apoio da Organização Mundial de Saúde, pela Estratégia Global de Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual (WHO).	Declaração Quinta Cúpula
Líderes saudaram as discussões em curso no Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública da Organização Mundial da Saúde.	Declaração Segunda Cúpula
Os Ministros observaram os esforços dos três países para finalizar o Memorando de Associação sobre Questões de IPR que deve ser assinado durante a III Cúpula do IBAS na Índia,	Comunicado Min Som. West
Líderes ressaltaram a importância do IBAS nas negociações da ARB	Declaração Terceira Cúpula
Os líderes ressaltaram a importância de uma conclusão oportuna e bem-sucedida das presentes negociações para a criação de um regime jurídico internacional de acesso a recursos genéticos e a partilha dos benefícios decorrentes de sua utilização e do conhecimento tradicional (Acesso e Repartição de Benefícios - ARB). Nesse sentido, os líderes reafirmaram a necessidade urgente de uma moldura jurídica adequada no plano internacional para a prevenção da biopirataria, para garantir que normas e regulamentos internos sobre ARB sejam plenamente respeitados além das fronteiras e para reconhecer o valor dos recursos biológicos e do conhecimento tradicional como uma ferramenta adicional para promover o desenvolvimento.	Declaração Terceira Cúpula

Expressam preocupação com os recentes confiscos de medicamentos genéricos em trânsito para países em desenvolvimento sob alegações de possível violação de patente no país de trânsito. Compartilham a idéia de que tais confiscos estão em contradição com as regras da OMC sobre trânsito de produtos e representam uma ameaça às políticas sobre acesso a medicamentos dos países em desenvolvimento. Líderes expressam preocupação renovada quanto ao assunto acima Alertam, ainda, contra tentativas de desenvolver novas regras internacionais sobre propriedade intelectual fora dos foros apropriados da OMC e da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Líderes alertam que tais atitudes podem dar margem a abusos na proteção de direitos, à construção de barreiras ao livre-comércio e ao enfraquecimento dos direitos civis fundamentais. Os Líderes, também como membros do Grupo de Países Mega Diversos Afins, apreciaram a iniciativa da Índia em sediar, em outubro de 2012, a décima primeira Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (COP11 da CBD) e a sexta reunião da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes (COP/MOP 6) para o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Eles enfatizaram, nesse contexto, a necessidade de um sistema internacional equilibrado de propriedade intelectual que contextualize Direitos de Propriedade Intelectual na estrutura maior do desenvolvimento sócio-econômico e encare-os não como fins em si mesmos, mas como um meio de promover inovação, crescimento e desenvolvimento em todos os países através do estabelecimento de normas calibradas, proteção e segurança jurídica, incentivando a efetiva transferência de tecnologia. Para esse fim, eles invocaram a ampla implementação da Agenda de Desenvolvimento da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) em todas as áreas de seu trabalho. Nesse contexto, eles reconheceram o progresso sendo feito em direção à evolução de instrumento(s) internacional(is) legalmente vinculativo(s) na OMPI para a efetiva proteção de Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Expressões Culturais Tradicionais e pediram a rápida adoção desses instrumentos no biênio 2012-13. Reafirmando o importante papel desempenhado pelas Exceções, Exclusões e Limitações em trazer o equilíbrio necessário entre Direitos de Propriedade Intelectual e o interesse público, os Líderes tomaram nota positiva das iniciativas em andamento na OMPI. Os líderes apreciaram o fato de que os países da IBAS já estavam coordenando suas posições.	Comunicado Min Brasília Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Brasília Declaração Quarta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Quinta Cúpula
COMÉRCIO	
Sublinharam a necessidade de se dar cumprimento integral ao Programa de Doha para o Desenvolvimento e enfatizaram a importância de que os resultados da rodada de negociações comerciais em curso contemplem especialmente a reversão das políticas protecionistas Mudam o discurso, solicitam a conclusão de Doha e ponderam que quaisquer solicitações dos países desenvolvidos deverão ser contrabalanceadas com concessões para se manter o equilíbrio e o caráter desenvolvimentista da rodada Líderes lamentaram profundamente a suspensão das negociações da agenda Doha da OMC e sublinham que os países em desenvolvimento estarão sem condições justas equitativas para realização integral do Direito ao Desenvolvimento. As negociações da Rodada de Doha do Desenvolvimento foram lançadas com base em	Declaração Brasília Comunicado de N York Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Min, Cid Cabo Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Brasília Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Primeira Cúpula Declaração Quinta Cúpula

um mandato que visava colocar os interesses dos países em desenvolvimento no centro da agenda de trabalho. O impasse atual nas negociações é, portanto, fonte de sérias preocupações.	
Líderes afirmam que a Rodada de Doha está em estágio crítico Reafirmaram seu compromisso em dar continuidade às negociações para um resultado que seja justo e aceitável para todos	Declaração Segunda Cúpula
Enfatizaram que a agricultura continua sendo a chave para a conclusão da Rodada e defenderam a necessidade da remoção das distorções e restrições de longa data no comércio agrícola internacional, sem que no entanto, os países desenvolvidos a vinculem a ganhos desproporcionais no NAMA ou TRIPS.	Declaração Segunda Cúpula
Alegam seu compromisso em contribuir para a abertura de mercados na Rodada de Doha nas áreas de agricultura, NAMA e serviços que criem novos fluxos de comércio.	
Comprometeram-se, igualmente, a assegurar que o processo de negociação não fique refém da “espera por quem faça o primeiro movimento”. Reafirmaram sua convicção de que todos os membros devem “caminhar juntos” para chegar a um resultado justo e equilibrado das negociações	
Líderes elogiam a disposição dos países em desenvolvimento a negociar e serem construtivos e instam os demais a fazer o mesmo, acreditando que com flexibilização e boa fé se possa alcançar resultados positivos até o fim do ano (2007).	
Os líderes reconheceram que, embora se tenha alcançado progresso substancial durante a reunião ministerial informal da OMC em julho/2008, as modalidades finais em agricultura e NAMA não foram alcançadas. Concordaram que um esforço concertado deve ser empreendido por todos os seus países membros para levar o processo adiante no sentido da conclusão bem-sucedida da Rodada	Declaração Terceira Cúpula
Os Ministros conclamaram os países desenvolvidos a uma redução substancial e efetiva no apoio distorsivo ao comércio global (OTDS); proporcionalidade das reduções tarifárias; número adequado de Produtos Especiais (SPs) auto-designados; mecanismos de salvaguarda especial simples e eficazes e disciplinas em subsídios de exportação. Nas negociações de Acesso ao Mercado Não Agrícola (NAMA), os Ministros enfatizaram que o princípio de reciprocidade menos que total nos compromissos de redução deve ser aderido e as flexibilidades devem ser apropriadas e adequadas para abordar as sensibilidades domésticas dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.	Comunicado Min Som. West
Os ministros (Rel Exteriores e comércio Índia e África do Sul) reafirmaram que as necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento devem permanecer em primeiro plano na Agenda Doha para o Desenvolvimento.	Declaração Min Conjunta Paris
Observaram com preocupação que a OMC está prevendo para 2009 a maior contração no comércio internacional desde a Segunda Guerra Mundial. Enfatizaram que uma conclusão da Rodada de Doha que efetive o seu mandato desenvolvimentista poderia dar maior estímulo à recuperação econômica. Reafirmam que estão dispostos ao diálogo com os demais países.	Declaração Min Conjunta Paris
Neste sentido, os Líderes afirmaram que um resultado positivo da Rodada de Doha na OMC seria fundamental para a recuperação econômica, especialmente para a criação de emprego, já que o comércio internacional experimenta o seu maior declínio em muitas décadas. Uma conclusão voltada ao desenvolvimento, equilibrada e bem sucedida da Rodada reforçaria a credibilidade do sistema comercial multilateral em face de crescentes pressões protecionistas. Expressaram sua preocupação com as demandas excessivas feitas a alguns países em desenvolvimento.	Declaração Quarta Cúpula
As distorções causadas pelos altos níveis de proteção e subsídios na área da agricultura nos países desenvolvidos continuam a enfraquecer a perspectiva de desenvolvimento de muitos países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos.	Declaração Quinta Cúpula
Ressaltaram a necessidade de um regime multilateral de comércio baseado em regras que seja justo, imparcial e inclusivo e que responda às aspirações legítimas dos países	Declaração Min Conjunta Paris
	Comunicado Min Nova

em desenvolvimento.	Delhi/11
Ainda, o desenvolvimento está no centro da futura prosperidade e da estabilidade da economia mundial e, certamente, do futuro da globalização.	Comunicado Min Brasília
Para superar o impasse atual e concluir a Rodada de Doha de maneira satisfatória, os Líderes reiteraram a necessidade de reafirmar a integridade do mandato que lançou a Rodada, e construir sobre a convergência já alcançada. Os Líderes instaram os membros da OMC a chegar a um acordo sobre medidas de interesse aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo, tais como “duty-free-quota-free” – DFQF, algodão e suspensão de obrigações no setor de serviços, e não condicioná-las a um acordo sobre temas de acesso a mercado	Declaração Quinta Cúpula
Promoção de agenda de desenvolvimento na OMC	Comunicado de N York Comunicado Min.Cid Cabo Declaração Primeira Cúpula Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula Declaração Quinta Cúpula
A agenda do desenvolvimento permanece central para a Rodada de Doha	Declaração Brasília Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Min Nova Delhi/11
Assinalaram com preocupação a crescente vulnerabilidade dos países em desenvolvimento às flutuações globais dos preços de matérias-primas. Afirmaram a importância de um sistema internacional de comércio previsível, baseado em regras e transparente.	Comunicado Min.Cid Cabo
Sobre a questão do comércio, os Ministros decidiram promover coordenação e cooperação em diversas áreas inclusive sobre a convergência de Acordos de Comércio Preferencial e/ou Acordos de Livre Comércio nas questões relativas ao G-20 e à OMC.	Declaração Primeira Cúpula
Chefes de governo e Estado assumiram o compromisso para estabelecimento de um grupo de trabalho para focalizar as modalidades para o Acordo Trilateral de Livre Comércio Índia-Mercosul- SACU, incluindo preferências tarifárias.	Comunicado Min Nova Delhi
Ministros reafirmaram seu compromisso em implementar a determinação dos Chefes de Estado e Governo referente ao rápido estabelecimento do Grupo de Trabalho para concentrar-se nas modalidades para o Acordo de Livre Comércio Trilateral -> estabelecimento do GT deadline setembro/07	Comunicado Conjunto Imprensa
Os Ministros saudaram a realização do encontro do grupo responsável pela definição de modalidades para um futuro Acordo Trilateral de Livre-Comércio entre Mercosul, SACU e Índia, a realizar-se em outubro 2007	Declaração Segunda Cúpula
Neste sentido, os líderes apreciaram o significativo progresso alcançado nas negociações entre MERCOSUL e a SACU em Pretória, em outubro de 2007, bem como o lançamento das negociações entre a SACU e a Índia, no encontro em Pretória também em outubro de 2007.	Comunicado Min Som. West
Os Ministros acolheram com satisfação a proposta para uma reunião trilateral de Ministros de Comércio, data a ser pactuada em 2008. Líderes idem	Declaração Terceira Cúpula
Os líderes reconheceram progressos nas negociações de acordos regionais de preferências entre MERCOSUL e SACU, MERCOSUL e Índia, e SACU e Índia e reafirmaram a importância da manifestação de apoio, no mais alto nível político, ao objetivo do potencial Arranjo Trilateral de Comércio (ATC) MERCOSUL-SACU-Índia.	Declaração Terceira Cúpula
Receberam com satisfação a recente ratificação do Acordo de Comércio Mercosul-Índia e a assinatura do Acordo Mercosul-SACU. Observaram que as negociações SACU-Índia estão correndo satisfatoriamente.	Declaração Min Conjunta Paris Comunicado Min Brasília
Reafirmam o compromisso dos 3 países com o agendamento da 1ª reunião ministerial trilateral MERCOSUL-SACU-Índia, tão logo possível a todos	Declaração Quarta Cúpula
Líderes saudaram a primeira reunião ministerial trilateral Mercosul-Índia-SACU,	

realizada em Genebra, em 30 novembro de 2009, e expressaram sua confiança de que os acordos comerciais conduzirão a um futuro Acordo Comercial Trilateral que formaria o maior acordo comercial do mundo em desenvolvimento. Chefes de governo e Estado expressaram satisfação quanto à assinatura do Plano de Ação IBAS sobre Facilitação Comercial para Padrões, Regulamentação Técnica e Avaliação de Conformidade. Os Ministros também acolheram com satisfação o Seminário sobre Regulamentos e Normas técnicas, organizado pela Confederação da Indústria da Índia em Nova Delhi em julho de 2007, que foi um passo concreto para implementar o Plano de Ação sobre Regulamentos, Normas e Procedimentos de avaliação de Conformidade assinado durante a Primeira Reunião Cúpula do IBAS. Os Ministros acolheram com satisfação a proposta sul-africana de organizar uma Reunião de Negócios durante a Segunda Reunião de Cúpula do IBAS. Ministros solicitaram ao Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento para identificar participações de seus negócios e indústrias nas feiras e exposições uns dos outros. Acolheram com satisfação o compromisso assumido pelo Governo da Índia durante a Cúpula do Fórum África-Índia em abril de 2008 para estender o Esquema de Preferência Tarifária Isento de Impostos a todos os Países Menos Desenvolvidos e lembraram o compromisso similar brasileiro assumido durante a XII UNCTAD realizada em Gana.	Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Conjunto Imprensa Comunicado Min Som. West
Os Ministros observaram com satisfação os resultados do Fórum de Comércio e Investimento Os três países expressaram sua satisfação com o fato de que delegações importantes de negócios participaram da Cúpula de Negócios e que reuniões frutíferas foram feitas visando a expansão do comércio Os líderes expressaram a importância da interação regular entre empresários dos três países, com a atuação de autoridades governamentais no papel de facilitadores, para um aumento dramático do impulso ao comércio e ao investimento. O Grupo de Trabalho Conjunto sobre Comércio e Investimento acordou redigir Plano de Atividades para implementação de seu Memorando de Entendimento, envolvendo reuniões entre especialistas técnicos, identificação de setores prioritários de cooperação e seminários setoriais. O Grupo também discutiu um Plano de Ação Conjunta sobre Cooperação no Campo de Micro, Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Foi acordado atualizar o sítio do IBAS com informações relacionadas ao comércio, incluindo lista de projetos de investimento, programação de reuniões entre servidores de instituições financeiras designadas dos três países para discutir questões financeiras, i.e., financiamento do comércio, linhas de crédito, atividades de financiamento de PMEs e cooperação entre instituições financeiras do IBAS. Finalmente, foi decidido incluir a "Cúpula Trinacional sobre o Desenvolvimento de Pequenos Negócios" ("Tri-Nation Summit on Small Business Development") dentro da estrutura do IBAS. Apreciando o trabalho do GT Comércio e Investimento, os ministros expressaram satisfação devido as três agências de padronização do IBAS (BIS da Índia, SABS da África do Sul e ABNT do Brasil) iniciaram discussões para um memorando Eles notaram que a "Cúpula Trinacional sobre o Desenvolvimento de Pequenos Negócios" virou uma parte da cúpula do IBAS. Incentivaram aumentar a cooperação entre instituições financeiras e troca de informações sobre eventos.	Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Brasília Comunicado Min Nova Delhi/11
Os Ministros observaram que embora o comércio global tenha um papel importante no fomento do desenvolvimento econômico e combate à pobreza, ele continua a enfrentar barreiras importantes e distorções, particularmente no setor agrícola. Conclamaram o fim de barreiras e também afirmaram o seu comprometimento em avaliar outras formas de fortalecer os laços econômicos Sul-Sul.	Comunicado Min Nova Delhi Declaração Min Conjunta Paris
Reiteraram seu compromisso em busca de um sistema mais justo de trocas comerciais globais, em benefício dos países em desenvolvimento.	Declaração Primeira Cúpula Declaração Min Conjunta Paris

O GSTP tem um papel crucial a desempenhar na nova geografia comercial, na qual o comércio Sul-Sul é reconhecido como importante força dinâmica. O GSTP pode contribuir decisivamente para impelir novos fluxos de comércio, suplementar os atuais arranjos regionais, e promover a diversificação de produtos e mercados de exportação. Os LDC's países estão chamados a juntar-se às negociações, a fim de beneficiar-se com a máxima amplitude possível do acesso preferencial a outros mercados de países em desenvolvimento. Acolheram com satisfação o progresso alcançado até o momento na Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento.	Declaração Min Conjunta Paris
Importância de continuar o trabalho e a coordenação no âmbito do G-20. G-20 visto como um elemento de relevância sistêmica nas negociações agrícolas da OMC. G-20 visto como um fórum-chave sobre desenvolvimento econômico global e governança Como membros do G20, os países do IBAS reafirmaram seu apoio ao Grupo como o principal fórum para a cooperação econômica internacional. Como membros do G-20, ligado à dimensão desenvolvimentista da Rodada Doha, a Índia, o Brasil e a África do Sul estão unidos em torno do objetivo de eliminar as políticas que distorcem o comércio. Os Ministros conclamaram os países desenvolvidos a alavancar sua ajuda para o desenvolvimento infra-estrutural para que os países em desenvolvimento, particularmente LCDs, possam se beneficiar através de projetos voltados para o comércio. Os líderes estabeleceram uma meta de comércio intra-IBAS de US\$ 15 bilhões até 2010 e exortaram as empresas e a indústria para que sejam ainda mais ambiciosos e ultrapassem essa meta. Os ministros RE Brasil e Comércio e Indústria Índia e África do Sul afirmam que devido a crise e em meio ao pior panorama econômico desde a Grande Depressão da década de 30, seria irracional supor que maiores concessões unilaterais venham a ser feitas por parte dos países em desenvolvimento, no entanto afirmam que a contribuição dos países em desenvolvimento à Agenda Doha não encontra equivalente na história do sistema multilateral de comércio. Parabenizam o trabalho que está sendo feito pelo G-20, em particular os compromissos acordados na Cúpula de Londres, em abril de 2009, e esperam sua rápida implementação. Os Líderes enfatizaram a importância da agenda de desenvolvimento do G20, com seu foco na contribuição ao crescimento sustentável em países em desenvolvimento, especialmente em países de baixa renda. Comprometeram-se a trabalhar conjuntamente principalmente em infraestrutura, segurança alimentar e comércio.	Comunicado de N York Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Min.Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Segunda Cúpula Declaração Quinta Cúpula Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Declaração Min Conjunta Paris Comunicado Min Brasilia Declaração Quinta Cúpula
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Reafirmaram a validade dos princípios contidos na Declaração do Rio quanto ao desenvolvimento sustentável. Índia, Brasil e África do Sul compartilham opiniões comuns sobre a importância em alcançar o desenvolvimento sustentável, particularmente por meio da erradicação da pobreza, da promoção do crescimento econômico e da proteção do meio ambiente. Notaram com apreço a intenção do Brasil de sediar reunião em 2012 para marcar os vinte anos da Conferência do Rio e, nesse contexto, exortaram a comunidade internacional a apoiar essa iniciativa e a intensificar vigorosamente a implementação dos princípios e metas previstos na Declaração do Rio, na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Joanesburgo, como esforço em benefício de uma agenda sustentável. Saudaram a decisão da ONU de convocar uma Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012 Eles solicitaram um amplo processo de preparação, para	Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Brasilia Declaração Quarta Cúpula

garantir que a Rio+20 possa discutir adequadamente os déficits de implementação existentes e questões emergentes no campo do desenvolvimento sustentável, com vistas a fortalecer a cooperação internacional nesta área. Os líderes reconheceram que essa conferência representa uma oportunidade chave para a comunidade internacional reforçar compromissos de longo prazo (Rio 92 e WSSD Johannesburgo 2002). Reafirmaram sua determinação de utilização de mecanismos financeiros inovadores para apoiar a luta contra a fome e a pobreza, tendo em mente a necessidade de essas iniciativas figurarem como esforço adicional à Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA). Neste sentido, aumento da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para 0,7% de seus PIBs, a instrução de que fossem explorados novos modelos de cooperação para o desenvolvimento e o papel substancial de mecanismos financeiros inovadores, complementares à AOD. Nesse contexto, instaram os países desenvolvidos que ainda não o fizeram a adotar esforços concretos, com vistas à consecução dos objetivos acordados no âmbito da ODA. Os Ministros sublinharam que as metas obrigatórias aos países em desenvolvimento eram inadequadas. Ao invés disso, deve-se focar no cumprimento de metas aceitas por países desenvolvidos. Os Ministros observaram com preocupação a falha dos países doadores em cumprir seus compromissos das metas da Assistência Oficial para Desenvolvimento aos países em desenvolvimento, e conclamaram os mesmos a cumprir seus compromissos. Líderes enfatizam que capacitação e fortalecimento institucional são a chave para o desenvolvimento sustentável global. A Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos Chefes de Estado e de Governo no Encontro do Milênio em 8 de setembro de 2000, que reafirma o objetivo de tornar o Direito ao Desenvolvimento uma realidade para todos, permanece complementar ao espírito geral da Carta das Nações Unidas. Reconhecendo que a economia verde é um meio para o desenvolvimento sustentável e para a erradicação de pobreza, os Líderes salientaram o significado da Rio+20 em abordar os emergentes desafios do desenvolvimento sustentável associados às múltiplas questões globais tais como volatilidade dos preços dos alimentos e segurança alimentar, escassez de energia e acesso à energia, padrões insustentáveis de consumo e produção, desafios da rápida urbanização, degradação da terra e mudança climática. Os Líderes reconheceram que cada Estado tem direito de definir a política nacional de energia de acordo com as circunstâncias e exigências nacionais e com suas respectivas obrigações internacionais. Eles também reconheceram que uma carteira diversa de fontes de energia será necessária no futuro para manter recursos de eletricidade e de energia em todas as regiões do mundo.	Declaração Quinta Cúpula Comunicado Imprensa NY Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Comunicado Min Som. West Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Declaração Quinta cúpula Declaração Quinta Cúpula
METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	
Implementação das metas da Cúpula do Milênio e a ênfase na cooperação Sul-Sul como componente essencial e fundamental	Declaração Brasília Comunicado de N York Comunicado Min.Cid Cabo Nota à Imprensa 596
Ressaltam a importância da ligação das Metas de desenvolvimento do milênio à Plataforma de Ação de Pequim.	Comunicado Min.Cid Cabo
Preocupação com as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Constatação que não serão alcançadas até 2015 sem esforços renovados e ambiciosos da comunidade internacional de estratégias para combater a pobreza e a fome, incluindo novas fontes de financiamento. IBAS se propõe a sustentar e promover mecanismos de financiamento inovadores.	Comunicado de N York Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Imprensa NY Comunicado Min.Cid Cabo Comunicado Min.Rio Janeiro

Intenção de participar ativamente do trabalho realizado pelo Grupo Piloto sobre Contribuições Solidárias, criado na Conferência Ministerial sobre Financiamento Inovadores (Paris,Fev,Mar/06) Envidar esforços para as metas e outros objetivos de desenvolvimento acordados no plano internacional, expressados no Consenso de Monterrey. Comprometeram-se a estreitar a cooperação entre países parceiros do IBAS enquanto preparam-se para a Conferência de Revisão sobre “Financiamento para o Desenvolvimento” que acontecerá em Doha, no Catar, no segundo semestre de 2008. Coordenarem posições na Conferência no Catar em Novembro/2008. Acelerar a realização dos compromissos do consenso de Monterrey e Financiamento para o Desenvolvimento Ministros enfatizaram que a consecução das Metas de Desenvolvimento como parte de esforços globais para erradicar a pobreza e a fome, exige apoio internacional. Solicitam aumento na Assistência oficial ao desenvolvimento. Os líderes reconheceram que esforços globais revigorados são requeridos para que os países em desenvolvimento atinjam as MDMs.O evento de alto nível das Nações Unidas sobre MDMs mantido em 25 de Setembro de 2008 auxiliou a chamar a atenção do mundo sobre a necessidade urgente de acelerar medidas para o cumprimento das MDMs Expressam profunda preocupação com as consequências da crise para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Declararam que o lento ritmo de recuperação não deve levar a diminuir a ambição das metas Os Líderes tomaram nota de que 2015 permanece uma data alvo fundamental, na qual os ODM(MDM) devem ser atingidos. Os líderes reafirmaram que, faltando apenas quatro anos para o ano limite, esforços globais para alcançar os ODM em 2015 devem ser acelerados. Nesse sentido, eles convocaram os países desenvolvidos a satisfazer urgentemente seus compromissos com a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e tomar medidas para fortalecer a parceria global como previsto no ODM 8, incluindo transferência de tecnologia. Ressaltam que a África Subsaariana enfrenta desafios peculiares com respeito à realização dos ODM e tem visto menos progresso que outras regiões em desenvolvimento do mundo. Solicitam maior ajuda e solidariedade internacionais.	Declaração Primeira Cúpula Nota a Imprensa 596
	Declaração Primeira Cúpula
	Declaração Segunda Cúpula
	Declaração Terceira Cúpula Declaração Quinta Cúpula
	Comunicado Min Som. West Declaração Quinta Cúpula
	Declaração Terceira Cúpula
	Comunicado Min Brasília Declaração Quarta Cúpula
	Declaração Quinta Cúpula
	Declaração Quinta Cúpula
	Declaração Quinta Cúpula
Concordam em trabalhar juntos para o êxito da reunião plenária de alto nível da Assembleia Geral, em 2005, que devera proceder a revisão abrangente dos progressos na implementação da Declaração do Milênio.	Comunicado Imprensa NY Comunicado Min.Cid Cabo
Ministros reconheceram a conclusão com sucesso da Cúpula de Revisão do Milênio (9/05)	Comunicado Min Rio Janeiro
DESARMAMENTO, NÃO PROLIFERAÇÃO E TERRORISMO	
Corrigir, por meio de ações multilaterais a implementação e cumprimento dos compromissos relativos à não-proliferação de armas.	Agenda Coop Nova Delhi
Necessidade da Conferência de Revisão de 2006 do Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armas Leves em Todos os Seus Aspectos (UN-PoA).	Comunicado Min Rio Janeiro
Prioridade para implementação total do programa	Comunicado Min Nova Delhi
Expressaram também seu compromisso com a universalização da Convenção para a Proibição de Armas Químicas e Convenção de Armas Biológicas (BWC) para consolidar a sua função de instrumento-chave de desarmamento	Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Nova Delhi

do regime internacional de desarmamento e não proliferação, com a meta de assegurar sua implantação equilibrada, transparente e efetiva.	
Os líderes reafirmaram seu compromisso de esforçar-se nos foros multilaterais relevantes em busca de um instrumento universal para proibir as armas nucleares e realizar sua completa eliminação dentro de uma estrutura temporal. Expressam preocupação com a falta de progresso na Conferência do Desarmamento, o único foro negociador multilateral de desarmamento.	Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Brasília
Sublinharam a necessidade de reduzir a importância das armas nucleares nas doutrinas estratégicas.	Declaração Quarta Cúpula
Os líderes reafirmam o que foi dito e se declaram preocupados com a falta de progresso na meta de eliminação das armas nucleares. Enfatizam, também, a necessidade de se iniciar negociações em um programa de etapas para a completa eliminação das armas nucleares com um quadro temporal para eliminar as armas nucleares, para proibir o desenvolvimento, produção, aquisição, teste, estocagem, transferência, utilização ou ameaça de utilização, e para possibilitar sua destruição.	Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula
Os Ministros notaram que diversas propostas haviam sido feitas na CD e reiteraram seu compromisso de trabalhar construtivamente para chegar a um consenso. Nesse contexto, reiteraram que a proposta dos Cinco Embaixadores revista em 2003 ainda permanecia sendo uma base viável para chegar-se a um consenso.	Comunicado Min Nova Delhi
Os Ministros e líderes enfatizam que o desarmamento nuclear e a não proliferação nuclear são processos mutuamente reforçadores que exigem progresso irreversível contínuo em ambas as frentes. Mostram-se preocupados com a falta de avanço nesta meta.	Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Declaração Quarta Cúpula
Os líderes discutiram a ameaça imposta pela aquisição de armas nucleares ou materiais e tecnologias por atores não-estatais e terroristas. Reafirmaram seu compromisso de contribuir para os esforços multilaterais para conter tais ameaças e de promover cooperação na matéria	Declaração Terceira Cúpula
Os líderes reafirmaram seu compromisso com a meta de eliminação total das armas nucleares de maneira abrangente, universal, não-discriminatória e verificável.	Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11
Acrescentaram além disso o adjetivo irreversível Neste sentido, ministros/líderes BR e AS parabenizam proposta da Índia de participar nos regimes multilaterais de controle de exportação internacional.	Declaração Quinta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quinta Cúpula
Os líderes acolheram com satisfação a adoção da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear. Expressaram a convicção de que a melhor maneira de impedir que atores não estatais ou terroristas adquiram armas nucleares é a eliminação total dessas armas.	Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi
Ministros reiteraram seu total apoio à implantação de todas as medidas para combater o terrorismo descritas nas Resoluções Relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eles acolheram com satisfação os esforços do Conselho em aumentar a cooperação e coordenação entre todos os membros atuantes no combate ao terrorismo e concluem que esta deve ser conduzida em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, a lei internacional e convenções internacionais relevantes, incluindo convenções internacionais de direitos humanos.	Comunicado Min. Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula
Reiteraram que o terrorismo internacional constitui uma das mais sérias ameaças à paz e à segurança, e que atos de terrorismo são criminosos e injustificáveis em todas as suas formas e manifestações.	Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quinta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Primeira Cúpula Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula

Ministros enfatizaram a importância de finalizar a Convenção sobre Terrorismo Internacional. Líderes conclamam todos os Estados-membros a trabalhar com seriedade em prol de uma rápida finalização do texto da convenção. Ministros reiteram que a Convenção deveria ser concluída durante a 60ª Sessão da Assembleia Geral e solicitam uma rápida conclusão das negociações que levem à adoção da Convenção Líderes clamaram pela pronta conclusão das negociações que levem à adoção da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional (CATI) Líderes novamente reiteram a necessidade de aprovar a convenção e convocaram os Estados membros da ONU a cooperar para resolver problemas pendentes, para uma rápida conclusão de negociações. Os Presidentes do Brasil e da África do Sul expressaram seu repúdio aos bárbaros ataques terroristas realizados em 11 de julho de 2006 em Mumbai e outras partes da Índia. Os líderes do Brasil e da África do Sul notaram com pesar os recentes atentados a bomba na Índia Ministros ressentem e solicitam providências à comunidade internacional sobre o ataque a civis em Mumbai 11/08.	Comunicado Min Brasília Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quinta Cúpula Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Nova Delhi Declaração Primeira Cúpula Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West Comunicado Min Brasília Declaração Terceira Cúpula Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quinta Cúpula Declaração Primeira Cúpula Declaração Terceira Cúpula Declaração Quarta Cúpula Declaração Quinta Cúpula Comunicado Min Brasília
ENERGIA ATÔMICA	
Intensificar a cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e outros fóruns, com vistas a assegurar o livre crescimento e desenvolvimento do uso pacífico da energia atômica através do fornecimento de tecnologia, equipamento e material, sob as salvaguardas apropriadas. Líderes pontuaram com satisfação a contínua cooperação positiva entre seus países na AIEA e outros foros, com o objetivo de assegurar o uso pacífico de energia atômica.	Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Min.Cid Cabo Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi
Líderes reafirmaram o direito inalienável de todos os Estados às aplicações pacíficas da energia nuclear, de forma coerente com sua obrigação jurídica internacional e que decisões multilaterais não prejudiquem este direito. Ministros/líderes concordaram também que a cooperação nuclear civil internacional sob salvaguardas apropriadas da AIEA entre países comprometidos com o desarmamento nuclear e os objetivos de não proliferação pode ser aperfeiçoada através de abordagens aceitáveis voltadas para o futuro e consistentes com suas respectivas obrigações nacionais e internacionais. Nesse contexto, congratularam a decisão por consenso da Junta de Governadores da AIEA de aprovar o Acordo de Salvaguardas Específicas da Índia e a decisão do Grupo de Supridores Nucleares de ajustar suas diretrizes de modo a habilitar a plena cooperação nuclear civil entre a Índia e a comunidade internacional	Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Declaração Terceira Cúpula
Conclamam uma resolução pacífica e diplomática do programa nuclear iraniano dentro do contexto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Os Líderes reconheceram o direito do Irã de desenvolver programas nucleares para fins pacíficos, em conformidade com suas obrigações internacionais. Eles conclamaram o Irã a cooperar plenamente com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a cumprir as resoluções pertinentes do CSNU. Reiteraram a necessidade de uma solução pacífica e diplomática para a questão.	Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Quarta Cúpula

PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO	
Em relação ao conflito entre israelenses e palestinos, apoiam criação de dois Estados soberanos - Israel e Palestina - convivendo lado a lado dentro de fronteiras seguras e reconhecidas. Os três países expressaram o desejo de desempenhar um papel construtivo para trazer uma paz justa, duradoura e abrangente na região. Comprometeram-se a trabalhar juntos para auxiliar tanto os israelenses quanto os palestinos para o progresso no processo de paz no Oriente Médio através do diálogo para uma solução pacificamente negociada.	Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Min.Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Declaração Terceira Cúpula
Líderes anseiam pelo progresso em direção aos objetivos árabes e de todas as outras grandes iniciativas em andamento para a paz, incluindo elementos do Mapa do Caminho, por meio do diálogo intenso e significativo entre Israel, a Palestina e outros países.	Declaração Segunda Cúpula
Acolheram com satisfação as eleições transparentes e livres nos territórios palestinos e em Israel como fortalecimento do processo democrático na Palestina no primeiro trimestre de 2006	Comunicado Min Rio Janeiro
Mostram-se preocupados com a escalada de violência nos territórios palestinos ocupados e com a condição sofrível do povo de Gaza e da Margem Ocidental. Os 3 Líderes se manifestam favoráveis a utilização do Fundo IBAS para cooperação nestes locais.	Declaração Primeira Cúpula
Atestam que o conflito não pode ser resolvido pela força, condenaram o uso da violência, particularmente contra civis inocentes, e insistiram em que as restrições em postos de controle e bloqueios em estradas sejam aliviadas por razões humanitárias. Os líderes saudaram o projeto de construção de complexo esportivo em Ramalá.	Declaração Terceira Cúpula
Afirmaram sua profunda consternação e crescente preocupação pelo impacto produzido pela escalada de violência no Oriente Médio. Condenaram nos termos mais veementes o uso excessivo e às vezes indiscriminado da força que resultou na morte de grande número de civis, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infraestrutura do Líbano, em flagrante violação dos princípios do Direito Internacional Humanitário. Expressaram também sua disposição de trabalhar em parceria com a comunidade internacional a fim de proporcionar imediato alívio humanitário ao povo do Líbano.	Declaração Primeira Cúpula
Os Ministros apoiaram a Iniciativa de Paz Árabe de 2002-2007 como uma base importante para conseguir a paz e a estabilidade na região como um todo e no Líbano em particular. Os Ministros expressaram seu apoio integral ao governo libanês como o único defensor legítimo da ordem pública no Líbano, de acordo com a Resolução 1559 e 1701 do Conselho de Segurança da ONU.	Comunicado Min Nova Delhi
Os Ministros expressaram sua preocupação com o contínuo impasse político no Líbano que levou ao atraso na eleição do novo Presidente; apoiaram as iniciativas da Liga de Estados Árabes e de seu Secretário Geral de auxiliar no encontro de uma solução para esta paralisação libanesa.	Comunicado Min Som. West
Os líderes saudaram o estabelecimento de um Governo de Unidade Nacional no Líbano. Ministros saúdam a realização de eleições parlamentares no Líbano e também o estabelecimento de relações diplomáticas sírio libanesa.	Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Brasília
Os Líderes acolheram com satisfação o pedido palestino de tornar-se membro pleno das Nações Unidas, que eles apóiam como um passo essencial em direção à completa realização de uma solução de dois Estados, e esperam uma resposta positiva do CSNU ao pedido palestino. Os Líderes clamaram por um recomeço urgente de negociações efetivas e orientadas a resultados, com vistas a dar nascimento a um Estado Palestino soberano, democrático, independente, unido e viável, tendo Jerusalém Oriental como sua capital, coexistindo pacificamente com Israel, dentro de fronteiras seguras. Eles pediram o monitoramento das atividades do Quarteto pela CSNU. Os Líderes pediram o congelamento imediato de toda atividade de assentamento nos Territórios Palestinos Ocupados e em Jerusalém Oriental, e o levantamento do cerco a Gaza. Os Líderes refletiram sobre o trabalho do Quarteto com relação a se encontrar uma solução para a questão palestina. Eles incitaram o Quarteto a relatar ao CSNU, em bases regulares, sobre o progresso feito, ou a falta deste.	Declaração Quinta Cúpula
Ministros expressaram seu forte apoio por um Afeganistão soberano, democrático e próspero e reafirmaram seu compromisso para o desenvolvimento e reconstrução do Afeganistão. Os Ministros elogiaram o Governo do Afeganistão liderado pelo Presidente Karzai, por seus esforços para fortalecer e consolidar o processo democrático e as	Comunicado Min Nova Delhi

instituições constitucionais do Afeganistão e o avanço da cooperação regional através da SAARC. Os líderes reafirmaram seu compromisso de longo prazo com um Afeganistão democrático, pluralista e estável. Reiteraram que um esforço internacional, nos seus aspectos políticos, militares e de desenvolvimento, para ajudar o Governo do Afeganistão, continua a ser vital. Sublinharam a importância do aspecto regional no processo de reconstrução e desenvolvimento e condenaram fortemente os contínuos ataques terroristas perpetrados pelo Talibã, clamando por ação da comunidade internacional. Os líderes condenaram o ataque terrorista à Embaixada indiana em Cabul em 7 de julho de 2008, bem como os contínuos ataques contra prestadores de assistência humanitária, civis, e forças afegãs e internacionais Ministros declaram sua preocupação com a deterioração da situação no Afeganistão devido aos contínuos ataques terroristas e ressurgimento do Talibã e da Al Qaeda. Conclamam tolerância zero ao terrorismo. Eles acolheram com satisfação a adesão do Afeganistão ao SAARC. Enquanto reafirmam seu compromisso de longo prazo com um Afeganistão estável, democrático e pluralista os ministros pontuaram a necessidade de estrita observância do regime de sanções do CSNU. Solicitaram à comunidade internacional que rendesse assistência ao governo e povo do Afeganistão para segurança e desenvolvimento inclusive das forças de segurança no intuito que possam defender sua soberania e independência. Em relação ao Iraque , convergem no ponto de vista da transferência da soberania plena ao povo iraquiano, sua unidade e integridade. Um Iraque pacífico, unido e estável requer uma política democrática e inclusiva. Os ministros e líderes reiteraram o apoio ao Iraque por seus esforços na reconstrução e desenvolvimento. Enfatizam a necessidade de contínuo diálogo. O povo iraquiano pode conseguir a paz, a segurança e o desenvolvimento no Iraque apenas por si próprio, com o forte apoio da comunidade internacional. Os Ministros notaram com preocupação os relatórios da UNHCR sobre muitos milhões de iraquianos deslocados e conclamam a comunidade internacional a continuar auxílio. Os Ministros expressaram seu apoio contínuo ao Processo de Paz de Annapolis, bem como à Iniciativa de Paz Árabe. Os Ministros também expressaram sua satisfação com a recente iniciativa do Iêmen visando restaurar a Unidade Palestina. Apoiaram as negociações entre as partes relevantes para dar um fim à ocupação israelense de outros territórios árabes, como as Colinas de Golã na Síria. Convocam todas as partes a reassumirem sem demora as negociações e declaram seu apoio às iniciativas de mediação que buscam atingir esta meta. Enfatizam a contribuição que novos atores (eles) podem dar para revigorar o processo. Renovam os pedidos para que cesse a expansão contínua dos assentamentos israelenses No encontro com o Ministro Palestino Malki quando da <u>Reunião de Quarta Cúpula</u>, os ministros do IBAS fizeram as seguintes observações: A paz no oriente médio é essencial não só para seus povos, mas também para a paz e a segurança internacionais. Reafirmam que os países em desenvolvimento que se relacionam bem com ambos os lados poderão trazer uma perspectiva nova para o processo de paz entre israelenses e palestinos. Pontuam a necessidade de conversas entre Israel, Líbano e Síria. Ainda, seguindo as Resoluções da ONU, os princípios de Madrid, o mapa do caminho e a iniciativa de paz árabe, os países do IBAS clamam por uma urgente retomada de negociações que leve a um Estado Palestino viável, soberano,	Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Brasília Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Brasília Comunicado Min Nova Delhi/11 Comunicado Min Som. West Comunicado Min Nova Delhi/11 Agenda Coop Nova Delhi Comunicado Min Nova Delhi Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Som. West Comunicado Min Som. West Comunicado Min Brasília Comunicado Min Brasília Declaração "The situation in the middle East"
---	---

democrático, unido e independente coexistindo pacificamente com um Estado Israelense, com fronteiras seguras, pré 1967 tendo East Jerusalém como sua capital. Corroboram os pedidos para que cesse a expansão contínua dos assentamentos israelenses. Conflitos no Oriente médio são essencialmente políticos na sua natureza e não podem ser resolvidos pela força. Não se devem apoiar medidas ou políticas ou ações que infrinjam sofrimento aos civis. Solicitam a comunidade internacional que contribua de forma concreta e urgente com os esforços de construção do estado de acordo com a Autoridade Palestina Nacional. Os ministros notaram o encontro patrocinado pela Indonésia à margem da 65 Assembleia Geral da ONU sobre a situação da Palestina, no qual Brasil, Índia e África do Sul participaram como um exemplo concreto de países em desenvolvimento em conjunto, para discutir formas de ajudar a Palestina. Os ministros revisaram a situação no Oriente médio após a nota aparte da quarta cúpula ministerial e expressaram profunda preocupação com a situação que se deteriora. Reafirmaram o que foi dito no documento citado. Os ministros expressaram mais profundas preocupações com a situação da Líbia no aguardo que uma solução pacífica seja encontrada. Medidas coercitivas só serão legitimadas se conforme capítulo das UN e Conselho de Segurança. Os ministros reunidos em Nova Delhi para a VII reunião ministerial do Fórum IBAS e especialmente atentos à situação de agitação em alguns países do oriente médio e do norte da África reforçaram sua expectativa de que as mudanças que ocorrem sigam um curso pacífico. Esperam um resultado positivo e harmônico no interesse dos povos. Em relação à declaração dos ministros IBAS quando da reunião da Quarta Cúpula em Brasília, 15/04/10, eles reafirmaram sua convicção que os recentes acontecimentos na região devem levar a uma paz na região. Este processo deve incluir uma solução para o conflito árabe-israelense com a criação de um Estado Palestino soberano, democrático, independente e unido convivendo harmonicamente com Israel com fronteiras pré 1967. De acordo ainda com a Declaração de 11/02/11, Declaração Ministerial Conjunta do IBAS (NY) sobre a agenda do Conselho de Segurança, referente a países que correm o risco de cair em conflito, eles grifaram o papel chave das estratégias de desenvolvimento. Neste sentido, lembraram que os países IBAS estão financiando projetos na Palestina tais como a construção de um Centro de Esportes em Ramalah e a criação de uma liga de esportes jovem da Palestina. Levando em conta a presença dos 3 países no Conselho de Segurança.	Nota à Imprensa 596 Comunicado Min Nova Delhi/11 Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração” IBSA Declaration on the situation in the Middle East and Northern Africa”
PROCESSO DE PAZ NA ÁFRICA	
Os Ministros conclamaram e apoiaram o Governo do Sudão, e todas as partes diretamente envolvidas na resolução da situação política e humanitária interna na província de Darfur uma maneira rápida, para aliviar o sofrimento dos civis e fortalecer as estruturas políticas e de desenvolvimento necessárias sob os auspícios da União Africana (UA) e Nações Unidas. Apoiam o uso de forças híbridas conforme o Acordo Addis Abeba desde que não afete adversamente a população civil. Os líderes conclamam todas as partes no Sudão a renovarem seu compromisso com a implementação do Acordo Abrangente de Paz (CPA). Instaram ainda a comunidade internacional a fornecer suporte material e financeiro para a organização da Força Híbrida NU-UA e para aliviar a situação humanitária em Darfur. Os países do IBAS, na qualidade de membros da comunidade global do Sul, expressaram seu apoio à posição do Conselho de Paz e Segurança da União Africana que se posicionou contrária ao pedido formal de 14 de julho de 2008 de mandado de prisão contra o Presidente da República do Sudão, sob o artigo 58 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional uma vez que tal acusação poderia prejudicar os esforços em curso dirigidos a facilitar a pronta resolução do conflito em Darfur. Solicitaram ainda, cessarem os ataques aos funcionários da ONU conforme resoluções ONU e UA e compromisso do governo sudanês.	Comunicado Min Nova Delhi Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula Declaração Segunda Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula

Instam o Governo do Sudão e todos os grupos armados a respeitarem a vida civil e trabalhadores humanitários. Os Ministros também conclamaram a comunidade internacional a honrar os seus compromissos assumidos na Conferência de Doadores de Oslo, na Noruega, de 05 a 07 de maio de 2008.	Comunicado Min Som. West
Saudaram o anúncio dos resultados do referendo no Sudão em 7 /02/11. Cientes dos imensos desafios que os povos do Sudão irão enfrentar, o IBAS deseja anunciar sua decisão de apoiar, por intermédio do Fundo IBAS, a reconstrução e o desenvolvimento do Sudão.	Declaração Min Conjunta NY
Os ministros deram as boas vindas ao referendo do Sudão e a aceitação imediata pelo governo para estabelecimento de um Estado Sudão do Sul independente e viável. Os ministros urgem a comunidade internacional que honre seus compromissos com o Sudão.	Comunicado Min Nova Delhi/11
Os ministros sinalizaram objetivo do Fundo IBAS de ajudar o Sudão do norte e do sul.	Comunicado Min Nova Delhi/11
Os países IBAS estão dando suporte à reconstrução através do Fundo IBAS.	IBSA Ministerial Joint Statement
Os líderes tomaram nota dos progressos que têm sido feitos no continente africano em direção à conquista da paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento. Ressaltam a ligação indissociável entre paz e segurança de um lado, e desenvolvimento de outro. Elogiaram os esforços da União Africana.	Declaração Segunda Cúpula
Os Ministros tomaram nota da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1813 (2008) sobre a questão do Saara Ocidental. Tomaram nota do pedido feito pelo Secretário Geral das Nações Unidas para doadores a contribuir generosamente para o programa de assistência aos refugiados do Saara Ocidental.	Comunicado Min Som. West
Os líderes tomaram nota do progresso positivo da iniciativa da Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC) para promover uma solução politicamente negociada em Zimbábue entre o Governo e a oposição, com o apoio do Presidente Thabo Mbeki. Reiteraram a necessidade de que a comunidade internacional continue apoiando o povo do Zimbábue para a superação dos desafios que ele está enfrentando.	Declaração Segunda Cúpula
Ministros saúdam participação da África do Sul na ajuda ao Zimbábue e ,tendo em vista as recentes eleições expressam confiança na capacidade do seu povo de resolver os problemas.	Comunicado Min Som. West
Líderes felicitaram o povo do Zimbábue pelo acordo alcançado em 11/09/2008 para a constituição de um governo de unidade nacional. Prestaram homenagem ao ex-Presidente TM Mbeki por seus esforços incansáveis de mediação.	Declaração Terceira Cúpula
Apoio a recuperação econômica do Zimbábue, solicitam a suspensão de todas as formas de sanções contra o Zimbábue em particular aquelas referentes à ajuda e questões comerciais.	Comunicado Min Brasilia
Saúdam a pacífica eleição presidencial e o respeito demonstrado à Constituição em Guiné-Bissau. Rememora o apoio Fundo IBAS a Agricultura neste país	Comunicado Min Brasilia
Os Líderes expressaram sua preocupação com os recentes incidentes militares na Guiné-Bissau. Pedem à liderança política e militar que defendam a ordem constitucional e resolvam as diferenças através do diálogo pacífico, para assegurar os progressos recentemente alcançados pela Guiné-Bissau no atual processo de consolidação da paz e da democracia. Os Líderes esperam que esses eventos não comprometam o envolvimento dos parceiros internacionais na Conferência Internacional de Doadores, prevista para ocorrer em 2010. Eles destacaram o papel da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, e confirmaram seu compromisso de continuar a apoiar, através de ações concretas de cooperação, os esforços do governo guineense para consolidar a estabilidade política e institucional, construindo a base para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Neste contexto, tomaram nota com satisfação que o Projeto do IBAS em Guiné-Bissau entrou em sua segunda fase, distribuindo instrumentos para os agricultores e organizando aulas de alfabetização para mulheres que vivem nas zonas rurais, em coordenação com as autoridades nacionais.	Declaração Quarta Cúpula
Os Líderes reconheceram os progressos realizados pela República da Guiné, em seus esforços para a normalização do ambiente político desde a assinatura do Acordo de Ouagadougou, em 15 de janeiro de 2010. Eles saudaram a nomeação da Autoridade de	Declaração Quarta Cúpula

Transição comandada por um primeiro-ministro civil. Os Líderes incentivaram, tal como estipulado no Acordo de Ouagadougou, a Autoridade de Transição a realizar a eleição presidencial, marcada para 27 de junho de 2010, a ser seguida pelo segundo turno da eleição presidencial, em 18 julho de 2010. Eles notaram com preocupação o atual impasse no processo de negociação para restaurar a constitucionalidade em Madagascar e aprovaram a continuação do mediador da SADC em seus esforços para o restabelecimento da ordem constitucional e da boa governança em Madagascar, através de um diálogo inclusivo, transparente e confiável. Os Líderes pediram a criação de um Governo de transição e a realização de eleições gerais, transparentes, livres e justas, como previsto pelos acordos de Maputo e Adis-Abeba. Os ministros expressaram suporte contínuo para os esforços de mediação para crise política e solicitaram as partes cooperação com o mediador Os ministros indicaram seu suporte para o painel de alto nível da UA para resolução da Crise na costa do Marfim. Solicitaram às partes que refreiem a violência e cooperem com a UA para encontrar uma solução para o país Os ministros denotaram preocupação com a situação da Somália e seu impacto nos demais países do leste africano. A crescente instabilidade e falta de progresso na reconciliação interna é preocupante. Os ministros urgem por um processo inclusivo que leve a uma era de paz. IBAS está a disposição para ajudar na reconciliação, reconstrução e desenvolvimento da Somália.	Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11 Comunicado Min Nova Delhi/11 Comunicado Min Nova Delhi/11
OUTRAS QUESTÕES REGIONAIS	
Notam os desenvolvimentos políticos em Honduras e unem-se às Nações Unidas na condenação da quebra da ordem constitucional democrática no país que interrompeu o regime legítimo do Presidente Manuel Zelaya, conclamando que retorne . Eles reafirmaram a sua solidariedade com o povo haitiano e com o Governo do Haiti nesse momento mais difícil. Eles conclamaram a comunidade internacional a se unir e a se coordenar, sob a liderança das Nações Unidas e da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), para alinhar forte apoio internacional às prioridades nacionais estabelecidas pelo Governo do Haiti. Elogiaram a MINUSTAH por garantir um ambiente seguro e estável no Haiti e por coordenar efetivamente a ajuda internacional. Eles reconheceram que a MINUSTAH tem um papel crítico a desempenhar na fase de reconstrução e reafirmaram seu total apoio à missão e às agências das Nações Unidas. Eles também elogiaram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pelos resultados alcançados até agora na implementação dos programas de trabalho remunerado (“cash for work”). Os Líderes expressaram suas condolências ao Governo e ao povo do Chile pela tragédia causada pelo terremoto que atingiu o centro-sul do Chile em 27 de fevereiro de 2010, e manifestaram a sua disponibilidade para apoiar os esforços do Chile para superar os efeitos da tragédia.	Comunicado Min Brasília Declaração Quarta Cúpula Declaração Quarta Cúpula
FUNDO IBAS	
Lançamento do primeiro projeto a ser financiado pelo Fundo IBAS, em apoio ao desenvolvimento agrícola e pecuário na Guiné-Bissau Ministros concordam que cada país-membro comprometeria um valor adicional de US\$ 1 milhão para o Fundo IBAS. Primeiro Ministro da Índia e os Presidentes do Brasil e da África do Sul sublinharam o compromisso de seus países de destinar pelo menos US\$ 1 milhão anuais ao Fundo IBAS, compromisso assinalado no Comunicado Ministerial do Rio de Janeiro. Ministros citam Fundo IBAS como exemplo de cooperação de 3 países em desenvolvimento em prol de países mais carentes do Sul Reiteraram o caráter fundamental do Fundo IBAS como um meio de disseminar as	Comunicado Imprensa NY Comunicado Min.Cid Cabo Comunicado Min Rio janeiro Comunicado Min Brasília Declaração Primeira Cúpula Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Som. West Declaração Min Conjunta Paris Declaração Primeira Cúpula

melhores práticas no alívio da pobreza e da fome. Os Ministros anotaram o funcionamento do Fundo de Linha de Crédito IBAS para Combate à Pobreza e à Fome, e decidiram que seu funcionamento e modalidades devem ser revisadas no geral e um relatório apresentado dentro de dois meses para consideração durante a Segunda Reunião de Cúpula do IBAS. A revisão incluirá a identificação de critérios para escolha de projetos. Nesse contexto, os Ministérios observaram ainda as propostas recebidas para assistência do Fundo a respeito da capacidade de construção no Timor Leste e a luta contra HIV/AIDS em Burundi. Eles instruíram os pontos focais para examinar as propostas detalhadas destes projetos e fazer recomendações concretas. Eles concordaram, a princípio, que uma equipe dos três países pode visitar Burundi para uma investigação preliminar. Os Ministros observaram ainda com satisfação que o Fundo de Linha de Crédito IBAS conferiu o Prêmio de Parceria Sul-Sul no evento NU de 2006 realizado em Nova York em 19 de dezembro de 2006. Líderes reiteraram a importância e a singularidade do Fundo IBAS para Cooperação Sul-Sul em benefício de outros países em desenvolvimento e acordaram, igualmente, em estabelecer mecanismo mais eficaz para a utilização do Fundo. Neste sentido, os líderes da Terceira Cúpula já revisaram os mecanismos do IBAS e concordaram com as novas normas e procedimentos. Os Ministros notaram que o processo de revisão do Fundo IBAS ainda estava em andamento. Acolheram com satisfação o progresso que foi feito nos projetos custeados pelo Fundo IBAS para Alívio da Fome e da Pobreza na Guiné-Bissau e no Haiti. enfatizaram a necessidade de acelerar a concessão de fundos para os projetos sob consideração em Cabo Verde, República Democrática Popular do Laos (PDR), Burundi, Palestina, Timor Leste e Haiti. Decisão de doar US\$ 1 milhão por ano do Fundo IBAS por três anos, anunciado na Conferência de Doadores de Paris para o Estado Palestino, em 17 de dezembro de 2007. Neste sentido, eles acolheram com satisfação o projeto sendo considerado para a construção de um complexo esportivo em Ramallah. Líderes deram boas vindas a todos estes projetos Tomam nota dos resultados obtidos em projetos financiados por meio do Fundo IBAS em Cabo Verde, Haiti e Guiné-Bissau, assim como do início dos projetos do IBAS em Ramalá e Burundi. Saúdam o desenvolvimento de documentos de projeto para, entre outros, iniciativas em Timor Leste, Camboja e Faixa de Gaza. Encorajam os Pontos Focais a enviar novas e detalhadas propostas à Junta Diretora do Fundo IBAS. Convidam parceiros que já estão envolvidas com o IBAS, a participar neste processo. Líderes notam que pessoas e autoridades dos locais acima já contam com projetos do Fundo IBAS Os Líderes recordaram a determinação do IBAS de contribuir US\$ 2 milhões adicionais para a reconstrução do Haiti. Eles concordaram que o projeto de gerenciamento de resíduos sólidos no Carrefour Feuilles, uma iniciativa de sucesso apoiada pela IBAS, em parceria com autoridades locais e o PNUD, deve ser expandido para outras áreas no Haiti, aprofundando os conhecimentos acumulados desde 2006. Eles também observaram com satisfação que os haitianos envolvidos no projeto voltaram ao trabalho logo após a tragédia, atestando que a dedicação do povo do Haiti será o cerne do esforço de reconstrução do país. Os ministros endossaram a decisão do encontro focal 15o do IBAS no sentido de rever as diretrizes e discutir formas para que os membros do IBAS se assegurem que há maior efetividade, visibilidade e melhor uso dos seus próprios recursos sempre que possível. Eles também decidiram dar suporte à construção de um Centro para pessoas com necessidades especiais em Nablus, na Palestina.	Declaração Primeira Cúpula Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Min Nova Delhi Comunicado Conjunto Imprensa Declaração Segunda Cúpula Declaração Segunda Cúpula Declaração Terceira Cúpula Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Som. West Declaração Terceira Cúpula Comunicado Min Brasília Comunicado Min Nova Delhi/11 Declaração Quarta Cúpula Declaração Quarta Cúpula Comunicado Min Nova Delhi/11
COOPERAÇÃO REGIONAL	
Os Ministros reafirmaram seu apoio ao programa de desenvolvimento socioeconômico da União Africana e comprometeram-se com a parceria do IBAS para apoio a implantação da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África)	Comunicado Min.Cid Cabo Comunicado Min Rio Janeiro

Neste sentido, eles reconheceram que o desenvolvimento infra-estrutural era essencial para o desenvolvimento econômico no continente.	Comunicado Min Som. West
Ministros se comprometeram na criação de apoio para integração regional e o desenvolvimento de projetos regionais, tendo em vista suas próprias experiências. Os líderes reconheceram que o Fundo Pan-Africano para o Desenvolvimento de Infra-estruturas irá, à medida que evolua, ajudar a acelerar o crescimento e o desenvolvimento africano na direção dos objetivos estabelecidos pela NEPAD.	Comunicado Min Nova Delhi Declaração Primeira Cúpula
Os Ministros da Índia e do Brasil congratularam a África do Sul por ter sido escolhida pela União Africana para receber a futura Cúpula da Diáspora da União Africana em outubro de 2008. Saudaram a iniciativa como uma etapa necessária para a união do povo de origem africana em todo o mundo. Os Líderes saudaram a decisão de 2010 da Assembleia da UA de aumentar a integração da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) nas estruturas da UA e de re-nomear o Secretariado da NEPAD para Agência de Planejamento e Coordenação da NEPAD (NPCA). Os Líderes tomaram nota de que o NPCA se concentrará em aprofundar os programas da UA, traduzindo as decisões da Assembleia da UA e do Conselho Executivo da UA em projetos e programas concretos para as Comunidades Econômicas Regionais (CER) implementarem. Eles também tomaram conhecimento de que o mandato da NPCA agora inclui a coordenação e o acompanhamento dos programas e projetos entre as CER e os Estados-Membros.	Comunicado Min Som. West Declaração Quarta Cúpula
Os Líderes reconheceram que uma maior integração da NEPAD, bem como a ampliação do mandato da NPCA, promoverão uma abordagem mais holística e coordenada para o desenvolvimento de infra-estrutura e para o crescimento e desenvolvimento da África, que beneficiará a realização das prioridades identificadas pela NEPAD em setores como tecnologia de informação e comunicação, energia, água e saneamento e transportes. Os ministros congratulam a União Africana uma vez que 2011 marca dez anos do NEPAD.	Declaração Quarta Cúpula
Os Ministros apoiam uma nova Parceria Estratégica Asiática-Africana.	Comunicado Min.Cid Cabo
Os Ministros acolheram com satisfação os esforços para a integração na América Latina e na região do Caribe.	Comunicado Min.Cid Cabo
Acolheram com satisfação a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que realizou a sua primeira Reunião Presidencial em Brasília em 30 de setembro de 2005. Reconhecem a União como fortalecimento da coordenação política e integração econômica, comercial e infraestrutural entre os países sul-americanos.	Comunicado Min Rio Janeiro Comunicado Min Nova Delhi

ⁱ Nota referente aos Representantes Permanentes da Índia, Hardeep Singh Puri, do Brasil, Maria Luiza Ribeiro Viotti, e da África do Sul, Baso Sangqu junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas no ano de 2011